

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA REGIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANAIS - VII SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

IMIGRAÇÃO E CULTURA



Núcleo de Pesquisa em
História Regional





Núcleo de Pesquisa em
História Regional

O NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA REGIONAL (NPHR) promove e apoia pesquisas históricas sobre a região platina, contextualizadas em realidades conjunturais e estruturais mais amplas.

Estimula estudos históricos e interdisciplinares da formação social sul-rio-grandense em sua interação com a História Platina.

Fornece subsídios para pesquisas sobre temáticas históricas regionais.

Agrega e discutir projetos de pesquisas com temáticas similares na região de Pelotas.

Divulga os estudos históricos regionais.

Orienta os pesquisadores sobre as fontes documentais e bibliográficas com temáticas históricas locais.

Apoia o ensino de história através de orientações sobre recursos e bibliografias disponíveis sobre temáticas históricas regionais.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA REGIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANAIS

VII SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

IMIGRAÇÃO E CULTURA

**Paulo César Possamai
Edgar Ávila Gandra
Ana Inez Klein
Marcos César Borges da Silveira
(Orgs.)**

E-Book



2015

Anais do VII Seminário de História do Rio Grande do Sul: Imigração e Cultura.
NPHR-UFPEL

Organização

GANDRA, Edgar Ávila
KLEIN, Ana Inez
POSSAMAI, Paulo César
SILVEIRA, Marcos César Borges da

Editora

NPHR/UFPEL
Oikos

Editoração eletrônica

Alejandro Ferrari

Primeira diagramação

Jéssica Oliveira de Souza e Ricardo Barbosa da Silva

Pelotas, RS / Brasil 2015

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Caixa Postal 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

S471 Seminário de História do Rio Grande do Sul (7. : 2014 : Pelotas, RS)
Imigração e cultura: Anais do 7^o Seminário de História do Rio Grande do Sul / Organizadores Paulo César Possamai et al. – Pelotas: Núcleo de Pesquisa em História Regional/UFPEL; São Leopoldo: Oikos, 2015.
1 recurso online: il.; color.; 18 x 27cm.
ISBN 978-85-7843-570-7
1. História – Rio Grande do Sul – Imigração. 2. História – Rio Grande do Sul – Cultura. I. Possamai, Paulo César. II. Gandra, Edgar Ávila. III. Klein, Ana Inez. IV. Silveira, Marcos César Borges da.

CDU 981.65:325

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO/ 7

CONFERÊNCIAS

IMGART GRÜTZMANN

IMIGRAÇÃO ALEMÃ, HISTÓRIA DOS LIVROS E DA LEITURA E COMÉRCIO LIVREIRO: A ATUAÇÃO DE HEINRICH ROSENHAIM EM PORTO ALEGRE (1864-1870) / 11

LUIZA HORN IOTTI

OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E A “QUALIDADE” DOS IMIGRANTES /37

LUIZ FERNANDO RHODEN

AS ONDAS IMIGRATÓRIAS, OS ENGENHEIROS MILITARES E OS TRAÇADOS URBANOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX NO RS /47

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

ÂNGELA PEREIRA OLIVEIRA.

A ATUAÇÃO DO TRABALHADOR NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO URBANO DA CIDADE DE PELOTAS NOS ANOS DE 1933 A 1943. /61

BIANE PEVERADA JAQUES-ANTUNES

O SENHOR CIRNE ENQUANTO PROFISSIONAL: BIOGRAFIA E ARQUIVO PESSOAL (PELOTAS, SÉCULO XX). /69

LAURA GIORDANI / ORIENTADOR: PAULO PEZAT

REVOLUÇÃO FARROUPILHA E O REPUBLICANISMO GAÚCHO /75

JORDANA ALVES PIEPER / LORENA ALMEIDA GIL

O TRABALHO DE CLASSIFICAÇÃO DE LÃ NA FÁBRICA LANEIRA NA CIDADE DE PELOTAS/RS NOS ANOS DE 1950 /79

TICIANE PINTO GARCIA / FABIO VERGARA CERQUEIRA

UM MUSEU ÉTNICO: PRESERVANDO A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA MACIEL, PELOTAS/RS. /83

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento, em nome dos meus colegas professores coordenadores do Núcleo de Pesquisa em História Regional, Edgar Gandra, Marcos da Silveira e Paulo Cesar Possamai, os *Anais do VII Seminário de História do Rio Grande do Sul*, evento ocorrido nas dependências do Centro de Ciências Sociais, no período de 5 a 7 de novembro de 2014.

O objetivo geral do evento, que já é uma tradição nos cursos de História da Universidade Federal de Pelotas, foi apresentar e debater resultados de recentes pesquisas sobre a história do Rio Grande do Sul.

O tema deste ano foi *imigração e cultura* entendendo-se que esta temática, além de ser fundamental nos estudos sobre a história do Rio Grande do Sul, vem sendo reatualizada constantemente pelos eventos da história contemporânea haja vista, por exemplo, os movimentos migratórios de grande repercussão que tem acontecido na Europa.

Com estes Anais, visamos veicular artigos científicos de colegas reconhecidos na pesquisa da temática proposta que contribuem para a expansão do conhecimento de questões relacionadas ao contexto da história regional, que consideramos relevantes de serem divulgadas por meio eletrônico, de maneira ampla e gratuita.

O público-alvo do seminário é formado por professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação, bem como por todos os que têm interesse nos temas desenvolvidos.

Este primeiro número apresenta, além de comunicações de pesquisadores, três artigos, que contemplam de forma ampla e competente o tema proposto: Imgart Grutzmann mergulha no universo da história dos livros e das leituras analisando a atuação do livreiro Heinrich Rosenhaim em Porto Alegre (1864- 1870); Luiza Horn Iotti analisa relatórios e discursos de Presidentes da Província do Rio Grande do Sul como representação oficial sobre o processo migratório e colonizatório do período de 1875 a 1889; e Luiz Fernando Rhoden relaciona o estudo dos traçados urbanos nos séculos XVIII e XIX no Rio Grande do Sul com a imigração.

Os anais do *VII Seminário de História do Rio Grande do Sul: imigração e cultura* é o resultado do trabalho coletivo de professores do NPHR e seus bolsistas, com um grupo significativo de voluntários que se empenharam para que o evento ocorresse dentro da sua melhor qualidade. Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o sucesso do evento e para a realização desta publicação.

Desejamos, finalmente, a todos, uma boa leitura!

Ana Inez Klein

CONFERÊNCIAS

IMIGRAÇÃO ALEMÃ, HISTÓRIA DOS LIVROS E DA LEITURA E COMÉRCIO LIVREIRO: A ATUAÇÃO DE HEINRICH ROSENHAIM EM PORTO ALEGRE (1864-1870)

IMGART GRÜTZMANN¹

1. INTRODUÇÃO

Abordar a imigração alemã no Rio Grande do Sul ao longo de 190 anos de sua história é uma tarefa difícil em virtude da complexidade do processo imigratório, iniciado em 1824, ano em que os primeiros imigrantes chegaram a São Leopoldo, à Feitoria do Linho Cânhamo, nas proximidades do Rio dos Sinos, processo esse marcado por uma série de desdobramentos² no campo cultural, econômico, ideológico, político e religioso. Em razão disso, o presente artigo aborda aspectos de uma das facetas da imigração alemã no Estado: a história dos livros e da leitura, centrando-se o foco em um livreiro atuante na cidade de Porto Alegre entre 1864 e 1870.

No Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, existia entre a população de Porto Alegre um grupo expressivo formado de imigrantes alemães e de seus descendentes, o qual, segundo Magda Gans (2004, p.24), com base em recenseamentos e estimativas de viajantes estrangeiros, englobava, em 1856, um total de 1260 pessoas entre 19890 habitantes da cidade. Gans, a partir desses registros levantados, avalia também que, no período de 1850-1890, os imigrantes e seus descendentes, na Capital sulina, perfaziam um total de 2093 moradores (Idem, p.25). No que tange a esse segmento da população, a cidade de Porto Alegre se caracterizava por não ter “apenas um grupo restrito de comerciantes enriquecidos pelo escoamento da produção colonial ou de importação de manufaturados [...], mas também um segmento médio diversificado e importante numericamente, amplamente inserido na vida da cidade” (Idem, p.21). Em relação à presença de imigrantes alemães e de seus descendentes na vida econômica da Capital sulina, uma matéria publicada no jornal *Deutsche Zeitung*, em 1866, ao mapear a atividade comercial na cidade, contabilizava “794 casas de comércio”³ (PORTO Alegre, 1866, p.1), número esse, que, na opinião do articulista, representava “um sinal do rápido desenvolvimento de Porto Alegre, se nós levarmos em conta que a cidade, de acordo com a constatação geral, tem

1 Professora-pesquisadora do Centro de Letras e Comunicação da UFPel.

2 Um recorte, de caráter panorâmico, referente a tópicos do processo imigratório no Rio Grande do Sul ao longo de 190 anos pode ser encontrado nas seguintes obras: DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. 2. Ed. São Leopoldo: Oikos, 2014; GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin N.; FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: recortes*. São Leopoldo: Oikos: Unisinos, 2008; TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003; CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation. Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke da UNISC, 1995; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I e II. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969; VERBAND DEUTSCHER VEREINE (Hrsg.). *Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul. 1824-1924*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

3 A tradução dessa fonte e das demais em língua alemã utilizadas no trabalho foi efetuada pela autora do artigo.

no máximo 20000 habitantes” (Idem, Ibid.). Segundo essa matéria, havia “entre os mencionados negócios cerca de 200 alemães, 300 brasileiros e 250 portugueses” (Idem, ibid.).

2. IMIGRAÇÃO ALEMÃ E HISTÓRIA DOS LIVROS E DA LEITURA

A presença desses imigrantes alemães e de seus descendentes em Porto Alegre, a par de outros questionamentos, levou à formulação de perguntas acerca dos livros e da leitura, ou seja, havia leitores neste grupo, circulavam impressos e obras, quais eram os tipos e autores em voga e onde podiam ser lidos e/ou adquiridos? Qual o papel exercido pela leitura e pela palavra impressa? Essas questões foram centrais para a elaboração do projeto de pesquisa *Comércio livreiro e acesso à literatura alemã e a outras obras oriundas da Alemanha entre os imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1870-1941)*⁴, na categoria de estágio pós-doutoral, que teve, em sua fase I, o objetivo central de investigar o comércio livreiro e o acesso à literatura alemã e a outras obras oriundas da Alemanha, a partir de intermediários de leitura, entre eles livreiros, tipógrafos e comerciantes em geral, estabelecidos em Porto Alegre, em atividade desde 1850, concentrando-se, contudo, na sua atuação entre os anos de 1870 e 1900. Essa pesquisa almejava detectar as possibilidades de leitura ofertadas ao público leitor de fala alemã no Rio Grande do Sul, a partir de Porto Alegre, no mencionado recorte temporal, levando-se em consideração os gêneros, autores, temas, movimentos literários e ideários em voga e sua relação principalmente com as questões intelectuais, culturais e sociais da época.

Para a realização da mencionada investigação, tomou-se como parâmetro teórico as considerações de Robert Darnton (1990b) acerca da história dos livros e da leitura, especialmente as etapas em forma de questionamentos que o historiador estadunidense propõe: quem, o quê, onde, quando, como e porque lia. Dentre os passos elencados por Darnton, a pesquisa objetivava preponderantemente investigar “quem lê o que em diferentes épocas” (DARNTON, 1990b, p.149), bem como obter referências acerca do “onde da leitura” (Idem, p.156). Assim, aspirava-se descobrir a que tipo de livros e impressos, oriundos especialmente da Alemanha, os imigrantes alemães e seus descendentes tinham acesso, e onde podiam entrar em contato com eles na Porto Alegre do século XIX. No estudo do acesso à palavra impressa em língua alemã pelos imigrantes e seus descendentes, tomou-se também como base as considerações de Robert Darnton acerca do modo como os livros surgem e se difundem em uma sociedade. Para o historiador estadunidense, os livros impressos, em geral, passariam pelo mesmo ciclo de vida, que ele caracteriza como “um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume este papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor” (DARNTON, 1990a, p.112). De acordo com Darnton, o interesse da história do livro recai em cada uma das fases deste processo e no processo como um todo, levando em consideração também as relações destas fases “com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante” (Idem, Ibid.). Deste modo, na perspectiva de Darnton, é possível mostrar como cada fase está ligada a: “outras atividades que uma determinada pessoa desenvolve num determinado ponto do circuito; [...] outras pessoas no momento temporal em outros circuitos; [...] outras pessoas em outros pontos no mesmo circuito;

4 Este projeto foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, de março de 2013 a fevereiro de 2014, sob a supervisão da profa. Dra. Regina Zilberman. A fase II do projeto está em andamento na UFPel.

[...] outros elementos na sociedade” (Idem, p.114). Em função da complexidade deste circuito de comunicação, muitos historiadores, segundo Darnton, elegem um segmento do circuito para análise. Para o teórico, esta segmentação somente é válida quando as partes são relacionadas com o todo, adquirindo, deste modo, seu significado completo, razão pela qual afirma que “parece necessária alguma visão holística do livro como meio de comunicação” (Idem, p.112). Este processo de comunicação, na visão de Darnton, poderá ser aplicado, com algumas adaptações, a qualquer período da história do livro impresso. Na investigação, a fim de torná-la exequível, elegeu-se a figura do intermediário da leitura, livreiro, tipógrafo ou comerciante, responsável pela escolha e encomenda das opções de leitura, entendido como “agente cultural, o intermediário entre a oferta e a demanda em seu principal ponto de conexão” (Idem, p.126). Com a tomada da figura do intermediário da leitura como ponto central do circuito de comunicação, aspira-se articular esse núcleo com outros pontos da rede referidos por Darnton, conexões essas que possibilitam um melhor entendimento do repertório de opções de leitura selecionado e disponibilizado pelos intermediários em seus estabelecimentos.

Com base nessas considerações, a pesquisa de caráter bibliográfico, partiu de uma perspectiva macro-analítica proposta por Robert Darnton (1990b) para a fase denominada quem lê o quê em diferentes épocas. Segundo Darnton, a macro-análise, tributária da história social quantitativa, principalmente francesa, utiliza fontes documentais de longa duração elaboradas a partir de catálogos de títulos, registros dos direitos do livro, bibliografias anuais, registros alfandegários e arquivos notariais, entre outras. A análise deste tipo de documentação fornece dados quantitativos que são geralmente organizados em uma série de estatísticas sobre a evolução do setor de livros, sobre os hábitos de leitura e as correntes culturais. Ainda que este tipo de abordagem forneça abrangentes informações quantitativas para a história dos livros e da leitura, Darnton chama a atenção para alguns problemas que esta documentação apresenta, ressaltando que “toda essa compilação e contagem oferece algumas linhas de orientação para os hábitos de leitura, mas às vezes as generalizações parecem genéricas demais para serem satisfatórias” (DARNTON, 1990b, p.150).

A partir dessa perspectiva, na investigação de uma faceta da história dos livros e da leitura dos imigrantes alemães e de seus descendentes em Porto Alegre da segunda metade do século XIX, utilizou-se, como fonte central, os anúncios, notas, resenhas ou qualquer outra forma de publicidade⁵ em jornais, almanaques e revistas em língua alemã publicadas no Estado. A opção pela publicidade decorreu inicialmente do fato de que ela, no âmbito da história dos livros e da leitura, não é relevante apenas para o mapeamento das ofertas disponibilizadas por intermediários da leitura, mas também importante para o estudo do provável contexto de sua leitura, especialmente o público a que se destinava. Neste sentido, Darnton menciona que “muito se aprenderia sobre as atitudes em relação aos livros e o contexto de sua utilização estudando a maneira como eram apresentados – a estratégia do apelo, os valores invocados pelo discurso empregado” (DARNTON, 1990a, p.124). A publicidade constante das páginas de impressos em língua alemã foi e continua relevante para a investigação do circuito

⁵ Por publicidade entende-se “uma técnica de comunicação de massa, paga com a finalidade precípua de fornecer informações, desenvolver atitudes e provocar ações benéficas para os anunciantes, geralmente para vender produtos ou serviços. A publicidade serve para realizar as tarefas de comunicação de massa com economia, velocidade e volume maiores que os obtidos através de quaisquer outros meios” SANT’ANNA, Armando. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 7^a. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

de acesso a e circulação de opções de leitura em idioma alemão no Rio Grande do Sul, pois constituem a maior fonte ainda disponível para o rastreamento de livreiros, tipógrafos e comerciantes e de livros e impressos por eles comercializados. Outras fontes relacionadas ao comércio livreiro voltado a produções impressas em alemão, como catálogos, livros comerciais, notas fiscais, relação de compradores ou usuários, são extremamente raras para a segunda metade do século XIX. Embora a publicidade seja uma fonte significativa, os anúncios ou similares não dão conta de todas as ofertas de leitura disponíveis e nem de todas as variáveis envolvidas na trajetória de funcionamento de uma livraria, tipografia, bazar ou biblioteca, fornecendo apenas indícios, mas que são importantes para revelar algumas especificidades da história da leitura e dos livros deste grupo. Além disso, a publicidade ressalta algumas características dos livros e impressos, sendo, contudo lacunar, em relação a outras especificidades, tais como local de edição, autoria e ano de publicação de obras.

Os dados coletados acerca dos livros e dos impressos, a partir das fontes mencionadas, foram sistematizados em torno de categorias como autor/editor, livro/periódico/outra produção, gênero, ano de publicação na Alemanha ou em outros países, ano de circulação em Porto Alegre, editora/tipografia, local de edição, preço e tipo de encadernação, dados esses complementados por informações advindas de catálogos de bibliotecas na Alemanha e em outros países e sites de busca na internet⁶, ação necessária em função das lacunas presentes na publicidade. A esse critérios foram acrescentados o movimento estético-literário, cultural e político a que livros e periódicos estavam vinculados, bem como o público de destino, ou seja, ofertas de leitura para leitores infanto-juvenis, femininos e masculinos ou ainda para ocasiões específicas. Esses parâmetros serviram de base para a análise das opções de leitura disponibilizadas pelos intermediários da leitura atuantes em Porto Alegre. Cada intermediário da leitura ainda foi pesquisado no que concerne à procedência, outras atividades comerciais e/ou de outra natureza desempenhadas na Capital sulina ou em outras localidades e filiações políticas e ideológicas, na tentativa de se dar conta do circuito de comunicação proposto por Robert Darnton para a trajetória dos livros.

No presente trabalho, pretende-se fornecer algumas respostas à história dos livros e da leitura por meio da análise de ofertas de leitura colocadas à disposição dos leitores de língua alemã pela *Zeitschriften-Agentur* (agência de assinaturas), *Buchhandlung* (livraria) e pelas *Leihbibliotheken* (bibliotecas de empréstimo) de Heinrich Rosenhaim⁷, em Porto Alegre, entre 1864 e 1870. Para tanto, foram decisivos os diversos tipos de publicidade veiculados no jornal *Deutsche Zeitung*⁸, único periódico em idioma alemão editado na Capital sulina entre 1861 e 1881, que permitiu visualizar aspectos do leque de ofertas de leitura disponibilizadas por Rosenhaim aos imigrantes e seus descendentes.

6 Para a identificação de periódicos, livros e autores/editores, recorreu-se também a diversos sites de busca, entre eles <http://www.deutschestextarchiv.de>, www.d-nb.info/opac.de, www.zeno.org, www.worldcat.org, www.gutenberg.org, www.zeitschriften.ablit.de, www.de.wikisource.org, www.de.wikipedia.org, www.books.google.com, www.reader.digitale-sammlungen.de, www.babel.hathitrust.org

7 Em algumas fontes o sobrenome Rosenhaim aparece grafado como Rosenheim.

8 Os exemplares da *Deutsche Zeitung*, com exceção dos anos de 1865 e 1868 não disponíveis para a consulta, e do *Der deutsche Einwanderer* do Acervo Benno Mentz, constantes neste artigo, pertencem ao DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e foram cedidos de modo gratuito e exclusivo para esta publicação.

3. COMÉRCIO LIVREIRO EM PORTO ALEGRE: HEINRICH ROSENHAIM ENTRE 1861 E 1870

Heinrich Rosenhaim nasceu em 1840 e faleceu, na cidade de Porto Alegre, em 1915, aos 75 anos de idade (DEUTSCHE Zeitung, 1915, p.2). De sua vida pessoal, entre os anos de 1840 e 1870, obteve-se, até o presente momento, poucas informações consistentes. Apurou-se que Rosenhaim era católico (TRAUER-NACHRICHT, 1901, p.3) e que, desde outubro de 1863, residia em um sobrado no Beco do Rosário⁹ (depois Rua 24 de maio, atual Avenida Otávio Rocha), situado entre a Rua de Santa Catarina (atual Dr. Flores) e a Igreja Protestante (HEINRICH Rosenhaim, 1863, p.4). De 1864 a 1867, Rosenhaim morava em uma casa na Rua do Rosário (atual Rua Vigário José Inácio) (GUT Heil!, 1867, p.3).

No que concerne à vida profissional de Rosenhaim, verificou-se que antes de iniciar as suas atividades no comércio livreiro de Porto Alegre, em 1864, aos 24 anos de idade, ele integrava, pelo menos desde 1861, o ramo de manufaturas e ofícios. Nele, Rosenhaim exercia a profissão de “seleiro-mestre” (BEKANNTMACHUNG, 1862, p.4) na fábrica de selas, de sua propriedade, localizada na Rua da Praia, nr.415. Atuava, assim, na “rua mais antiga da cidade” (FRANCO, 1998, p.31), que passou a ser chamada de Rua dos Andradas a partir de “7 de setembro de 1865” (Idem, p.32), na qual “a presença de alemães já era significativa, aí, na década de 1860” (GANS, 2004, p.43). Em seu estabelecimento, Rosenhaim mantinha à disposição dos interessados “um rico sortimento de selas, tanto para homens quanto para mulheres [...], todo tipo de correias, bem como arreios para muares e equinos” (ROSENHAIM, 1861, p.4), local em que ainda oferecia reparos e demais serviços relacionados ao seu ramo de atividade. No que tange às selas femininas, eram fabricadas “com os mais belos bordados e ao gosto da mais nova moda” (Idem, Ibid.), existindo, também à venda um novo modelo importado: “uma espécie de sela para damas com três ganchos” (Idem, ibid.). No ano de 1862, além da fabricação e comercialização de selas e arreios, Rosenhaim também passou a vender a preço “barato excepcional couro bem curtido dos melhores curtumes de Pelotas” (ROSENHAIM, 1862, p.3) de interesse para fabricantes de selas e arreios. Em julho de 1863, Rosenhaim (1863, p.3) ofertava, a preços módicos, ferramentas de seleiro, entre elas máquinas de corte e de picar, alicates para couro e agulhas. No primeiro semestre de 1864, Rosenhaim ainda atuava no ramo de artefatos de couro na Rua da Praia, mas no nr. 478, local em que oferecia “elegante e duradouro serviço” (ELEGANT, 1864, p.4) como seleiro, fabricante de carroças e estofador.

Na década de 1860, Rosenhaim ainda esteve envolvido com atividades desportivas e culturais de imigrantes alemães e de seus descendentes na Capital sulina, especialmente a *Deutscher Turnverein*, associação dedicada à prática do *Turnen* (ginástica alemã). A *Deutscher Turnverein* foi “a primeira sociedade desportiva criada na cidade de Porto Alegre” (SILVA, 2006, p.139), cuja existência foi oficializada “na virada de 1866 para 1867” (Idem, p.142) por iniciativa de 25 homens¹⁰, cujos primeiros sócios “eram artesãos, comerciantes e funcionários de casas de comércio” (Idem, ibid.). A primeira diretoria dessa nova associação, considerada “a mais útil das sociedades alemãs aqui existentes” (GUT HEIL!, 1867, p.3), era composta de Wilhelm ter Brügggen, presidente; Alfred Schütt, tesoureiro; E. Gottfriedsen, instrutor de ginástica; Martens

9 A denominação atual e antiga das ruas e avenidas de Porto Alegre foi pesquisada em FRANCO (1998).

10 A nominata dos fundadores da *Deutscher Turnverein* encontra-se em SILVA (2006, p.314-15).

Jr. e Weiß como vogais (Idem, *ibid.*). O primeiro local da *Deutscher Turnverein* para a prática de exercícios ao ar livre foi “preparado no jardim da casa de moradia do senhor H. Rosenhaim na Rua do Rosário” (Idem, *ibid.*). Tratava-se da mesma casa em que Rosenhaim residia e tinha seu comércio livreiro desde 1864, o que significava a junção de moradia e trabalho.

4 A ZEITSCHRIFTEN-AGENTUR DE HEINRICH ROSENHAIM ENTRE 1864 E 1870

Em Porto Alegre, Heinrich Rosenhaim iniciou suas atividades de livreiro em primeiro de novembro de 1864, na Rua do Rosário (hoje Rua Vigário José Inácio), nr. 37, defronte a Igreja do Rosário (ROSENHAIM, 1864, p.4) com a instalação de uma *Zeitschriften-Agentur* (Agência de revistas). Em 1866, o empreendimento de Rosenhaim passou a ser denominado na publicidade de *General-Zeitungs-Agentur* (Agência geral de jornais) (ROSENHAIM, 1866a, p.3), sugerindo a mudança de nome uma ampliação no tipo de periódico importado.

Na Rua do Rosário, na década de 1860, além do empreendimento de Rosenhaim, existiam vários estabelecimentos voltados para diferentes atividades, entre eles, a ferraria de Joseph Becker, a alfaiataria de Philipp Georg Bernhardt, a marcenaria de João Frederico Kuplich e a casa de modas de Jakob Hermann Maria Traub Filho, conforme indica o levantamento efetuado por Magda Gans (2004, p.68-69). Nessa década, segundo assinala Gans (Idem, p.44), a Rua do Rosário era uma das ruas da Capital sulina, juntamente com a Rua Senhor dos Passos, Rua da Alegria (atual Rua General Vitorino) e Rua da Conceição, em que se estabeleceram imigrantes e descendentes de alemães pertencentes predominantemente aos setores médios.

Com a abertura da *Zeitschriften-Agentur*, em Porto Alegre, no início de novembro de 1864, Heinrich Rosenhaim prontificava-se, a partir daquela data, “a aceitar encomendas de todos os jornais”, especialmente europeus (ROSENHAIM, 1864, p.4). Tratava-se de uma iniciativa pioneira, visto que até então a subscrição de periódicos europeus, especialmente revistas ilustradas, não tinha uma agência própria, embora outros intermediários da leitura estivessem ou estiveram envolvidos no acesso à palavra impressa em língua alemã. Em 1862, Emílio Wiedemann (1829-1907), estabelecido como comerciante, litógrafo, gravador e encadernador na Rua da Praia, nr. 186, ao lado de outras mercadorias que vendia em seu estabelecimento, entre elas tapetes, material para escrita e desenho e charutos, encarregava-se da subscrição de revistas editadas na Alemanha. (WIEDEMANN, 1862, p.4). A partir de 1863, na *Deutsche und Französische Leihbibliothek*, de Joseph Gertum (1821-1877), situada na Rua da Praia, nr.190 (GERTUM, 1864, p.4), era possível efetuar assinaturas de revistas da Europa (DEUTSCHE und französische..., 1863, p.4). Cabe lembrar que Emil Wiedemann e Joseph Gertum foram sócio-fundadores da *Deutscher Turnverein* de Porto Alegre (SILVA, 2006, p.314-15).

A abertura da *Zeitschriften-Agentur* Rosenhaim atribuiu, segundo o anúncio publicitário na *Deutsche Zeitung*, a uma finalidade específica: “satisfazer o desejo quase geral do público alemão de obter revistas européias a preços módicos, rápida e regularmente” (ROSENHAIM, 1864, p.4), especialmente por meio de assinaturas semestrais e/ou anuais. Esse anúncio evidenciava que Rosenhaim oferecia um diferencial em seus serviços de assinatura de periódicos europeus como uma forma de angariar clientes e se distinguir da concorrência. Sinalizava também que os leitores de língua alemã

de Porto Alegre, não tinham à disposição um local que atendesse seus pedidos com base em critérios importantes para eles, a saber, economia, rapidez e regularidade, apesar da existência de estabelecimentos que já tratavam de subscrições de periódicos produzidos na Europa.

No que tange à procedência dos periódicos, Rosenhaim assegurava que “sempre recebia todas as revistas diretamente da Alemanha” (ROSENHAIM, 1866b, p.4). Rosenhaim afirmava também que “por meio de suas ligações na Europa ele estava em posição de atender todas as solicitações de preço baixo” (ROSENHAIM, 1864, p.4), possuindo também “correspondentes em Leipzig” (ROSENHAIM, 1866c, p.4), portanto, sem intermediários ou vínculos em Porto Alegre ou em outras localidades brasileiras. Esses correspondentes em Leipzig, no ano de 1866, “asseguravam-lhe vantagens especiais” (Idem, *ibid.*), decorrentes, em parte, do fato de que na *General-Zeitungs-Agentur* “recentemente houvera numerosas encomendas” (Idem, *ibid.*), razão pela qual Rosenhaim estava apto “a fornecer todas as revistas significativamente mais baratas” (Idem, *ibid.*), conforme ele vinha prometendo havia vários anos.

O transporte dos periódicos da Europa para o Brasil ocorria por via marítima, que, até 1866, demorava no mínimo 30 dias. Para o ano de 1867, Rosenhaim anunciava uma redução nesse prazo, de modo que, em Porto Alegre, ele estimava a chegada das revistas “a cada 14 dias” (ROSENHAIM, 1866c, p.4). Rosenhaim ainda “garantia que cada assinante teria, ao final do ano, um tomo completo em suas mãos” (Idem, *ibid.*). Esse trajeto e tempo de chegada dos periódicos também foram influenciados por acontecimentos relacionados à história da Alemanha e do Brasil. Em agosto de 1866, Rosenhaim comunicou aos assinantes de periódicos ilustrados “que a caixa com jornais despachada em Leipzig, em 25 de maio, chegara atrasada em Southampton, a fim de ainda ser embarcada em nove de junho” (ROSENHAIM, 1866d, p.4), por isso, chegara apenas em agosto no Rio de Janeiro. No mesmo anúncio informava também que “uma segunda caixa com jornais enviada em 25 de junho” (Idem, *ibid.*) viera no mesmo navio. Rosenhaim assegurava aos assinantes que “a guerra que eclodira na Alemanha tem certamente culpa no atraso” (Idem, *ibid.*), referindo-se ele à guerra declarada pela Prússia contra a “Áustria e a maioria dos principados alemães com o propósito de solucionar a questão alemã em seu âmago com uma *revolução nacional de cima*” (DANN, 1996, p.156) [grifos do autor], conflito terminado em 23 de agosto de 1866 por meio do tratado de paz de Praga. Ainda em novembro de 1866, Rosenhaim informou aos assinantes de periódicos europeus que “o vapor ‘Gerente’, em virtude de forte transporte militar, não aceitou cargas e nem encomendas” (ROSENHAIM, 1866e, p.4) [grifos do autor], situação decorrente da participação do Brasil na Guerra do Paraguai (1865-1870). Em razão disso, Rosenhaim avisou aos assinantes que vinha “de veleiro um fardo de revistas, que estava à disposição no Rio de Janeiro desde o dia três de outubro” (Idem, *ibid.*).

A tomada de conhecimento por parte dos leitores de língua alemã dos periódicos europeus disponíveis para assinatura na *Zeitschriften-Agentur* ocorria por meio das diversas modalidades de publicidade divulgadas nas páginas do jornal *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre. Destacavam-se os anúncios referentes aos periódicos, que, em geral, traziam o nome do impresso, o valor da assinatura em moeda brasileira, informações acerca do seu conteúdo, tipo de encadernação e de ilustração. Os leitores também podiam manusear exemplares de periódicos nas dependências da *Zeitschriften-Agentur*, possibilidade para a qual Rosenhaim chamava a atenção por meio de notas na *Deutsche Zeitung*. Essa modalidade era uma forma de atrair os potenciais leitores

ao estabelecimento para se inteirarem melhor das características dos periódicos, ao folhearem as páginas de revistas ilustradas e jornais *in loco*. Na *Zeitschriften-Agentur* Rosenhaim também colocava “gratuitamente à disposição uma lista de preços de quase todas as revistas ilustradas e de todos hebdomadários” (ROSENHAIM, 1864, p.4). Para interessados e leitores de periódicos residentes em São Leopoldo e arredores, havia, a partir de novembro de 1866, a possibilidade de efetuar “encomendas de jornais ilustrados” (ROSENHAIM, 1866f, p.4) junto a Grovermann & Comp., firma estabelecida em São Leopoldo.

No que concerne às condições de subscrição dos periódicos europeus, elas eram determinadas por Heinrich Rosenhaim por meio de regras distintas para Porto Alegre e para as demais localidades. No que concerne aos assinantes da Capital sulina, vigorava para os periódicos “o pagamento antecipado da subscrição no ato de recebimento do primeiro número” (ROSENHAIM, 1866c, p.4). Os assinantes das demais localidades podiam efetuar suas encomendas desde que acompanhadas “da quantia correspondente” (Idem, *ibid.*) à assinatura anual ou semestral. Rosenhaim ainda salientava a necessidade de se efetuar o mais cedo possível as assinaturas, permitindo, assim, “o início da remessa em janeiro” (Idem, *ibid.*).

5. PERIÓDICOS NA ZEITSCHRIFTEN-AGENTUR DE HEINRICH ROSENHAIM ENTRE 1864 E 1870

O levantamento dos periódicos disponibilizados por Heinrich Rosenhaim em sua *Zeitschriften-Agentur* ou *General-Zeitungs-Agentur*, a partir da publicidade no jornal *Deutsche Zeitung*, revelou que predominavam as revistas ilustradas entre as opções de assinaturas, revistas essas que “na segunda metade do século dezenove [...] constituíam a mais importante modalidade impressa na Alemanha” (HEINZ, 2008, p.32).

Dentre as revistas ilustradas disponibilizadas pela *Zeitschriften-Agentur* destacaram-se as *Familienblätter* (revistas para as famílias), publicadas na Alemanha desde a década de 1850, impresso que foi do ponto de vista “da difusão e tiragem o gênero periodístico dominante na segunda metade do século dezenove” (Idem, p.33) [Grifo da autora]. Esse tipo de revista “era um produto do jornalismo de entretenimento com uma pretensão ao ensinamento, adornada artisticamente, com temas variados e rubricas repetitivas de apresentação compreensível a todos” (BARK, 1993, p.82), cujo conteúdo poderia “ser lido e ouvido no círculo familiar” (HEINZ, 2008, p.33). Esse conteúdo englobava em geral, conforme salienta Heinz, produções literárias, entre elas contos, novelas e romances, artigos de cunho científico, histórico e social, matérias relacionadas a inovações tecnológicas, biografias e ilustrações. Do ponto de vista do público leitor, as *Familienblätter* foram produzidas preponderantemente para um público burguês, constituindo-se “um típico órgão da burguesia e dão seguimento à tradição das revistas semanais de cunho moral” (Idem, p.36). Tinham como destinatário principal “a família e suas necessidades” (Idem, p.34), dirigindo-se também à mulher como leitora. Em função disso, essa modalidade de revista estava imbuída da intenção central de “difusão de um ideal de família burguesa” (Idem, p.36) e mostravam “um mundo burguês, no qual uma intacta vida em família era condição prévia para o prestígio em sociedade e para a ascensão social” (Idem, *ibid.*). Dentre as *Familienblätter* produzidas na Alemanha, Rosenhaim efetuava entre 1864 e 1867, em sua *General-Zeitungs-Agentur*, as assinaturas das seguintes revistas: *Die Gartenlaube*, *Die Illustrierte Welt*, *Freya*, *Illustriertes Familien-Journal*, *Illustrierter Hausfreund*, *Omnibus* e *Ueber Land und Meer*¹¹.

11 Os nomes dos periódicos e os valores de suas assinaturas foram retirados das seguintes fontes:

A revista *Die Gartenlaube. Illustriertes Familienblatt*, idealizada por Ernst Keil e editada, em Leipzig, a partir de 1853, é tida “como primeira folha familiar e protótipo do gênero pura e simplesmente” (Idem, p.40) na Alemanha. Por ocasião de seu lançamento, *Die Gartenlaube* pretendia “tornar-se uma folha para o lar e a família, um livro para todas as idades, para aqueles em cujo peito ainda bate um coração, e que ainda se comprazem com aquilo que é belo e nobre (KEIL, 1853, p.1). Na *Zeitschriften-Agentur* de Rosenhaim, a assinatura anual¹² da *Die Gartenlaube* custava 10\$000 reis, em 1866, e, para o ano de 1867, 7\$000 reis.

Die Illustrierte Welt. Blätter aus Natur und Leben, Wissenschaft und Kunst zur Unterhaltung und Belehrung für die Familie, foi editada em Stuttgart, a partir de 1853, por Eduard Hallberger, revista que trazia uma variedade de opções de leituras, entre elas produções literárias, matérias relativas à administração, à arte antiga e moderna, às ciências naturais, ao comércio, à geografia e à história (PROSPECT, 1853, p.2). Apesar desse conteúdo, “a clareza e o rigor da moralidade servirão como as linhas mestras da forma, a fim de que cada pai e mãe possam colocar tranquilamente nossas folhas nas mãos das crianças de qualquer idade e sexo” (Idem, *ibid.*). Na *Zeitschriften-Agentur* de Rosenhaim, em 1866, a assinatura da *Die Illustrierte Welt* podia ser efetuada ao preço de 9\$000 reis.

Freya. Illustrierte Familien-Blätter, mais tarde *Freya. Illustrierte Blätter für die gebildete Welt*, foi editada, desde 1861, em Stuttgart, pela editora Kraus und Hoffmann. Inicialmente trazia o subtítulo *Illustrierte Blätter für Deutschlands Frauen und Jungfrauen*, que denotava tratar-se de uma revista voltada às mulheres e moças da Alemanha. Inspirada em Freya, figura feminina da mitologia germânica, *Freya* pretendia “levar o bem e o belo a efeito com clareza, suavidade e solidez, combater o que é indigno, apurar as opiniões, refrescar os ânimos e, acima de tudo, manter vivo o ímpeto pela pátria” (UNSER Sinnbild, 1861). Conforme a publicidade da *Zeitschriften-Agentur*, a revista *Freya* “trazia continuamente consistentes romances, novelas, narrativas e biografias” (FREYA, 1866, p.4), que vinha a lume mensalmente em formato de “um caderno de cinco folhas *in quarto* com diversas ilustrações originais e duas gravuras em metal coloridas” (Idem, *ibid.*). O preço da assinatura anual dessa “sólida revista” (Idem, *ibid.*) saía, em 1866, ao preço de 12\$000 reis e, para o ano de 1867, no valor de 9\$000 reis.

Além dessas *Familienblätter*, Rosenhaim ainda promovia a assinatura de outras do mesmo gênero. *Illustriertes Familien-Journal. Zur Unterhaltung und Belehrung*, editada em Leipzig, desde 1863, por A. H. Payne, cuja assinatura anual na *Zeitschriften-Agentur* podia ser adquirida, em 1866, ao preço de 9\$000 reis e, em 1867, no valor de 7\$000. A revista *Der Illustrierte Hausfreund*, mais tarde *Der Hausfreund. Illustriertes Familienbuch*, foi redigida por Hans Wachenhusen e publicada, a partir de 1857, em Berlim, “como um típico e direto produto concorrente da *Gartenlaube* (GRAF, 2007, p.22). Sua assinatura anual, em Porto Alegre, custava, em 1867, 8\$000 reis. A revista *Omnibus. Illustriertes Wochenblatt*, publicada em Hamburg, por M. Rosenberg, desde 1861, podia ser subscrita na *Zeitschriften-Agentur* ao preço da assinatura anual a 5\$000 reis em

ROSENHAIM, Heinrich. General-Zeitungs-Agentur in Porto Alegre. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 21.04.1866; ROSENHAIM, Heinrich. Zur Beachtung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 31.10.1866.

12 Como parâmetro para os preços de assinaturas de periódicos e livros tomou-se a cotação, em reis, de alguns produtos agrícolas, no mercado de Porto Alegre, em 28 de setembro de 1866, entre eles saco de feijão preto: 7\$600; saco de feijão branco: 10\$000; saco de batata: 3\$600; saco de milho amarelo: 3\$400. MARKTBERICHT VON PORTO ALEGRE, 28. SEPTEMBER. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 29.09.1866.

1867. *Über Land und Meer. Allgemeine Illustrirte Zeitung*, fundada, em Stuttgart, no ano de 1858, por Eduard Hallberger e o escritor alemão Friedrich Wilhelm von Hackländer (1816-1877), autor de romances históricos. Essa revista “procurou, do ponto de vista do conteúdo, ultrapassar os estreitos parâmetros das *Familienblätter*. O seu título já alude à universalidade e internacionalização” (HEINZ, 2008, p.87). Na *Zeitschriften-Agentur* a assinatura anual, em 1866, custava 15\$000 reis e, para 1867, 12\$000 reis.

Ainda no âmbito das revistas ilustradas, a *Zeitschriften-Agentur* intermediava a assinatura de um segmento de revistas especificamente direcionado para as mulheres, periódicos esses que tinham a moda como assunto central. Tratava-se de *Der Bazar. Berliner Illustrirte Damen-Zeitung*, publicada em Berlim, desde 1855, por Louis Schäfer. A partir de 1857, “como uma reação ao sucesso da *Gartenlaube*” (GRAF, 2007, p.51), trazia também produções literárias. Na *Zeitschriften-Agentur* sua assinatura anual podia ser efetuada, em 1866, pelo valor de 10\$000 reis e de 8\$000 para o ano de 1867. A outra revista desse segmento foi *Victoria. Illustrirte Muster-und Modenzeitung*, editada, em Berlim, desde 1851, a cargo de Otto Janke. Em Porto Alegre sua assinatura anual, para o ano de 1867, era de 8\$000 reis.

Além das *Familienblätter* e das revistas voltadas para a moda, a *Zeitschriften-Agentur* de Rosenhaim também possibilitava a subscrição de outras modalidades de revistas ilustradas: *Fliegende Blätter*, *Globus*, *Kladderadatsch* e *Leipziger Illustrirte Zeitung*.

Fliegende Blätter, publicada em Munique, desde 1845, pela editora Braun & Schneider, e *Kladderadatsch*, editada em Berlim, desde 1848, por Heinrich Albert Hoffmann, pertenciam ao tipo revistas ilustradas semanais centradas no humor e na sátira, de orientação liberal. Essa modalidade de periódicos surgiu na Alemanha, no período *Vormärz* e das revoluções de 1848, e vinha marcada “acima de tudo pela política e caricaturas de estruturas de dominação” (GRAF, 2007, p.64). No período da restauração, destacava-se em suas páginas “a contemplação irônica da vida familiar e pública, muitos chistes viviam da tipificação das relações humanas e dos diversos campos profissionais” (Idem, *ibid.*). Em Porto Alegre, a assinatura anual de *Fliegende Blätter* para 1867 custava 9\$000. *Kladderadatsch* podia ser subscrita, em 1866, por 9\$000 reis e, para 1867, por 7\$000 reis ao ano. Essas duas revistas ilustradas já circulavam em Porto Alegre desde 1862, cujas assinaturas estiveram a cargo de Emil Wiedemann (1862, p.4). Além disso, excertos de *Kladderadatsch* também encontravam espaço nas páginas do jornal *Deutsche Zeitung*, especialmente a partir de 1864¹³.

Globus. Illustrirte Zeitschrift für Länder und Völkerkunde. Chronik der Reisen und Geographische Zeitung, foi editada pelo Dr. Karl Andree e publicada, desde 1862, em Hildburghausen pela editora do *Bibliographisches Institut*. Consistia em uma revista especializada que pretendia “ganhar novos amigos para a ciência no círculo do público culto, despertar o seu interesse para a geografia e a etnologia e mantê-lo vivo” (ANDREE, 1862, p.3). Na *Zeitschriften-Agentur* a assinatura dessa revista, para 1867, perfazia 18\$000 reis ao ano.

Leipziger Illustrirter Zeitung era outra revista ilustrada semanal passível de ser subscrita na *Zeitschriften-Agentur* de Rosenhaim. A *Leipziger Illustrirte Zeitung* foi a primeira revista ilustrada da Alemanha, a qual começou a ser editada em 1843, na cidade de Leipzig, por Johann Jacob Weber. Seu aspecto gráfico orientava-se pelo modelo do jornal diário – “formato grande, impressão em três colunas” (GRAF, 2007, p.55), tendo sido também “a primeira folha no mercado [alemão] que esteve de ponta aponta ilustrada

13 Cf. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p. 2, 26.10.1864 e *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 05.11.1864.

com motivos xilográficos autóctones” (HEINZ, 2008, p.38). Tratava-se de uma revista voltada a um público leitor melhor situado, já que seu preço era mais elevado em relação às demais revistas editadas, e visava a ser um veículo de formação para os homens, de entretenimento para as mulheres e de estímulo para os jovens, conforme salienta Graf (2007, p.19). Na *Zeitschriften-Agentur* de Rosenhaim sua assinatura anual podia ser efetuada, em 1866, por 24\$000 reis e, em 1867, por 20\$000 reis.

No que tange aos jornais oriundos da Europa, Rosenhaim oferecia a assinatura do jornal alemão *Kölnische Zeitung*, de orientação liberal, editado, desde 1798, na cidade de Colônia. Tratava-se, na realidade, da “edição semanal para o exterior” (*KÖLNISCHE Zeitung*, 1866, p.4) que “chegava regularmente em Porto Alegre duas vezes ao mês” (*BESTELLUNGEN...*, 1866, p.4), cuja assinatura semestral, para o ano de 1866, custava 8\$000 reis. Esse formato específico da *Kölnische Zeitung* tinha oito páginas e trazia a “seleção dos editoriais da folha, uma concisa compilação dos principais acontecimentos políticos, muitas correspondências locais, uma rica seleção de produções beletrísticas e as últimas notícias antes da partida do respectivo navio-correio” (*KÖLNISCHE Zeitung*, 1866, p.4). Na publicidade efetuada por Rosenhaim, a edição semanal da *Kölnische Zeitung* foi apresentada como “uma excelente folha, o mais difundido dos jornais alemães e o melhor entre aqueles que são de orientação liberal” (Idem, *ibid.*), em cuja redação “atuam as melhores forças publicísticas da escola liberal” (Idem, *ibid.*). Assinaturas da *Kölnische Zeitung*, em 1866, ao preço semestral de 8\$000 reis, também estavam disponíveis junto a Julius Curtius, na Rua dos Andradas, nr. 314 (*ABONNEMENTS*, 1866, p.3), e a Philipp Christian Knapp, na Rua dos Andradas, nr. 363. Assim como as revistas *Kladderadatsch*, *Fliegende Blätter* e *Leipziger Illustrirte Zeitung* também a *Kölnische Zeitung* não foi introduzida por Rosenhaim no comércio livreiro de Porto Alegre. O jornal, em seu formato original, já era de conhecimento do público leitor de Porto Alegre, visto que, em 1862, Emil Wiedemann, anunciava a sua assinatura em seu estabelecimento comercial na Rua da Praia (*WIEDEMANN*, 1862, p.4).

Além da *Kölnische Zeitung*, Rosenhaim também possibilitava a assinatura de jornais em língua alemã publicados na Inglaterra, a saber: *Londoner Anzeiger*, editado por Henry Bender, cuja assinatura anual, em 1864, era no valor de 7\$000 reis (*ROSENHAIM*, 1864, p.4); *Hermann. Deutsches Wochenblatt aus London*, redigido pelo Dr. Juch, era editado em Londres. Na *Zeitschriften-Agentur* a subscrição semestral, em 1866, podia ser efetuada ao preço de 5\$000 reis (*ROSENHAIM*, 1866d, p.4). *Hermann* era, até 1869, “uma folha radical” (*HERMANN*, 1869, p.2), a qual “outrora havia sido muito lida na Província” (Idem, *ibid.*), pois “a folha fora enviada em grandes lotes aos alemães no exterior” (Idem, *ibid.*). Em 1863, antes da atuação de Rosenhaim, as assinaturas de *Hermann*, ao preço de 4\$000 reis o semestre, pagamento no ato, podiam ser efetuadas na Capital sulina junto ao agente E. Gieseler, estabelecido na Rua da Praia, nr.417, ocorrendo, regularmente, a chegada dos respectivos números do jornal com o vapor-correio (*GIESELER*, 1863, p.4).

Além das subscrições de jornais e revistas europeus, Rosenhaim respondia, em Porto Alegre, no período de 1865 a setembro de 1866 (*AGENTUR-VERÄNDERUNG*, 1866, p.4), também pelas assinaturas do jornal *Colonie-Zeitung*. Entre 1863 e 1864, Emil Wiedemann fora agente do mencionado periódico em Porto Alegre (*DEUTSCHE Zeitung*, 1863, p.4). O *Colonie-Zeitung und Anzeiger für Dona Francisca und Blumenau* iniciou a sua circulação em janeiro de 1863, em Dona Francisca (hoje Joinville/SC), cuja redação esteve a cargo de Ottokar Dörfler e a distribuição sob a responsabilidade

de Johann Heinrich Auler (HERKENHOFF, 1998, p.31). Segundo o seu editorial de lançamento, reproduzido, em língua portuguesa, no livro *História da imprensa em Joinville* de Elly Herkenhoff, a criação do *Colonie-Zeitung* visava a contribuir para que “todos os imigrantes alemães que escolheram o Brasil Meridional e, principalmente, a Província de Santa Catarina para se estabelecerem, aqui encontrem, realmente uma nova Pátria, sem que isso implique a perda da sua antiga Pátria” (Idem, p.32). Por ocasião da passagem da representação do *Colonie-Zeitung* para Philipp Christian Knapp, em 1866, esclarecia Rosenhaim que essa atitude de Johann Heinrich Auler não interferia em nada nas atividades da *Zeitschrift-Agentur*. Segundo Rosenhaim, essa representação “não tinha nenhuma relação maior com minha agência de periódicos [...] e, por conseguinte, não ocorrerá, em função do desligamento da agência, nenhuma interrupção concernente ao fornecimento de periódicos” (ROSENHAIM, 1866b, p.4).

6. COMÉRCIO DE LIVROS: A BUCHHANDLUNG VON HEINRICH ROSENHAIM ENTRE 1864 E 1870

Em 1865, Heinrich Rosenhaim abriu a *Buchhandlung von Heinrich Rosenhaim* (Livraria de Heinrich Rosenhaim), que funcionava no mesmo endereço da *Zeitschriften-Agentur*. A *Buchhandlung* aparecia nos anúncios publicitários da *Deutsche Zeitung* como um estabelecimento no qual havia “uma grande variedade de revistas, romances, novelas e obras de todos os ramos do conhecimento em novos exemplares” (BÜCHER-ANZEIGER, 1867a, p.4), em língua alemã, importados principalmente da Alemanha. Na *Buchhandlung* Rosenhaim também vendia “brinquedos a varejo e por atacado aos menores preços” (ROSENHAIM, 1867a, p.4), recomendados especialmente para o Natal, “material de desenho da marca Adler [...] bonitos quadros” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867, p.4). Junto da *Buchhandlung* ainda funcionava uma papelaria, na qual havia “em estoque papel de todas as cores e qualidades, como natural, acetinado, marmorizado, *chagrin*, lustroso, mata-borrão, papel-ofício, papel para carta e papel quadriculado, além de papelão de todos os tamanhos” (PAPIER, 1866, p.4). Além desses tipos de papel, Rosenhaim também vendia “autêntico papel holandês para correspondência das marcas *batonné*, comercial e *quadrille* em caixas contendo meia resma ao valor de 3\$000 [reis]” (PAPIER, 1867, p.4), além de “papel finíssimo para bilhetes nas mais diversas cores e marcas d’água em acondicionado em caixinhas contendo um quarto de resma a 1\$600 e 1\$800 [reis]” (Idem, *ibid.*), bem como “envelopes a cento apenas 1\$000 e 1\$000 [reis]. Papel-almaço a resma 4\$200 [reis]. Papel-natural a resma a 13\$500 [reis]. Mata-borrão a resma a 16\$000 [reis]” (Idem, *ibid.*). À *Buchhandlung* e papelaria Rosenhaim acrescentou uma *Buchbinderei* (Encadernação), que começou a funcionar a partir de junho de 1866, na qual “se executava rapidamente e de modo duradouro todos os trabalhos pertinentes a esta especialidade” (BUCHBINDEREI, 1866, p.4), local em que “livros comerciais em branco ou com pautas estão sempre em estoque, bem como uma bela seleção de panos de linho prensados” (Idem, *ibid.*), além de papel de variado tipo e qualidade, produtos esses vendidos somente à vista.

O acesso do público leitor de Porto Alegre e outras localidades aos livros, periódicos e outras produções impressas vendidos por Rosenhaim ocorria por meio da visita *in loco* na sua *Buchhandlung*. Em São Leopoldo, os livros da *Buchhandlung*, divulgados na *Deutsche Zeitung*, podiam ser adquiridos junto a Louis Lauer pelos preços anunciados (BEKANNTMACHUNG, 1866, p.4). Os leitores de língua alemã também tomavam conhecimento de opções de leitura disponíveis na *Buchhandlung* a partir dos anúncios publicitários divulgados na *Deutsche Zeitung*, os quais geralmente traziam o nome do autor/editor, título da produção, tipo de encadernação e ilustração, número de

páginas e preço. Na edição de janeiro de 1866, Rosenhaim divulgou, em formato de encarte, o 7º. catálogo de livros de sua *Buchhandlung*, que trazia “livros valiosos de todos os ramos da ciência” (DAS 7te. V..., 1866, p.4), cujos “preços indicados subiram um pouco devido a despesas de transporte” (Idem, *ibid.*). A numeração do encarte sugere que houve divulgações similares por meio do mencionado jornal. No que se refere às condições de aquisição dos livros e demais opções de leitura à venda na *Buchhandlung*, Rosenhaim operava apenas com pagamento à vista, de modo que “após o recebimento do montante cada encomenda será imediatamente encaminhada ao seu destino” (BÜCHER-ANZEIGE, 1866, p.4). Nas encomendas de livros da Europa, Rosenhaim operava com a cotação “do *Taler* prussiano a 2\$000 reis” (ROSENHAIM, 1866c, p.4), e, nessas condições, entregava “no local cada encomenda sem despesas de porte” (Idem, *ibid.*).

A abertura da *Buchhandlung* de Rosenhaim foi uma iniciativa pioneira na década de 1860, já que Porto Alegre não tinha, até 1864, uma livraria especializada em livros e outros impressos em língua alemã, embora outros intermediários da leitura tratassem da encomenda de livros. Emil Wiedemann, a partir de 1861, comercializava em sua casa comercial, estabelecida na Rua da Praia, nr. 186, ao lado de outras mercadorias, livros importados da Alemanha, entre eles cartilhas, dicionários, gramáticas, obras para o ensino religioso e livros infanto-juvenis (WIEDEMANN, 1861, p.4). Em 1864, Joseph Gertum aceitava encomendas de “livros de todo tipo” (GERTUM, 1864, p.4). No que concerne a livrarias, antes da *Buchhandlung* de Heinrich Rosenhaim, Porto Alegre tivera, na década de 1850, a *Buchhandlung von de la Rue & Kaiser* (Livraria de de la Rue & Kaiser), localizada na Rua da Praia nr. 218 (DIE Bekannten, 1855, p.4), que tinha como um dos proprietários Franz Lothar de la Rue (1824-1871), natural de Frankfurt am Main/Alemanha, ex-integrante da Legião Alemã. Em 1867, a Capital sulina ganhou outra livraria especializada em periódicos e livros importados da Europa, especialmente da Alemanha: a *Buchhandlung* de Philipp Christian Knapp, situada na Rua da Praia, nr. 363 (ZUR Beachtung!, 1867, p.4). A existência das mencionadas livrarias, assim denominadas nos anúncios publicitários dos jornais em língua alemã publicados em Porto Alegre, bem como o levantamento publicado na *Deutsche Zeitung*, o qual, em 1866, listava, entre as casas comerciais da Capital sulina, uma livraria e duas papelarias (PORTO Alegre, 1866, p.1), relativiza a afirmação de Elizabeth W. Rochadel Torresini de que “até a década de 1870, não houve registro nos jornais rio-grandenses da existência de locais de venda exclusiva de livros (TORRESINI, 2010, p.243).

7. OPÇÕES DE LEITURA NA BUCHHANDLUNG DE HEINRICH ROSENHAIM ENTRE 1864-1870

A análise dos anúncios publicitários da *Buchhandlung* de Heinrich Rosenhaim permitiu o acesso a uma parte do conjunto das ofertas de leitura disponíveis, já que não foi possível consultar outras fontes, como, por exemplo, os catálogos da livraria publicados na década de 1860. Entre as opções de leitura disponíveis na *Buchhandlung* havia livros, periódicos e outros artefatos impressos. No que concerne aos livros comercializados por Rosenhaim, observou-se a presença dos seguintes campos: ciências naturais, correspondência, economia doméstica, educação, história, medicina e tecnologia.

No campo das ciências naturais, a livraria de Rosenhaim vendia *Die Wunder der Urwelt*, do Dr. W. Zimmermann, publicado originalmente em 1856, que, em 1861, estava

na 13ª. edição, a cargo de Gustav Hempel em Berlim, livro esse “com cerca de 300 ilustrações, 8\$000 reis” (VORRÄTHIG in..., 1866, p.4). De Eduard Süßkind estava à disposição dos leitores *Natur und Menschenwelt für Schule und Haus*, livro “com 268 figuras em 20 lâminas coloridas, encadernado a 10\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867b, p.4). Ainda no campo das ciências enquadrava-se *Chemische Briefe*, de Justus Freiherr von Liebig (1803-1873), químico alemão e professor catedrático da Universidade de Giessen, obra que veio a lume em 1865. Na *Buchhandlung* o livro com “532 páginas, robusto e elegantemente encadernado [custava] 6\$500 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1866, p.4). Justus von Liebig já era conhecido entre os leitores pela sua atuação no campo científico antes da comercialização da mencionada obra por Rosenhaim. Em janeiro de 1866, a *Deutsche Zeitung* publicou um artigo a respeito da atividade de von Liebig na criação do extrato de carne, no qual o cientista foi apresentado como “o grande químico barão von Liebig, que praticamente pode ser visto como o criador da química orgânica, e cuja atividade benéfica, em auditório, laboratório e na imprensa, teve uma ilimitada influência na agricultura e em diversas áreas da indústria” (LIEBIGS..., 1866, p.1).

No que tange à correspondência, a *Buchhandlung* vendia *Neuer praktischer Universal-Briefsteller*, do Dr. Kiesewetter, “encadernado, 3\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1866, p.4), obra que, conforme sugeria o título, visava a atender as necessidades dos leitores em se comunicarem adequadamente no âmbito público e privado por meio da correspondência.

No que se refere à economia doméstica, a *Buchhandlung* possibilitava o acesso dos leitores de língua alemã a diversos livros de culinária, publicados na Alemanha, majoritariamente escritos por mulheres, os quais tinham como alvo principal a leitora. De autoria de Henriette Davidis (1801-1876) estava disponível *Praktisches Kochbuch*, “elegantemente encadernado em pano de linho, a 5\$000 [reis]” (Idem, *ibid.*), cujo título na íntegra era *Praktisches Kochbuch für die gewöhnliche und feinere Küche*, primeira edição publicada, em 1845, pela editora Velhagen & Klasing de Bielefeld. De Emma Allestein podia ser adquirido *Das beste bürgerliche Kochbuch*, “ricamente encadernado, a 4\$000 [reis]” (Idem, *ibid.*). Também voltada à culinária era o livro *Allgemeines deutsches Kochbuch*, de Sophie Wilhelmine Scheibler (1749-1829), volume “com ilustrações, elegantemente encadernado em pano de linho, 6\$000 [reis]” (Idem, *ibid.*). *Lehmann's großes Kochbuch*, de August Erdmann Lehmann, consistia em outro livro de culinária “elegantemente encadernado, a 4\$500 [reis]” (Idem, *ibid.*).

A educação foi outra área contemplada pela *Buchhandlung* de Rosenhaim, especialmente abecedários, como *Professor Hampelmann. Ein Bilder ABC für artige Kinder*, no valor de “3\$000 [reis]” (Idem, *ibid.*). Além dessa obra didática, Rosenhaim ainda ofertava “uma grande variedade de outros abecedários a 800 reis, 1\$000, 1\$500 e 3\$000” (Idem, *ibid.*), bem como “livros para as crianças com muitas ilustrações a 1\$760 reis” (VORRÄTHIG in ..., 1866, p.4).

No campo da história, a *Buchhandlung* de Rosenhaim comercializava a obra *Carl von Rotteck's allgemeine Weltgeschichte bis zum Jahre 1860*, do Dr. Carl von Rotteck (1775-1840), “com 30 gravuras históricas em metal, em seis volumes em brochura, 16\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867b, p.4).

No que se refere à literatura, estavam à disposição na *Buchhandlung* obras literárias de autores europeus, bem como volumes com textos literários. Da literatura alemã os leitores podiam adquirir a obra completa do escritor Theodor Körner (1791-1813), em

“edição de luxo, elegantemente encadernada com ricas impressões a ouro e em relevo, a 6\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867a, p.3). Ainda no campo das produções literárias alemãs, Rosenhaim vendia “bonitos *Liederbücher* (cancioneiros) de 500 Reis a 2\$000” (BÜCHER-ANZEIGER, 1866, p.4), com destaque para o *Allgemeines deutsches Schützen - und Turnerliederbuch* “com melodias, de 326 páginas, por apenas 2\$500 [reis]” (Idem, *ibid.*). Outra publicação presente na *Buchhandlung*, em 1867, era *Salon-Album*, contendo “novelas e poemas, com 12 esplêndidas gravuras em metal, encadernado em pano de linho com corte e lombada dourados, a 8\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867b, p.3).

Ainda no âmbito da literatura, Rosenhaim anunciava aos leitores de língua alemã *Shakespeare's sämtliche Werke*, obra completa do escritor inglês William Shakespeare, “encadernada em quatro luxuosos volumes com três gravuras em metal cada um, a 3\$000 [reis] o volume” (Idem, *ibid.*). Produções literárias de Shakespeare já eram de conhecimento do público leitor de língua alemã em Porto Alegre antes da abertura da *Buchhandlung* de Rosenhaim. O médico e viajante alemão Robert Avé-Lallement em sua passagem pela Capital sulina, em 1858, alude a uma representação no *Deutsches Liebhabertheater* (Teatro alemão de amadores) de *Sonho de uma noite de verão*, afirmando: “mas as transformações de poeta inglês tinham sido antecipadas pelos atores que representavam perante nós; as heroínas principais eram homens em trajes femininos, que aliás desempenharam bem os papéis de moças” (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p.113).

Os livros do campo da medicina, à disposição na *Buchhandlung* de Rosenhaim, constituíam-se em manuais, destinados à vida em família, especialmente às mães, que tratavam de questões ligadas ao funcionamento do corpo humano e à identificação e tratamento de doenças. Integrava essa categoria *Das Buch vom gesunden und kranken Menschen*, do Dr. Carl Ernst Bock (1809-1874), professor catedrático de anatomia patológica em Leipzig, obra essa “com 73 belas ilustrações por apenas 5\$000 [reis]” (ZU haben, 1866, p.4). Essa obra já era recomendada, na *Deutsche Zeitung*, em 1864, antes das atividades livreiras de Rosenhaim, como uma obra para o cuidado de crianças em seu primeiro ano de vida (UEBER der..., 1864, p.2). Também do Dr. Carl Ernst Bock a *Buchhandlung* de Rosenhaim vendia *Volks-Gesundheits-Lehrer: zum Kennenlernen, Gesunderhalten und Gesundmachen des Menschen*, volume em “elegante brochura, 1\$000 [reis]” (IN der..., 1866, p.4). Ainda na categoria de livros com informações médicas se inseria *Der Arzt als Hausfreund. Ein treuer und zuverlässige Rathgeber für Familienväter und Mütter bei Krankheiten eines jeden Alters und Geschlechts*, do Dr. Siegfried Benjamin Franz Ruppricht, volume “encadernado, 4\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1866, p.4). Referente ao corpo humano e à vida conjugal, conforme sugeria o título do livro, havia *Das Glück der Liebe und der Ehe: Enthüllte Geheimnisse für Liebende, Verlobte und Neuvermählte*, destinado provavelmente à educação sexual, já que o livro era “distribuído lacrado” (ZU haben, 1866, p.4), montando “o baixo preço desse livro [...] a apenas quatro balastrakas” (Idem, *ibid.*).

Na área de tecnologia, a *Buchhandlung* de Rosenhaim colocava à disposição dos leitores *Das Buch der Erfindungen, Gewerbe und Industrie*, obra redigida pelo professor catedrático S. Bobrik e um grupo de colaboradores, que estava, em 1864, na 5ª edição, publicada, em Leipzig, a cargo de Otto Spamer. Obra em “três volumes com 23 imagens à argila e mais de 1000 ilustrações no texto, a 15\$000 [reis]” (Idem, *ibid.*). Nessa área também se enquadrava *Illustrierter deutsche Gewerbekalender für 1866*, organizado por Max Wirth, economista alemão e também editor do periódico *Arbeitgeber* (VORZÜGLICHER...,

1866, p.2), cuja publicidade ressaltava que “o livro é de qualquer modo extremamente útil, e o formato de almanaque o mais adequado, a fim de proporcionar-lhe uma ampla difusão” (Idem, *ibid.*). Esse livro tinha como objetivo central “apresentar aos fabricantes as mais recentes notícias acerca do progresso no campo da mecânica, tecnologia, química técnica, etc.” (Idem, *ibid.*). O exemplar “com inúmeras ilustrações [...] à 1\$320 reis” (NOCH..., 1866, p.4).

Na *Buchhandlung* de Rosenhaim os leitores ainda encontravam publicações específicas como *Landau neuer Hausschatz für Freunde der Künste und Wissenschaften*, “novíssima edição em papel *belin*, 950 páginas, apenas 8\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867a, p.3), de Hermann Joseph Landau, editado em Praga.

A *Buchhandlung* de Heinrich Rosenhaim também se caracterizava pela comercialização de periódicos oriundos da Alemanha, cujas assinaturas eram possíveis de serem efetuadas na *Zeitschriften-Agentur*. Em 1866, Rosenhaim anunciava a venda do tomo nove, recentemente publicado, da revista ilustrada *Globus. Illustrierte Zeitschrift für Länder und Völkerkunde*, editada pelo Dr. Carl Andree, volume “robusto de 48 folhas com 150 esplêndidas ilustrações originais e ao preço módico de 14\$000 reis” (ZUR Beachtung, 1866, p.4). Nesse mesmo ano, Rosenhaim recomendava “aos amigos de uma boa e prazerosa leitura [...] edições completas de *Gartenlaube* (1859-1865), elegantemente encadernadas em pano de linho inglês prensado a ouro. Preço por volume apenas 12\$000 [reis]” (DEN Freunden, 1866, p.4). Em 1867, os leitores podiam adquirir edições completas anuais da revista ilustrada *Freya. Illustrierte Blätter für die gebildete Welt*, impressa “com 100 xilogravuras e 36 coloridas reproduções artísticas em metal, encadernação elegante em pano de linho violeta com magnífica capa e lombada dourada, a 14\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867a, p.4). Edições completas de *Illustrierte Welt* “com mais de 200 esplêndidas ilustrações, encadernação elegante em pano de linho marrom, a 10\$000 [reis]” (Idem, *ibid.*) também estavam à disposição na *Buchhandlung* de Rosenhaim.

Rosenhaim ainda comercializava produções impressas, especialmente ligadas ao campo da geografia, como atlas e mapas. Estavam à disposição do público leitor *Dr. Glaser's Schulatlas* “da novíssima descrição do globo terrestre, em 30 mapas, encadernado, a 3\$200 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1866, p.4); e *Meyers großer Hand-Atlas*, de Carl Joseph Meyer (1796-1856), “em 64 mapas coloridos, grande formato imperial, encadernado com título dourado, a 24\$000 [reis]” (BÜCHER-ANZEIGE, 1867b, p.4). A venda de mapas ainda esteve ligada a momentos específicos da história brasileira, como a Guerra do Paraguai (1865-1870). Em 1866, Rosenhaim anunciava quem em sua *Buchhandlung* havia a oferta de “mapas dos palcos da guerra, englobando a Província Rio Grande do Sul, as Repúblicas Argentinas e Paraguai, 23 polegadas de largura e 25 polegadas de altura, ricamente coloridos [...] a 2\$000 reis” (KARTEN ..., 1866, p.4).

8. A DEUTSCHE LEIHBIBLIOTHEK DE HEINRICH ROSENHAIM ENTRE 1864 E 1870

Em 1865, Heinrich Rosenhaim abriu, em Porto Alegre, uma *Leihbibliothek* (Biblioteca de Empréstimos), também denominada *Deutsche Leihbibliothek* (Biblioteca de Empréstimos Alemã), que funcionava junto a sua *Zeitschriften-Agentur* e *Buchhandlung* na Rua do Rosário, nr. 37. No que tange ao horário de funcionamento da *Deutsche Leihbibliothek*, apurou-se, a partir de informações veiculadas por Rosenhaim na

Deutsche Zeitung, que seu proprietário abria as portas durante a semana, encerrando o expediente à noite. Em 1867, Rosenhaim comunicou aos assinantes que, por motivo de doença, o local “fechava às seis horas da tarde com exceção de segunda e quinta-feira, dias em que permanecia aberto até as 10 horas” (ROSENHAIM, 1867b, p.4). O acesso dos leitores à *Deutsche Leihbibliothek* e aos seus livros e às suas demais ofertas de leitura era possível mediante o pagamento de uma subscrição mensal no valor de 800 reis (ROSENHAIM, 1866h, p.4). Para o conhecimento do acervo, além da visita *in loco*, Rosenhaim publicava catálogos com a relação completa das opções de leitura disponíveis na *Deutsche Leihbibliothek*, como em janeiro de 1866, quando ele comunicou aos assinantes que o “catálogo completo está no prelo e será distribuído gratuitamente” (ROSENHAIM, 1866g, p.4). Na divulgação de sua *Deutsche Leihbibliothek*, Rosenhaim também utilizava a publicidade, veiculada na *Deutsche Zeitung*, que trazia algumas recomendações de leitura. Apesar de poucas informações publicadas no mencionado jornal e da ausência do catálogo, foi possível identificar algumas especificidades da *Deutsche Leihbibliothek* de Rosenhaim.

Tratava-se de uma *Leihbibliothek* que, do ponto de vista da composição do seu acervo, era de caráter misto, composta de livros, revistas e mapas. No que tange à quantidade de opções de leitura disponíveis na *Leihbibliothek*, apurou-se dados apenas em relação aos livros. Em janeiro de 1866, Rosenhaim comunicou aos assinantes da *Leihbibliothek*, por meio da *Deutsche Zeitung*, que “novamente chegaram para ela 600 livros” (Idem, *ibid.*). No que concerne aos livros presentes na *Deutsche Leihbibliothek*, identificou-se os seguintes títulos e autores: *Die verlorene Handschrift* e *Soll und Haben*, de Gustav Freytag; *Die Armen und Elenden*, de Victor Hugo; *Der Vulkanismus oder das Todesthal auf Java*, de Dr. W. Zimmermann; *Geheimnisse des Schaffots oder Memoiren von sieben Scharrichter-Generationen*, de Henri Sanson; *Der Verfluchte. Enthüllungen eines hochgestellten katholischen Geistliche* (ROSENHAIM, 1866h, p.4). A partir dessa relação de obras, observou-se que na *Deutsche Leihbibliothek* havia livros de autores alemães, Gustav Freytag e W. Zimmermann, e de autores franceses vertidos para o alemão, Victor Hugo e Henri Sanson. Diante disso, a *Deutsche Leihbibliothek* não se restringia a produções da Alemanha, embora tivesse um qualificativo étnico (alemã) em sua denominação. No que concerne a esses livros, notou-se que a *Deutsche Leihbibliothek* tinha em seu acervo obras literárias do gênero narrativo, especialmente romances e memórias. Ao gênero romance pertenciam *Die Armen und Elenden (Les Misérables)*, de Victor Hugo, *Soll und Haben* e *Die verlorne Handschrift*, de Gustav Freytag (1816-1895), e *Der Vulkanismus oder das Todesthal auf Java*, de W. Zimmermann. No âmbito das memórias inseriam-se os livros *Geheimnisse des Schaffots oder Memoiren von sieben Scharrichter Generationen (Sept Générations d'exécuteurs)*, de Henri Sanson (1799-1889), e *Der Verfluchte. Enthüllungen eines hochgestellten katholischen Geistliche*, traduzida do francês, publicada em 1865, em Berlim/Alemanha.

Na *Deutsche Leihbibliothek* de Rosenhaim os leitores também encontravam “as tão apreciadas revistas ilustradas como *Gartenlaube*, *Über Land und Meer*, *Illustrierte Welt*, *Angenehmer Zeitvertreiber*, *Roman Zeitung*” (Idem, *ibid.*). Com exceção de *Angenehmer Zeitvertreib* e *Roman Zeitung*, as demais revistas constavam na publicidade da *Deutsche Zeitung* como pertencentes ao rol de assinaturas disponíveis na *Zeitungs-Agentur*. No que concerne aos mapas, na *Deutsche Leihbibliothek* os leitores tinham acesso a “mapas dos palcos da guerra” (KARTEN..., 1866, p.4), referentes aos países envolvidos na Guerra do Paraguai, também disponíveis na *Buchhandlung* de Rosenhaim.

A *Deutsche Leihbibliothek* ainda se caracterizava pela novidade e popularidade das obras e dos impressos. Nesse sentido, Rosenhaim assegurava que “por meio da aquisição de

obras dos escritores alemães mais em voga e das revistas da atualidade não se almeja apenas a ampliação da *Leihbibliothek*, mas também oferecer aos estimados assinantes sempre algo realmente novo“. (ROSENHAIM, 1866h, p.4). Esses critérios de novidade e popularidade, salientados por Rosenhaim em relação à literatura alemã, possibilitam entrever autores e gêneros, bem como movimentos literários, integrantes da *Deutsche Leihbibliothek*, observando-se, para tanto, sua recepção na Alemanha. Os romances de Gustav Freytag deixavam claro que um dos movimentos literários privilegiados por Rosenhaim era o realismo, vigente na Alemanha entre 1848 e 1890 (RINSUM, 1997, p.45). O romance *Soll und Haben*, de Gustav Freytag, publicado em 1855, “foi, naquele tempo, considerado por muitos como o sinal de partida do realismo poético” (Idem, p.49). Freytag também “tornou-se, na segunda metade do século [dezenove], o autor mais popular da burguesia alemã” (Idem, p.51). Em Porto Alegre, as obras *Soll und Haben* e *Die verlorene Handschrift* já foram mencionadas na *Deutsche Zeitung* antes da abertura da *Deutsche Leihbibliothek*. Freytag, nesse periódico, era divulgado e apreciado como “esse genial escritor, cujo primoroso romance *Soll und Haben* foi lido com o maior interesse em todos os recantos cultos da Alemanha” (GUSTAV Freitag, 1864, p.2).

Além de Freytag, outros escritores alemães também obtiveram reconhecimento do público leitor na Alemanha, entre eles Wilhelm Raabe (1831-1910), autor do romance *Die Chronik der Sperlingsgasse*, de 1856, publicado sob o pseudônimo de Jacob Corvinus, que “foi o maior sucesso de Raabe” (RÖTZER, 2011, p.220), e Friedrich Spielhagen (1829-1911). Com base ainda nos critérios sublinhados por Rosenhaim, a *Deutsche Leihbibliothek*, no que tange ao gênero literário, comportaria principalmente prosa, visto que, na Alemanha, “romances, novelas e contos foram os gêneros prediletos do realismo” (Idem, p.210). Até 1865, ano de abertura da *Deutsche Leihbibliothek* de Rosenhaim, além de Freytag, Raabe e Spielhagen outros autores pertencentes ao realismo já haviam publicado obras nesses gêneros, entre eles Otto Ludwig (1813-1865), Theodor Storm (1817-1888) e Paul Heyse (1830-1914). Entre os tipos de prosa vigentes no realismo, Hans Gerd Rötzer destaca que “obtiveram maior sucesso, de acordo com a tiragem, os romances históricos; talvez porque eles desviavam da realidade” (Idem, *ibid.*). Diante disso, provavelmente romances históricos de Willibald Alexis (1798-1871) e Joseph Victor von Scheffel (1826-1886) integravam o acervo da *Deutsche Leihbibliothek*.

Os critérios de novidade e popularidade observados por Rosenhaim também se estendiam aos periódicos integrantes da *Deutsche Leihbibliothek*, predominantemente *Familienblätter*. Essas revistas ilustradas foram responsáveis pela difusão das novidades literárias, pois “elas continham ao lado de literatura trivial (algo de Eugenie Marlitt) também obras do realismo poético” (RINSUM, 1997, p.35). Ao lado da difusão de obras desse movimento literário em voga na Alemanha, “as revistas promoveram a ascensão da novela ao gênero preferido, cujos textos, que poderiam ser publicados em poucos fascículos, eram mais apropriados - também para a leitura em voz alta - do que longos romances. Assim a novela se tornou popular” (Idem, *ibid.*). O critério de novidade sublinhado por Rosenhaim ainda incidia diretamente sobre a *Deutsche Roman-Zeitung*, editada recentemente, em 1864, e impressa, em Berlim, por Otto Janke (1818-1887). A *Deutsche Roman-Zeitung* fazia parte das *Romanzeitschriften* (revistas de romances), as quais “eram revistas que continham, ao lado de um romance em fascículos - posteriormente também mais de um -, diversos pequenos textos em prosa, um pequeno *feuilleton* e poucas ou quase nenhuma ilustração” (GRAF, 2007, p.77).

9. A FRANZÖSISCHE E PORTUGIESSISCHE LEIHBIBLIOTHEK E O GABINETE DE LEITURA DE HEINRICH ROSENHAIM ENTRE 1864 E 1870

Em novembro de 1866, Rosenhaim abriu também a *Französische Leihbibliothek* (Biblioteca de Empréstimos Francesa) e a *Portugiesische Leihbibliothek* (Biblioteca de Empréstimos Portuguesa), as quais funcionavam no mesmo endereço das suas outras atividades no comércio livreiro de Porto Alegre. As condições de acesso e o valor da subscrição eram as mesmas da *Deutsche Leihbibliothek*.

No que tange a autores disponíveis na *Französische Leihbibliothek*, os leitores encontravam obras de “Balzac, Dumas, Reybaud, Paul de Kock, George Sand e Eugène Sue, etc” (ROSENHAIM, 1866i, p.4). A menção desses escritores evidenciava que um dos gêneros integrante da *Französische Leihbibliothek* consistia na narrativa, notadamente o romance. O anúncio, contudo, não especificava se eram obras em francês ou traduções para o alemão. No que concerne à *Portugiesische Leihbibliothek*, era “formada de obras originais, bem como de consistentes traduções de romances franceses” (Idem, *ibid.*).

No que tange ainda a um local de leitura especializado em obras de língua portuguesa, cabe lembrar que Heinrich Rosenhaim, em 1870, tomou para si a tarefa de criar um gabinete de leitura em Porto Alegre, mesmo que não seja o objetivo central do presente trabalho. Athos Damasceno Ferreira (1973), em seu estudo acerca de bibliotecas e gabinetes de leitura na Porto Alegre do século XIX, transcreve uma declaração de Heinrich Rosenhaim, publicada no jornal *A Reforma* em primeiro de agosto de 1870. Nessa declaração Rosenhaim dirigiu-se aos leitores do periódico com o objetivo de “formar uma biblioteca completa de literatura portuguesa e das melhores traduções de obras estrangeiras” (Rosenhaim in FERREIRA, 1973, p.28). Rosenhaim partia do pressuposto de que “um Gabinete de Leitura que por módico preço forneça ao público obras de instrução e recreio, traduzidas de todos os idiomas, a par da literatura clássica do idioma português, é sem dúvida uma das alavancas mais poderosas do progresso” (Idem, *ibid.*). Rosenhaim afirmava que, em virtude de seus poucos recursos, havia contribuído somente em parte na consecução dessa meta, pois “há quatro para cinco anos tem empregado tempo, trabalho e o pequeno capital de que dispunha, na formação de um Gabinete de Leitura que hoje já possui mil volumes em português” (Idem, *ibid.*). Assim, “a fim de adquirir por um empréstimo os meios necessários para dar a seu Gabinete uma extensão digna de uma Capital civilizada” (Idem, *ibid.*), Rosenhaim pede “um auxílio de 100\$000 (cem mil reis) por pessoa que quiser coadjuvã-lo” (Idem, *ibid.*). Esse valor seria restituído ao credor ao final de cinco anos, o qual ainda podia utilizar gratuitamente o gabinete durante o mencionado período. Na proposta de Rosenhaim, “os livros do Gabinete de Leitura respondem aos subscritores por aquela quantia, obrigando-se o empresário a não fazer venda deles senão depois de amortizado todo o empréstimo” (Idem, p.29). Apesar do apelo lançado por Rosenhaim, o projeto não vingou “por falta de apoio do ‘ilustrado público porto-alegrense’, continuando apenas a retirar das prateleiras e a distribuir nos balcões de sua modesta livraria os volumes que com tanto sacrifício reunira e compunham todo o acervo de sua seção de empréstimos remunerados” (Idem, p.30) [grifos do autor]. Provavelmente Ferreira referiu-se aqui apenas aos livros em língua portuguesa.

A iniciativa de Rosenhaim de criar *Leihbibliotheken* não foi uma ação pioneira em Porto Alegre, pois, neste período, já havia outra similar em funcionamento na Rua

dos Andradas, nr.190, destinada principalmente ao público leitor de língua alemã: a *Deutsche und französische Leihbibliothek* (Biblioteca de Empréstimo Alemã e Francesa), de propriedade de Joseph Gertum, professor de desenho e música e dono de loja de instrumentos musicais na Capital sulina. Essa *Leihbibliothek* iniciara as suas atividades em 1860 (DIE *Leihbibliothek*..., 1871, p.3) como um local em que os leitores, mediante o pagamento antecipado da subscrição mensal de 1\$000 reis, encontravam obras “em parte voltadas ao entretenimento e em parte de conteúdo científico e industrial” (GERTUM, 1862, p.4) oriundas da Alemanha, as quais “deveriam assegurar ao praticante de ofícios bem como ao erudito uma rica exploração” (Idem, *ibid.*). Em 1862, a *Leihbibliothek* de Gertum também já possuía “uma coleção de algumas centenas de obras em língua francesa” (Idem, *ibid.*). No ano de 1866, na *Leihbibliothek* de Gertum, pela subscrição mensal de 800 reis, que contava com “cerca de 2000 volumes, encontravam-se, além de nossos melhores escritores alemães do passado e do presente, os autores clássicos e modernos de outras nações em boas traduções” (GERTUM, 1866a, p.4). Esses dados relativizam a afirmação de Athos Damasceno de que Joseph Gertum “aventura-se, em meados de 1872 [...] a montar em dependências de sua loja uma seção de obras literárias e científicas que poderiam ser lidas ou consultadas pelo público, mediante prévia inscrição em listas de assinantes e pagamento de módicas mensalidades” (FERREIRA, 1973, p.35).

A atuação de Heinrich Rosenhaim no ramo livreiro voltado ao público leitor de língua alemã, na década de 1860, em Porto Alegre, ao que tudo indica, ocorreu com maior representatividade entre os anos de 1864 e 1868, conforme os dados apurados na publicidade divulgada na *Deutsche Zeitung*. Em 1869, a publicidade, por parte de Rosenhaim, acerca de periódicos e livros em língua alemã esteve ausente do mencionado jornal, o que sugere um possível declínio ou encerramento das atividades nessa vertente do ramo livreiro. Contribui para essa hipótese a atuação de outros intermediários da leitura, a partir de 1866, especialmente no que tange à subscrição de periódicos. Assim, entre 1864 e 1870, as revistas ilustradas e os jornais, presentes nas ofertas de assinaturas da *Zeitschriften-Agentur* de Heinrich Rosenhaim, também podiam ser assinados e/ou lidos em outros estabelecimentos de Porto Alegre.

Em 1866, Joseph Gertum colocava à disposição dos assinantes da *Deutsche und Französische Leihbibliothek* as revistas ilustradas *Die Gartenlaube*, *Über Land und Meer*, *Illustriertes Familien-Journal*. Em setembro de 1866, quando Philipp Christian Knapp assumiu a representação da livraria de Johann Heinrich Auler, de Dona Francisca (Joinville/SC), moradores da Capital sulina podiam efetuar em seu estabelecimento na Rua da Praia, nr.363, as assinaturas de todos os periódicos disponibilizados por Rosenhaim, bem como de outros jornais e hebdomadários europeus (DEUTSCHE..., 1866, p.4). Em 1869, Francisco Xavier Friedrichs, então representante da livraria de Johann Heinrich Auler em Porto Alegre, respondia pelas assinaturas de *Der Bazar*, *Die Gartenlaube*, *Fliegende Blätter*, *Globus*, *Illustriertes Familien-Journal*, *Kladderadatsch*, *Kölnische Zeitung*, *Leipziger Illustrierte Zeitung*, *Omnibus*, *Ueber Land und Meer* e *Victoria* (DEUTSCHE..., 1869, p.4), periódicos cujas assinaturas também foram anteriormente comercializadas na *Zeitschriften-Agentur* de Rosenhaim. No ano de 1869, Joaquim Alves Leite, estabelecido na Rua da Praia, nr. 224, detinha, em Porto Alegre, a representação da livraria de E.& H. Lämmert, do Rio de Janeiro, e possibilitava em seu estabelecimento a assinatura dos periódicos disponíveis na agência de Friedrichs, com exceção de *Freya*, *Kölnische Zeitung* e *Omnibus*, além de “aceitar encomendas de todas as revistas francesas e inglesas” (ANZEIGEN, 1869, p.3). Em 1870, Oscar Schuldt, estabelecido na Rua da Praia, nr.471, aceitava “encomendas de assinaturas de todos os periódicos alemães

conhecidos” (OSCAR..., 1870, p.3). A partir de 1866, Philipp Christian Knapp e Francisco Xavier Friedrichs, durante o período em que foram representantes da livraria de Johann Heinrich Auler, em Porto Alegre, também comercializavam livros oriundos da Alemanha. Os leitores ainda tinham acesso a livros alemães na *Deutsche und Französische Leihbibliothek* de Joseph Gertum, que podiam ser emprestados e, alguns casos, comprados (GERTUM, 1866b, p.4).

Corroborava ainda para a hipótese de redução ou encerramento a mudança no ramo de atividades de Rosenhaim, a partir de 1870, quando começou a atuar no ramo de vidraçaria, operando com grande sortimento de vidros para janelas e recomendando os seus serviços “de realização de trabalhos com vidros” (ROSENHAIM, 1870, p.3), sem menção ao endereço de seu estabelecimento. Comercializava também “lanternas de iluminação com vidro colorido” (ROSENHAIM, 1870b, p.3) e promovia “liquidação de brinquedos a preços reduzidos” (ROSENHAIM, 1870c, p.3). Embora Rosenhaim tenha retornado ao comércio livreiro na década de 1880, continuou no ramo da vidraçaria até a década de 1900 (ROSENHAIM, 1903, p.3).

10. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A atuação de Heinrich Rosenhaim como livreiro em Porto Alegre evidenciou que os periódicos, livros e outros impressos dividiam o espaço com produtos variados, entre eles brinquedos e papel, sinalizando uma prática comercial recorrente no século XIX. Suas atividades explicitaram que o público leitor de língua alemã na Capital sulina e arredores tinha a sua disposição um provimento regular de periódicos, especialmente revistas ilustradas, e de livros provenientes da Europa, majoritariamente da Alemanha, havendo, assim, a possibilidade de se entrar em contato com as novidades do mercado editorial europeu em pouco tempo. Isso também facultava a sintonia constante dos leitores com o pensamento europeu em voga em diversas áreas do conhecimento, entre elas ciências naturais, economia, etnologia, medicina e tecnologia, bem como com as produções literárias recentes, como ilustram os exemplares disponibilizados por Rosenhaim.

Ainda que a publicidade divulgada na *Deutsche Zeitung* seja apenas uma amostragem do total de opções de leitura na *Zeitschriften-Agentur*, na *Buchhandlung* e na *Deutsche Leihbibliothek* de Heinrich Rosenhaim, sua análise permitiu obter alguns dados significativos acerca das ofertas disponíveis para o público leitor de língua alemã em Porto Alegre e seus arredores na década de 1860. Percebeu-se que periódicos e livros voltados à família e obras de cunho científico, lideraram as ofertas de leitura nesse período. No que tange aos periódicos e livros, notou-se na publicidade a preocupação com os seus aspectos externos, principalmente a encadernação e as imagens/ilustrações, o que denota a importância das ilustrações no mercado livreiro, bem como os impressos e as obras como objetos de contemplação e de ostentação. Categorias como ano de publicação, editora, nome e título completo da obra ou do periódico passaram a um segundo plano.

A criação de uma *Zeitschriften-Agentur*, de *Buchhandlung* e de *Deutsche Leihbibliothek*, portanto, de locais específicos para o contato com a palavra impressa produzida principalmente na Alemanha, sinaliza que, em 1864, havia leitores de língua alemã de Porto Alegre interessados em se manterem informados e atualizados a par do que acontecia na Europa, portanto, não apenas atraídos por notícias e ilustrações, mas também por outras produções culturais divulgadas por revistas, jornais e livros europeus, entre elas normas de comportamento, moda e textos literários, humorísticos

e científicos. Contribui para esta hipótese a existência e o surgimento, na década de 1860, de outros pontos de venda e subscrição de periódicos, que passaram a ser concorrentes de Heinrich Rosenhaim.

A existência de um local apropriado para a comercialização de periódicos, livros e outros produtos impressos aponta a existência de pessoas capazes de arcar com as despesas de subscrição de revistas e jornais europeus e de compra de livros. Cabe ressaltar que a maior parte dos imigrantes e de seus descendentes, residentes na Capital sulina, pertencia ao nível médio e afortunado, cujo poder aquisitivo e padrão de vida procediam das atividades desempenhadas. O segmento médio e afortunado, conforme salienta Magda Gans (2004), abrangia os comerciantes ligados ao setor de importação, de alimentos, do vestuário e de exportação, os fabricantes, entre eles de carroças, cervejas e telhas, os artífices, os donos de oficinas e os prestadores de serviço. Entre os comerciantes predominam os importadores de produtos da Alemanha que movimentavam negócios de maior vulto e constituíam uma elite dentro do comércio em Porto Alegre.

O interesse por revistas ilustradas e por jornais, bem como os desejos de economia, rapidez e regularidade, também insinua que se tratava de leitores propensos a sintonizar com os avanços tecnológicos decorrentes da industrialização na Alemanha, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, logo, partícipes, ainda que em terras brasileiras, do progresso e das transformações da vida sociocultural da terra de origem. No campo da impressão editorial, os reflexos desta crescente industrialização ocasionaram a invenção e utilização das máquinas rotativas (BARK, 1993) o que possibilitou o surgimento de uma indústria cultural na Alemanha, na qual as revistas ilustradas desempenharam um papel central como um novo modo de informação e de entretenimento e como difusoras de uma literatura de massa, especialmente as *Familienblätter*. A preferência por revistas e, em menor proporção por jornais noticiosos, pode ainda remeter a uma vontade de estar em consonância com um novo modo de vida adotado pela burguesia alemã depois de 1848, do qual faziam parte os periódicos. Em consequência da industrialização na Alemanha, houve um crescimento do bem-estar social e a mudança das aspirações culturais das camadas burguesas, ou seja, “tinha-se a vontade de ser entretido, saber de coisas de todo o mundo, frequentava-se eventos de massa [...] e lia-se os novos hebdomadários (Journale), revistas e livros, mas que eram tomados mais como moda” (BEUTIN et al, 2008, p.336). O ideal de vida burguesa esteve presente especialmente nas *Familienblätter*, o grande filão das assinaturas promovidas por Rosenhaim na década de 1860. Além das *Familienblätter* e das revistas de moda, também livros comercializados na *Buchhandlung* contribuía para a difusão do modo de vida burguês, especialmente os livros dedicados à casa e à família, como os livros de culinária e os manuais de medicina, e às sociabilidades, que tinham na leitora seu principal destinatário. No século XIX, dentro da ótica burguesa, atribuíam-se à mulher o papel de “estar à frente da casa, isto é, o conforto da vida íntima da família tornou-se a profissão e a missão da mulher” (WEBER-KELLERMANN, 1998, p.60), o que representava, entre outras ações, a administração da casa, a criação e educação dos filhos, o cuidado com a alimentação e com a saúde dos familiares.

A oferta de periódicos, notadamente alemães, e de livros importados da Alemanha aponta para outra faceta dos imigrantes e seus descendentes moradores de Porto Alegre: a afirmação da identidade étnico-nacional, especialmente de um de seus principais demarcadores – a língua alemã – e dos laços de pertencimento com a terra

de origem, questão já evidenciada por Magda Gans. Embora este grupo estivesse amplamente inserido economicamente na sociedade luso-brasileira, portanto, em contato constante com a cultura local, “o fechamento cultural parece ter sido bastante forte. Isto pode ter acontecido, em parte, por existir uma ligação bastante atualizada dos teutos da capital com a Alemanha: o acesso aos mais diversos periódicos era bastante facilitado” (GANS, 2004, p.117).

A oferta e circulação de periódicos e de livros sugerem também que esse tipo de palavra impressa vinha ao encontro de uma intelectualidade de origem alemã existente em Porto Alegre, na década de 1860, atuante, conforme salienta Magda Gans (2004), especialmente na educação, entre eles professores de línguas, de música, de piano, de desenho, tradutores e intérpretes e proprietários de escolas para moças e rapazes, e na imprensa, notadamente como jornalistas. Parte desta intelectualidade era ainda formada de ex-integrantes da Legião Alemã de 1851, também denominados de *Brummers*, contratados na Alemanha para lutar contra Rosas, a qual foi desmobilizada em 1852. Vários desses ex-combatentes, imbuídos dos ideais da Revolução de 1848 na Alemanha, se radicaram em Porto Alegre, tornando-se um elemento culturalmente ativo por meio de suas idéias liberais, em alguns casos materialistas e anticlericais, e de sua atuação na educação, no jornalismo, no comércio e nas sociabilidades, entre elas a associação de ginástica e de tiro, com a qual Heinrich Rosenhaim tinha ligações desde a sua fundação. Para Gans (Idem, p.76), os integrantes desta intelectualidade, em seu conjunto, “revelam a existência de uma vida cultural (refiro-me, aqui, à cultura erudita) bastante dinâmica na Capital”. A presença dessa intelectualidade certamente foi responsável pela circulação, desde o início da e durante a década de 1860, de periódicos de orientação liberal como as revistas ilustradas *Kladderadatsch*, *Fliegende Blätter* e *Leipziger Illustrirte Zeitung* e do jornal *Kölnische Zeitung*. A partir da delimitação deste quadro pode-se inferir que a presença de periódicos e livros importados da Alemanha possibilitava alimentar o debate de idéias, a ligação com a Alemanha e a manutenção do idioma alemão. Contudo, as informações levantadas nessa pesquisa não esgotam o mapeamento do comércio livreiro de Heinrich Rosenhaim em Porto Alegre.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ABONNEMENTS. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 08.12.1866.
- AGENTUR-VERÄNDERUNG. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 24.10.1866.
- ANDREE, Karl. Vorwort. *Globus. Illustrirte Zeitschrift für Länder und Völkerkunde*, Hildburghausen, p.3-4, 1862, disponível em <http://www.books-google.com>, acesso em agosto de 2013.
- ANZEIGEN. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 01.01.1869.
- AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- BARK, Joachim. *Biedemeier-Vormärz/Bürgerlicher Realismus*. Stuttgart: Klett, 1993.
- BEKANNTMACHUNG. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 12.03.1962.
- BEKANNTMACHUNG. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 21.03.1866.
- BESTELLUNGEN auf die Wochenausgabe der Kölnischen Zeitung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 06.12.1866.

BEUTIN, Wolfgang et al. *Deutsche Literaturgeschichte*. Von den Anfängen bis zur Gegenwart. Stuttgart: J. B. Metzler, 2008.

BÜCHER-ANZEIGE. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 29.09.1866.

BÜCHER-ANZEIGE. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 03.04.1867a.

BÜCHER-ANZEIGE. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 06.04.1867b.

BUCHBINDEREI. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 23.06.1866.

DANN, Otto. *Nation und Nationalism in Deutschland: 1770-1990*. 3. Auflage. München: Beck, 1996.

DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In:_____.*O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras: São Paulo, 1990a. p.109-131.

_____. Primeiros passos para uma história da leitura. In:_____.*O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b. p.146-172.

Das 7te. Verzeichniss. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 10.01.1866.

DEN FREUNDEN. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 29.09.1866.

DEUTSCHE Zeitschriften für 1867. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 27.10.1866.

DEUTSCHE Zeitschriften. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 01.01.1869.

DEUTSCHE ZEITUNG. Porto Alegre, p.4, 21.10.1863.

DEUTSCHE ZEITUNG. Porto Alegre, p.2, 20.08.1915.

DEUTSCHE und französische Leihbibliothek von Joseph Gertum. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 23.09.1863.

DIE Leihbibliothek von Joseph Gertum. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 28.10.1871.

DIE BEKANNTEN. *Der deutsche Einwanderer*, Porto Alegre, p.4, 31.10.1855.

ELEGANT. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 27.04.1864.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Gabinetes de leitura e bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1973.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3ª. Ed.. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

FREYA. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 08.09.1866.

GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTUM, Joseph. Deutsche Leihbibliothek. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 12.04.1862.

_____. Der Unterzeichnete. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 04.05.1864.

_____.In der deutschen und französischen Leihbibliothek. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 13.06.1866a.

_____. Für die Leihbibliothek. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 20.10.1866b.

GIESELER, E. Hermann. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 21.10.1863.

GRAF, Andreas. *Die Ursprünge der modernen Medienindustrie: Familien- und Unterhaltungszeitschriften der Kaiserzeit (1870-1918)*, 2007, disponível em www.zeitschriften.ablit.de/graf/g1.pdf, acesso em julho de 2013.

GUSTAV FREITAG. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.2, 28.12.1864.

GUT Heil! *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 02.01.1867.

- HEINRICH Rosenhaim. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 21.10.1863.
- HEINZ, Christine. *Ideal und Institution*. Die Familie als Leser und als Motiv der deutschen Familienzeitschriften SCHORERS FAMILIENBLATT, ÜBER LAND UND MEER und DIE NEUE WELT zwischen 1870 und 1895. Hamburg: Universität Hamburg, 2008. Dissertation (Zur Erlangung der Würde des Doktors der Philosophie der Universität Hamburg).
- HERKENHOFF, Elly. *História da imprensa em Joinville*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 1998.
- HERMANN. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.2, 14.07.1869.
- IN der Buchhandlung von H. Rosenhaim. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 08.09.1866.
- KARTEN vom Kriegsschauplatze. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 16.06.1866.
- KEIL, Ernst. An unsere Freunde und Leser (Gartenlaube 1853), disponível em <http://de.wikisource.org>, acesso em abril de 2014.
- KÖLNISCHE Zeitung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 06.12.1866.
- LIEBIGS Fleischextrakt. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.1, 13.01.1866.
- NOCH einige Exemplare. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 15.08.1866.
- OSCAR Schuldt. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 13.04.1870.
- PAPIER. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 15.08.1866.
- PAPIER. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 13.04.1867.
- PORTO ALEGRE. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.1, 20.10.1866.
- PROSPECT. *Illustrierte Welt*, Stuttgart, p.2, 1853, disponível em www.books.google.com, acesso em agosto de 2013.
- RINSUM, Annemarie und Wolfgang van. *Deutsche Literaturgeschichte*. Band 7 Realismus und Naturalismus. München: Dtv, 1997.
- ROSENHAIM, Heinrich. Sattelfabrik. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 04.09.1861.
- _____. Für Sattler und Riemer. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p. 3, 06.12.1862.
- _____. Sattler Handwerkzeuge. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 18.07.1863.
- _____. Zeitschriften-Agentur. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 09.11.1864a.
- _____. General-Zeitungs-Agentur in Porto Alegre. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 21.04.1866a.
- _____. Bekanntmachung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 14.11.1866b.
- _____. Zur Beachtung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 31.10.1866c.
- _____. Zum Abonnement auf den ‚Hermann‘. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 15.08.1866d.
- _____. Zur Beachtung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 07.11.1866e.
- _____. Zur Beachtung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 14.11.1866f.
- _____. Leihbibliothek. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 24.01.1866g.
- _____. Leihbibliothek. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 23.05.1866h.
- _____. Leihbibliothek. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 14.11.1866i.
- _____. Für das bevorstehende Weihnachts-Fest. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 30.11.1867a.
- _____. Zur Beachtung! *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 01.05.1867b.

- _____. Fenster-Glas. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 02.11.1870.
- _____. Illuminations-Laterne. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 10.12.1870b.
- _____. Ausverkauf. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 10.12.1870c.
- _____. Glaserei. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 10.02.1903.
- RÖTZER, Hans Gerd. *Geschichte der deutschen Literatur*. Epochen-Autoren-Werke. Bamberg: C.C. Buchners, 2011.
- SILVA, Haike Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: A história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. Breve história de circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p.235-252.
- TRAUER-NACHRICHT. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 16.11.1901.
- UEBER die Erziehung der Kinder in den ersten Lebensjahren. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.2-3, 19.09.1864.
- UNSER Sinnbild. *Freya. Illustrierte Blätter für Deutschlands Frauen und Jungfrauen*, 1861, disponível em <http://www.google.books.com>, acesso em julho de 2013.
- VORRÄTHIG in der Buchhandlung von Heinrich Rosenhaim. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 24.02.1866.
- VORZÜGLICHER Kalender. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.2, 03.01.1866.
- WEBER-KELLERMANN, Ingeborg. *Frauenleben im 19. Jahrhundert: Empire u. Romantik, Biedermeier, Gründerzeit*. 4. Aufl. München: Beck, 1998.
- WIEDEMANN, Emil. Bekanntmachung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 19.10.1861.
- _____. Beachtungswerth. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 19.03.1862.
- ZU Haben. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 14.03.1866.
- ZUR BEACHTUNG. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 12.09.1866.
- ZUR BEACHTUNG! *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.4, 20.04.1867.

OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E A “QUALIDADE” DOS IMIGRANTES

Luiza Horn Iotti¹

Numa primeira leitura dos relatórios dos presidentes da província é possível perceber que são unânimes em exaltar a necessidade de promover a vinda de estrangeiros para povoar o território gaúcho. A maioria das autoridades louvava as qualidades dos europeus, argumentando que sua introdução representaria um importante papel para o desenvolvimento do processo civilizatório na província e, conseqüentemente, no país. Entre as qualidades destacadas, estavam a disposição para o trabalho, o caráter morigerado, a índole pacífica e ordeira. José Fernandes da Costa, ao passar o cargo para seu sucessor, em 1872, afirmava sua satisfação em

acreditar que se abriu nesta província vasto caminho à imigração de gente laboriosa, que lhe traga indústria, hábitos de trabalhos e conseqüentemente riqueza e bem estar; e desvaneço-me de ter concorrido na medida de minhas forças para a inauguração de uma nova época de prosperidade para a Província, que me foi dado administrar por algum tempo.²

Nesse mesmo documento, o presidente salientava o papel dos legisladores provinciais que, “inspirados pela consciência do muito que este serviço vale para a riqueza e o engrandecimento do país”, haviam, “nos últimos anos, votado especial atenção a criação e desenvolvimento de núcleos coloniais e a importação de colonos laboriosos e morigerados”³. E, também analisava as causas do decréscimo nas estáticas da criminalidade na província, atribuindo o fato, entre outras coisas, ao “desenvolvimento do trabalho agrícola eminentemente civilizador” e, conseqüentemente, a presença de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul.⁴

Assim, depreende-se que as autoridades entendiam o ingresso de agricultores europeus como um dos fatores para o progresso agrário e, conseqüentemente, civilizatório, da província. Na opinião das autoridades provinciais, a importação de trabalhadores considerados mais “evoluídos”, em outras palavras, brancos e europeus, poderia representar a diminuição da criminalidade na província, fato que há muito preocupava os presidentes. Em 1876, o então presidente da província argumentava que a ausência de “fatos criminosos” nas colônias D. Isabel e Conde D’Eu, povoadas há pouco mais de quatro meses, seria fator suficiente para abonar a “índole de seus habitantes”⁵. A saber, nessa mesma fala, José Antonio de Azevedo Castro registrava

1 Mestre e doutora em História do Brasil pela PUCRS; professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul; e-mail: lhiotti@ucs.br.

2 Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes no dia 1 de dezembro de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873, p. 17.

3 Ibid., p. 15.

4 Ibid., p. 04-05.

5 *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro, na segunda sessão da 16ª legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1876, p. 42.

a presença de 790 habitantes nas duas colônias, por iniciativa sua, haviam seguido para ambas “40 franceses que serviram de núcleo, e no curto espaço de 4 meses apresentaram elas aspecto florescente”⁶. Dessa afirmativa, conclui-se que o presidente creditava o progresso das colônias e a ausência de criminalidade, a presença de um núcleo constituído por imigrantes franceses, como se uma etnia pudesse ser responsável pelo desenvolvimento ou não de um lugar ou de um empreendimento. A posição de Azevedo Castro desvela a crença nas teorias “científicas” sobre a hierarquização racial, vigentes no final do século XIX. Essas teorias propunham a incapacidade das nações de povos mestiços de alcançarem a plena civilização, lançando um verdadeiro anátema sobre o futuro do país. Segundo Renato Ortiz (1986, p. 21),

o mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidas pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. [...] O ideal nacional é na verdade um utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira.

Assim, a colonização do Império com europeus de “sangue limpo” e o gradativo desaparecimento da população negra e mulata seria uma solução para os problemas acarretados pela miscigenação. Porém, cabe salientar que não era qualquer pessoa que se adequava ao perfil exigido pelas autoridades. A preocupação em selecionar os imigrantes, restringindo a entrada dos considerados indesejados, foi uma constante na legislação produzida no período. O decreto imperial de maio de 1858 determinava que os navios de imigrantes ficavam proibidos de transportarem para o Império, louco, idiotas, surdo-mudos, cegos e entrevados, se não forem acompanhados por parentes ou indivíduos que garantissem sua subsistência e que se comprometessem em prestar-lhes os socorros necessários (apud IOTTI, 2001, p. 239). Em outubro de 1872, era autorizada a novação do contrato celebrado entre o governo imperial e John Beaton, para a introdução e estabelecimento de imigrantes, desde que os mesmos fossem escolhidos “dentre os agricultores e trabalhadores rurais do norte da Europa”, que provassem “moralidade, hábitos de trabalho, perfeito estado de saúde, e idade nunca superior a 45 anos, salvo se fossem chefes de família, preferindo-se sempre os que possuírem algum capital” (apud IOTTI, 2001, p. 315). Apenas 5% destes imigrantes poderiam ser artesãos e suas “condições de procedência, profissão, idoneidade e moralidade” deveriam ser provadas com documentos assinados pelas autoridades locais, autenticados pelos agentes consulares do Brasil, residentes nas mesmas localidades, ou nas cidades mais próximas. Nos diversos contratos celebrados, nos anos seguintes, estas exigências se repetiram, sendo que a percentagem de imigrantes ligados a outras profissões, variou 5% a 20%, mas nunca ultrapassando este limite.

Em 1881, o presidente Henrique D’Avila voltava a insistir para a necessidade da importação de imigrantes europeus, exaltando os benefícios trazidos à província pelos mesmos, que, na sua opinião, seriam os responsáveis por “um futuro grandioso” à Porto Alegre e a região norte do estado.⁷ Aconselhava as autoridades que não lamentassem as despesas com a imigração, porque as vantagens advindas com a mesma seriam consideravelmente maiores. E, para comprovar, apresentava uma

6 Ibid., p. 41.

7 *Relatório com que o Exmo Sr. Henrique D’Avila passou a administração ao Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares*, op. cit., p. 46.

avaliação sobre o “custo de um trabalhador”, realizada pelo “Dr. Engel, diretor da repartição de estatística, em Berlim”, que dividia a vida econômica de um indivíduo em três períodos:

dois improdutivo e um produtivo. O 1º período compreende a criação e educação de um indivíduo. Seguramente esse período não é somente improdutivo, ele é também dispendioso porque causa desembolso. O 2º se estende de 15 a 55 anos; é o único período produtivo. O 3º que vai dos 60 até a extrema velhice é também improdutivo. A esses três períodos chama ele o 1º - Juvenil -, o 2º - Trabalho -, e o 3º - Senil -.⁸

Desta forma, Henrique D’Avila argumentava sobre os benefícios da importação de trabalhadores, entre 15 e 55 anos, evitando gastos com a formação dos mesmos. Segundo D’Avila, a introdução de imigrantes, no período produtivo de suas vidas, traria uma série de benefícios à província, os quais, muitas vezes, os parlamentares pareciam não querer reconhecer, negando verbas para investimentos em imigração. Chama atenção que Henrique D’Avila pertencia ao mesmo partido que a maioria dos representantes legislativos e que, mesmo assim, não poupa crítica a atuação dos mesmos em relação à não liberação de recursos destinados à imigração e colonização.

Em 1885, no relatório com que o Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros passava a presidência da província a seu sucessor, informava que o Ministério da Agricultura, reconhecendo as vantagens resultantes da imigração espontânea, recomendava, por aviso circular de 25 de setembro de 1884, que

se desse conhecimento aos imigrantes residentes nesta província da resolução tomada pelo governo imperial de proporcionar meios que facilitassem a vinda dos seus parentes, amigos e patrícios, que desejassem imigrar para o Brasil, desde que fossem ministradas ao mesmo governo as mais completas informações acerca do nome, estado e residência desses indivíduos. Sobre tal assunto dirigi-me aos chefes das comissões encarregadas da medição de lotes e estabelecimento de imigrantes, os quais remeteram-me requerimentos e relações em que se ministravam esclarecimentos sobre mais de 20 mil pessoas residentes na Itália, nas condições de imigrarem para o Brasil.⁹

No mesmo documento, Albuquerque Barros, anexava cópia do ofício enviado “à Praça de Comércio desta capital e às associações comerciais do Rio Grande do Sul”, onde solicitava apoio para o “patriótico intuito” do governo imperial em promover a imigração. Nesta correspondência, entre outras coisas, o presidente constatava que a economia gaúcha, baseada unicamente na criação de gado, havia obtido, até então, um relativo sucesso graças à “prodigalidade da natureza”, dispensando, praticamente o “serviço humano”. Ao mesmo tempo, salientava que a província se ressentia “muito da cooperação mais idônea e suplementar à dos agentes físicos”. Ao exaltar a vinda de imigrantes estrangeiros, afirmava que

é chegada a época em que a criação de gado só retribui os capitais com o amanho da agricultura, e de outras indústrias. Cresceu bastante a população nas regiões do sul para encarecer a terra e privá-la do vigor primitivo que suprime o trabalho; mas é insuficiente para converter a grande na pequena propriedade, transformar os campos exuberantes e inçados de ervas daninhas em prados artificiais ou cercar, melhorar e aproveitar todos os produtos, introduzir processos mais aperfeiçoados, e povoar e cultivar as férteis regiões do norte, desenvolvendo as florescentes colônias agrícolas.¹⁰

8 Ibid., p. 46.

9 Relatório apresentado à S.Ex. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmº Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros, ao passar-lhe a presidência da mesma província, no dia 19 de setembro de 1885. Porto Alegre: Oficinas Typ. do Conservador, 1886, p. 165.

10 Ibid., p. 167.

Em 1888, na fala que o, então presidente da província, Barão de Santa Tecla dirigia à Assembléia Legislativa Provincial, também enaltecia as vantagens da colonização, afirmando que

se foi sempre para lamentar que a Província deixasse de atender ativamente aos serviços de colonização, hoje, na fase atual da sociedade brasileira, cumpre não só reparar o erro, mas empregar todos os meios para, aumentando a população agrícola, prevenir os males futuros conseqüentes da transformação do trabalho. [...] sem embargo dos erros do passado e dos muitos desmandos da inexperiência nas primeiras tentativas colonizadoras, está hoje bem reconhecido que todos os sacrifícios de trabalho e dinheiro que elas exigiram têm sido largamente compensados¹¹.

Segundo o Barão de Santa Tecla só existiria um meio eficaz para “conjurar o perigo” do empobrecimento e da ruína da província, que era incentivar a imigração e, assim, aumentar sua densidade demográfica, criar um mercado consumidor

dentro do nosso próprio território e fazer por outro lado desenvolverem-se, com o aumento dos braços e da atividade, as indústrias transformadoras, fabris e manufatureiras, para que os nossos produtos, em vez de saírem daqui em espécie, sejam todos manufaturados em nosso próprio solo e assim facilmente transportados [...]¹²

Desta forma, ele exaltava os esforços empreendidos em prol da imigração, justificando que nenhuma despesa seria

mais reprodutiva do que a dos dinheiros aplicados no povoamento de nosso território. Nenhum trabalho, nenhum esforço dos legisladores e administradores da Província lhes poderá dar maior satisfação em um futuro próximo e maior direito à gratidão das gerações por vir.¹³

No entanto, estas mesmas autoridades que elogiavam as qualidades dos imigrantes, em determinadas passagens de seus relatórios e falas deixavam transparecer algumas preocupações. Entre elas a formação de comunidades isoladas que poderiam vir a se transformar em um Estado dentro do estado. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, ao ser autorizado a criar novos núcleos coloniais na província, alertava sobre a conveniência de que os mesmos fossem “limitados a uma pequena área e dispersos ao vasto território da província, à distância não muito próxima uns dos outros, de maneira que entre eles se interponha população nacional”¹⁴. Isso porque, segundo ele, a experiência havia mostrado que, no território gaúcho,

a população que resulta da imigração dificilmente se funde com a brasileira. A separação é de tal sorte duradoura e pronunciada que, ainda mesmo os filhos de colonos alemães nascidos no Brasil, em geral ou pelo menos em grande parte, conservam o espírito germânico e vivem mais ou menos arredios dos outros brasileiros, ignorando às vezes o próprio idioma pátrio. A existência de grandes núcleos favorece a conservação de tradições, costumes e língua, que constituem os próprios filhos dos colonos nascidos no império, com que estrangeiros na terra da pátria e segrega os imigrantes e seus imediatos descendentes da população brasileira, em cujo seio deverão fundir-se.¹⁵

11 *Falla que à Assembléia Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigiu o Exm^o. Sr. Barão de Santa Tecla, vice-presidente da Província, ao instalar-se a 2^a sessão da 22^a legislatura, em 27 de novembro de 1888.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1889, p. 17-20.

12 *Ibid.*, p. 18.

13 *Ibid.*, p. 19.

14 *Relatório com que o Exmo Sr. Henrique D'Avila passou a administração ao Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares, op. cit.*, p. 16.

15 *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior presidente desta Província passou a*

Henrique D'Avila, em 1881, considerava infundado esse “receio de grandes aglomerações de estrangeiros no Império” e fazia críticas aos presidentes anteriores, afirmando que

mesmo nesta província, em que uma civilização mais adiantada, a altivez, energia e valor de seus habitantes tornam mais fraco esse anacrônico receio dos estrangeiros, ele manifestou-se até em alguns presidentes da província em referência à ex-colônia de São Leopoldo, a ponto de aconselharem que não se admitissem mais colonos para aquele núcleo que tinha se constituído um Estado no Estado¹⁶.

Segundo D'Avila, eram improcedentes as acusações feitas aos colonos de não quererem naturalizar-se, de conservarem o idioma de origem para não se confundirem “na massa da população do país”, de “não se prestarem ao serviço da guarda nacional e resistirem ao recrutamento, e, finalmente, de não mandarem os filhos para as escolas nacionais”¹⁷. Ele creditava esses acontecimentos ao descaso do governo frente à nomeação dos funcionários que atuavam nos núcleos coloniais. Era veemente ao afirmar que, em geral, eram nomeados funcionários pouco qualificados e professores quase analfabetos incapazes de se comunicarem com os filhos dos colonos, que, mesmo nascidos no Brasil, não falavam o idioma nacional. Assim, concluía que

não é porque os colonos não queiram falar a língua nacional, que seus filhos não freqüentam as escolas nacionais, e sim porque os professores que as regem não falam senão o português e muito mal ensinam nessa língua. O Estado tem certamente interesse em que os membros da mesma comunidade falem a mesma língua, e uma há que deve ser considerada a oficial; mas o Estado não pode obrigar a que descendentes de uma nacionalidade diversa deixem de aprender a língua de seus pais [...]¹⁸

Mesmo assim, no ano seguinte, o Inspetor Geral de Terras Públicas, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos, enviava o ofício de n.º 120 para o Engenheiro da Comissão de Terras da ex-colônia Caxias, engenheiro João Ernesto Rodocanachi, determinando que

cumpra que V. S.^a sempre que tiver de distribuir lotes a imigrantes, deixe alguns intercalados para serem, de preferência, concedidos a famílias de nacionais ou de diferentes procedências, por isso que da formação de núcleos coloniais com imigrantes de uma só nacionalidade tem resultado grave inconvenientes, sem que contudo seja tolhida a liberdade do imigrante na escolha e indicação do lote em que tiver de estabelecer-se.¹⁹

Da leitura dos documentos, é possível inferir-se que, segundo os presidentes da província, os colonos europeus representariam a aceleração do processo civilizatório no território gaúcho, trazendo o progresso e o desenvolvimento. Isso tudo, desde que fossem “agricultores laboriosos, saudáveis, robustos, morigerados” e permanecessem nas terras a eles destinadas, cumprindo fielmente todas as ordens emanadas pelas autoridades constituídas. Caso contrário, passariam a ser tratados como malfeitores e

administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes no dia 1 de dezembro de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873, p. 16 -17.

16 *Relatório com que o Exmo Sr. Henrique D'Avila passou a administração ao Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares*, op. cit. , p. 44.

17 *Ibid.*, p. 44.

18 *Ibid.*, p. 44.

19 Ofício N.º 120 de 28 de julho de 1886, apud ADAMI, João Spadari (org.). *Conheça-me por dentro: ofícios, estatísticas, recenseamentos e relatórios da Colônia Caxias*. Caxias do Sul: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, [19--].

delinquentes. a quem deveriam ser aplicadas as penas da lei. Porém, antes das penalidades, era preciso policiar e coibir futuros atos de revolta contra o governo e/ou autoridades e de banditismo. Assim, foi montada nas colônias uma estrutura de modo a evitar tais ocorrências, o que não impediu o surgimento de conflitos entre colonos e autoridades, como pode ser visto a seguir.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

DE BONI, Luís Alberto. O sucesso apesar do caos: os Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a respeito da colonização (1869-1889). IN: _____. *A presença italiana no Brasil: v. III*. Porto Alegre; Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 91-125.

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1918*. Porto Alegre:Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: PUC/ RS / Sulina, 1975.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PICCOLO, Helga (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998

FONTES NÃO IMPRESSAS

ADAMI, João Spadari (org.). *Conheça-me por dentro: ofícios, estáticas, recenseamentos e relatórios da Colônia Caxias*. [exemplar manuscrito com cópias de documentos da Diretoria da Colônia Caxias]. [19--]

FONTES IMPRESSAS

Relatórios e falas dos presidentes da Província do RS

RIO GRANDE DO SUL. *Fala apresentada à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena ao instalar-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886*. Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1887.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello abriu a segunda Sessão da 17ª Legislatura no dia 12 de março de 1878*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1878.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes presidente da província abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1873*. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, 2º vice-presidente da Província, abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 7 de março de 1881, e relatório com que lhe foi passada a administração pelo Exmo. Sr. Dr. Henrique D'Avila a 4 do mesmo mês*. Porto Alegre: Typ. da Reforma, 1881.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala com que o vice-presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande*

do Sul, Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, abriu a 1ª sessão da 12ª legislatura da Assembléia Provincial em 3 de novembro de 1866. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1866.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes na segunda sessão da 12ª. Legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1874.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes na primeira sessão da 16ª. Legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1875.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro na segunda sessão da 16ª. Legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1876.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello na segunda sessão da 12ª legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, na segunda sessão da 14ª legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1872.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo 2º vice-presidente Dr. João Dias de Castro na 1ª sessão da 17ª legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Felisberto Pereira da Silva na 1ª sessão da 18ª legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Sertório na 1ª sessão da 13ª legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1869.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa pelo presidente Conselheiro José Antonio de Souza Lima na 1ª sessão de 21ª legislatura.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1883.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia legislativa pelo presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, na 2ª sessão da 20ª legislatura.* Porto Alegre: Tipographia de Gundlach & Comp^a, 1882.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala que à Assembléia Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigiu o Exmo. Sr. Barão da Santa Tecla, vice-presidente da Província, ao instalar-se a 2ª sessão da 22ª legislatura, em 27 de novembro de 1888.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comercio, 1889.

RIO GRANDE DO SUL. *Fala que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, presidente da Província, dirigiu à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul por ocasião de ser instalada a 1ª sessão da 23ª legislatura em 1º de março de 1889.* Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1889.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.* Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1859.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado à S. Ex. o Sr. Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa, presidente da província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Dr. Fausto de Freitas e Castro, 1º vice-presidente, ao passar a administração, aos 25 dias de mês de janeiro de 1887.* Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1887.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, vice-presidente, ao passar-lhe a administração da mesma em 28 de outubro de 1885.* Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1887.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a Presidência da mesma Província no dia 19 de setembro de 1885.* Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1886.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin Almeida, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, 1º vice-presidente, ao passar-lhe a administração da mesma Província aos 9 dias do mês de novembro de 1886.* Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1886.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º vice-presidente, por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º vice-presidente, ao passar-lhe a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 27 de outubro de 1887.* Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1888.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, a S. Exc. o Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, 1º vice-presidente, ao passar-lhe a administração da mesma província em 8 de maio de 1886.* Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1887.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial.* Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1864.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pelo vice-presidente da Província de São Pedro do Sul, Comendador Patrício Corrêa da Câmara, na 2ª sessão da 9ª legislatura da Assembléia Provincial.* Porto Alegre: Typ. do jornal - A Ordem, 1861.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado por S. Ex^a. o Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1º vice-presidente, ao entregar a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Conselheiro José Antonio de Souza Lima, no dia 28 de outubro de 1882.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1883.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado por S. Ex^a. o Sr. Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos ao passar a administração desta província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 9 de setembro de 1882, ao Ex.^{mo}. Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1º vice-presidente.* Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1882.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o bacharel João Marcelino de Souza Gonzaga entregou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde da Boa Vista.* Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1865.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Barão da Santa Tecla, 1º vice-presidente, passou a presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr.*

Joaquim Galdino Pimentel, *Presidente da Província, em 8 de dezembro de 1888*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comercio, 1889.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, no dia 11 de julho de 1872*. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1872.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente, no dia 5 de fevereiro de 1877*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello, segundo vice-presidente, no dia 10 de fevereiro de 1878*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1878.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva, no dia 26 de janeiro de 1879*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente desta província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de maio de 1869*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1869.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao 3º vice-presidente o Exmo. Sr. Dr. Antonio Correa de Oliveira a 15 de abril de 1880; este ao Exmo. Sr. Dr. Henrique D'Avila a 19 do mesmo mês e Fala com que abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 1º de maio de 1880*. Porto Alegre: Typ. A Reforma, 1880.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores no dia 19 de julho de 1879*. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1880.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da província, entregou a administração da província do Rio Grande do Sul à S. Exmo. o Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, vice-presidente, no dia 14 de janeiro de 1882*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1882.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º vice-presidente, no dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1868.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente, passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos no dia 21 de maio de 1877*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. José Antonio de Azevedo Castro, no dia 11 de março de 1875*. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1875.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º vice-presidente, passou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao presidente Exmo.*

Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, em 27 de janeiro de 1888. Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1888.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, vice-presidente, passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Brandão no dia 19 de maio de 1881. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1881.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Antonio de Azevedo Castro passou a administração desta província, em 5 de abril de 1876, ao Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1877.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, presidente desta província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes no dia 1º de dezembro de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul a S. Exmo. o Sr. Barão da Santa Tecla, 1º vice-presidente, no dia 9 de agosto de 1888. Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1889

AS ONDAS IMIGRATÓRIAS, OS ENGENHEIROS MILITARES E OS TRAÇADOS URBANOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX NO RS

LUIZ FERNANDO RHODEN¹

INTRODUÇÃO

Nos anos de 1740 e nas décadas posteriores, a Coroa Portuguesa procurou incrementar a população do Brasil, particularmente no sul, adotando um programa de imigração oficial para a região, pelo qual colonos dos Açores superpovoados e de outras possessões portuguesas seriam aqui reassentados.

Essa ação estava intimamente ligada com a percepção do governo português de que, se quisesse sustentar a sua reivindicação da extremidade sul, era indispensável criar uma sólida linha de comunicação entre Sacramento e a povoação mais próxima sob domínio da Coroa – Laguna.

A solução mais eficaz para manter a autoridade e a posse do terreno era fundar uma série de comunidades com habitantes permanentes, uma verdadeira fortificação humana, no dizer de Roberta Marx Delson², que seria responsável pela segurança da região.

Essas fundações tiveram a marca do seu tempo, ou seja, tinham traçados regulares e, em muitos casos, ortogonais, diferenciando-se das fundações anteriormente realizadas pelos portugueses, que se caracterizavam pelo forte pragmatismo e sem uma norma clara, como acontecia do lado espanhol.

Freguesia do Urubu – Bahia – Início do séc. XVIII. Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa



Sem pretender entrar em maiores detalhes, entende-se que a ocorrência, no Brasil, de traçados urbanos ortogonais ou regulares de origem portuguesa, é fato ainda não inteiramente assumido pelos historiadores do urbanismo.

¹ Arquiteto pela UFRGS, Especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios Históricos, pela UFBA, Mestre em História Ibero Americana, pela PUCRS, Doutor em Arquitetura e Urbanismo, pela UFBA, Pós Doutor em História, pela PUCRS.

² Delson, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Ciord, 1997. P. 14

Particularmente no Rio Grande do Sul, em função de sua posição geográfica e de sua história intimamente ligada ao processo de consolidação das fronteiras platinas, foi frequente a afirmação, sem um estudo sistemático, de que a matriz do plano reticulado de composição das cidades gaúchas estava no lado espanhol. Essa afirmação, como dito acima, tem origem nas evidentes diferenças dos traçados de nossas cidades, quando comparados com a grande maioria das cidades brasileiras, nas quais os traçados são irregulares.

Pretende-se aqui, demonstrar alguns casos de cidades gaúchas, com traçados regulares e reticulados de origem portuguesa e sua persistência nos primeiros povoados do Rio Grande do Sul, nos períodos colonial e imperial, idealizados para receberem imigrantes que aqui chegaram.

Antes, porém, gostaria de explicitar dois conceitos básicos, que de tanto serem mencionados tem perdido seus significados originais, tomando outras conotações, que dificultam o seu entendimento.

O primeiro conceito é o de traçado urbano.

Cada novo assentamento, uma vez pensado ou planejado com anterioridade requer um projeto de distribuição de terras não só rurais, mas também, urbanas. Este projeto tem uma geometria, tem um traçado que se adapta, em maior ou menor grau, à topografia das áreas escolhidas. Nesses casos temos as moradias se adaptando a um determinado desenho de ruas previamente estabelecidas. É através desses traçados que se pode inferir muitas das características e da natureza dos assentamentos, e de quem os planejou ou executou, contribuindo o estudo dessa geometria para o melhor conhecimento da história daquela formação econômico-social e de seus assentamentos.

Um traçado urbano pode ser também espontâneo, feito na medida que as moradias vão sendo construídas, formando um determinado caminho, as ruas. Neste caso temos as ruas como resultado da localização das moradias. Não há um traçado predeterminado.

Portanto, um traçado urbano pode ser espontâneo ou planejado. No primeiro caso quase sempre se tem a irregularidade e no segundo a regularidade do traçado.

Outro conceito que merece ser esclarecido é o de traçado regular. O que é ser regular, ou o que é ter regularidade um traçado urbano? A regularidade é da forma ou da norma?

É muito comum vermos a expressão “traçado regular” como sinônimo de “traçado ortogonal” ou “traçado reticulado”. Tal, não será o entendimento adotado nesta comunicação, porque entende-se por regular ou regularidade, aquilo que está de acordo, que está conforme as regras, as leis, ou seja, traçado regular, será associado aqui, ao fato de existir previamente regra, ou lei que defina uma determinada configuração urbana. Neste sentido, um traçado urbano regular será, sempre, a forma de uma norma.

Nessa linha de pensamento, pode-se argumentar que a norma tem uma forma implícita, uma vez que pensada e escrita com anterioridade, para tornar-se realidade num lugar e num tempo futuro, não explicitados. A norma é, assim, um “vir-a-ser”, uma ideia, um conceito, que se tornará realidade quando for traçado o plano de um

povoado que, por conseguinte, estará carregado de significados políticos e culturais implícitos ou explícitos na norma que lhe precedeu.

Obviamente que este conceito é temporal, sendo, portanto, regular o que estiver de acordo com a lei ou a regra vigente, naquele momento histórico. Consequentemente, a configuração urbana de uma regra qualquer pode mudar, e mudou, ao longo do tempo.

Por outro lado, o traçado ortogonal de um assentamento urbano, por sua própria natureza e escala, com ruas se cruzando em ângulos retos, implica necessariamente a utilização dos métodos aportados da agrimensura, na questão das medições e na noção de planejar ou projetar, isto é, todo um conjunto de previsões que antecedem qualquer implantação no espaço.

Evidentemente que nem todo assentamento urbano planejado apresenta um traçado ortogonal, mas este, parece que a história o demonstra, tem-se mostrado o mais utilizado em situações que exijam rapidez na sua efetivação e controle social.

Assim, a geometria ortogonal é utilizada porque tem facilidades, como a de ser a forma mais simples e factível de dividir terrenos, utilizando a técnica da agrimensura, uma das mais antigas. Qualquer outra forma geométrica é muito mais complicada, pois a ortogonal facilita a edificação de edifícios regulares que utilizem unidades de materiais também de formas simples e de arestas retas, como adobes, tijolos ou pedras lavradas; facilita os censos, as demarcações e, portanto, a cobrança de impostos; facilita os registros, compras e vendas de terrenos; facilita a orientação das pessoas dentro da malha urbana e facilita a ampliação da malha urbana, dependendo, obviamente, da conformação do terreno.

A EVOLUÇÃO DOS TRAÇADOS URBANOS PORTUGUESES NO PERÍODO COLONIAL

A história da utilização da norma como definidora de um traçado urbano, particularmente em Portugal, tem sido uma preocupação constante nas pesquisas que se tem realizado e é parte do objetivo desta comunicação, ressaltando-se que não se trata de um estudo da forma pela forma, mas de um conjunto de fatores, historicamente contextualizados, que deram origem a determinada forma urbana.

Enquanto a Espanha adotou, desde o início da povoação da América, ainda no final do século XV, uma legislação pormenorizada, que foi aos poucos se consolidando, a ação urbanística portuguesa, que até meados do século XVII se caracterizou pelo pragmatismo, sem desenvolver uma teoria ou uma legislação específica para a fundação de novas cidades, foi se modificando a partir de 1640. Naquele ano Portugal reconquistou sua independência, após sessenta anos de domínio espanhol, e iniciou um processo de defesa e preservação e expansão dos seus territórios, principalmente no Brasil.

Nesse processo, duas providências interessam particularmente para esse trabalho: a criação da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, em 1647, com o objetivo de formar engenheiros militares portugueses, para atender as novas e urgentes necessidades portuguesas, e o povoamento do território brasileiro, através da imigração de açorianos e madeirenses, mas não só estes, como forma de preservação e consolidação de seus domínios.

Aparentemente desconexas, essas providências se complementaríamos na medida em que os engenheiros militares iriam se tornar nos grandes idealizadores de um modelo de traçado urbano para os povoados portugueses, que iriam receber os colonos. Esses traçados repercutiriam decisivamente no contexto colonial português e na recém nascida nação brasileira, no século XIX.

A Aula de Fortificação foi criada por D. João IV e sua direção ficou a cargo de Luís Serrão Pimentel, autor do “Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações”, publicado postumamente, em 1680. Era o primeiro tratado português de como erigir fortalezas e cidades. Compilado de vários autores italianos, como Scamozzi (Palmanova) e Serlio (Tratado de Arquitetura), o texto consagrava a grande marca cultural portuguesa – o pragmatismo. Porém isso não significava empirismo ou descuido quanto aos princípios geométricos do traçado das novas cidades, mas uma atitude de flexibilidade e de adaptação às condições do terreno. Contrário, portanto, à atitude dos espanhóis, que aplicavam o traçado em xadrez independentemente da conformação do terreno.

Planta de La Paz - 1741



Na sua atuação, os engenheiros militares portugueses foram, aos poucos, convertendo-se num modelo de profissional polivalente, um misto de intelectual, cientista e técnico, integrados na elite cultural de Portugal de seu tempo.

Essa constatação e a influência dos engenheiros militares na consolidação de um modelo de cidade portuguesa, ao longo do século XVIII, pode ser verificada através das Cartas Régias que elevavam as freguesias à condição de vilas.

No início do século XVIII essas Cartas Régias já citavam algumas características que deveriam ter os traçados urbanos, sem, no entanto, definir medidas.

Um exemplo disso é a Carta Régia de fundação da Vila Boa de Goiás, datada de 11 de fevereiro de 1736, que dizia:

...e logo determineis nela o lugar da praça no meio da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edifício da igreja capaz de receber competente número de fregueses ainda que a povoação se aumente, e que façais delinear por linhas retas a área para as casas com quintais, e se designe o lugar para se edificarem a casa da Câmara e das Audiências e cadeia e mais oficinas públicas que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas do mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua feição de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas...³.

Note-se a preocupação com a demarcação imediata de uma única praça e com o delineamento e demarcação das ruas, em linhas retas e largas. Importante também é a referência, ainda que discreta, às fachadas das casas, que deveriam ser todas *nas mesmas direituras e igualdade*.

Onze anos depois, em 1747, quando Rio Grande foi elevado a vila, já se verificava uma mudança bastante importante nas determinações contidas nas Cartas Régias. Como se sabe, a Carta Régia do vilamento de Rio Grande adotou todas as determinações contidas na Carta Régia de elevação a vila de Aracati, no Ceará, datada de 11 de abril de 1747, "... para ordenar melhor os arruamentos dessa nova vila, sua praça e obras da matriz, e casa da câmara e cadea..."⁴.

Aquela Carta Régia dizia textualmente que

...escolhido o dito sitio, e conservando a idea que aponta de estender hua face da villa ao longo do ryo, demarque em primeiro lugar área, que hade servir de praça com tal proporção, que não padessa o defeito de acanhada, ainda que a ditta villa tenha aumento, que se espera; que no meyo da ditta praça levantara pelourinho, e aos lados della ficarão os edificios públicos, como caza de câmara, cadea, e maes oficinas, que forem necessárias ao serviço da mesma villa, destinando logo espaços proporcionados a cada hum dos ditos edificios, e oficinas: que feito o referido, tirando da área destinada a ditta praça linhas retas, e iguaes, demarque as ruas, que couberem, na reflexão de não hão de ter menos de vinte pés de largo...⁵.

Os edifícios públicos, que a Carta Régia de Icó mandava que fossem localizados ao longo das ruas, mas não necessariamente na praça, agora, em Aracati, deveriam ficar na praça, que passava a ter um status de centro administrativo, além de centro geométrico da vila. As ruas já apresentavam um dimensionamento – 20 pés de largura, fato inédito no contexto português.

No mesmo ano de 1747, uma importante Provisão Régia (novamente a norma) determinava uma série de medidas que deveriam ser efetivadas para a recepção dos casais açorianos que viriam para o povoamento do sul do Brasil, em especial Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro. Naquela provisão estava explicitado um modelo de traçado, com medidas de praça, ruas, número de casais por povoado, localização dos principais prédios, etc.

... procurará escolher assim na mesma ilha como na terra firme adjacente desde o Rio de São Francisco do Sul até o serro de São Miguel, e no sertão correspondente a este distrito (com atenção porém a que se não de justa razão

3 Santos, Paulo. Formação de cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. P. 59.

4 Rhoden, Luiz Fernando. Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. P. 155.

5 Idem, ibidem. P. 156.

de queixa aos espanhóis confinantes) os sítios mais próprios para fundarem lugares, em cada um dos quais se estabeleçam, pouco mais ou menos, sessenta casais dos que forem chegando [...]. No sítio destinado para o lugar assinalará um quadro para praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas de demarcação ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos; por elas, e nos lados da praça se porão as moradas em boa ordem, deixando entre uma e outras, e pra trás lugar suficiente e repartido para quintais...⁶

O resultado foi a forma elaborada pelos engenheiros militares, que deveria servir de modelo, e serviu efetivamente, para os assentamentos daqueles povoadores. Seguiram esse modelo São José, Enseada do Brito e Boqueirão da Ilha, em Santa Catarina e Santo Amaro, no Rio Grande do Sul, embora o desenho não seja exatamente o que preconizava aquela Provisão Régia.

Esses exemplos apenas confirmam a importância da atuação dos engenheiros militares portugueses do século XVIII, que atuaram no sul do Brasil. Mas, também no norte do Brasil esses profissionais atuaram, traçando povoados, que receberiam colonos.

Dois desses traçados interessam para esse trabalho: Macapá e Silves.

Traçado urbano desenhado a partir da Provisão Régia de 1747.

Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa



⁶ Borges Fortes, João. Os casais açorianos: presença lusa na formação sul-riograndense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. p. 38.

Macapá, atual capital do Estado do Amapá, teve seu traçado urbano original elaborado pelo Capitão Engenheiro Philipe Sturm, em 1754 e Silves, antiga aldeia de Anibaré, dos religiosos das Mercês, foi traçado pelo mesmo Sturm, em 1759. Ambos estavam inseridos num contexto de povoamento e fixação de portugueses ao longo dos principais rios da Amazônia.

A planta de Macapá mostra a grande dimensão da nova vila e a sua regularidade, incomum no contexto das vilas que até então vinham sendo criadas pelos portugueses, no Brasil. Particularmente importante são as duas grandes praças centrais, uma com a casa da câmara e outra com a igreja, separando as funções religiosas das administrativas, laicas, numa clara interpretação, no terreno, da filosofia iluminista.

Esse modelo foi seguido em Silves, em 1759 e em São José do Tebiquari, atual cidade de Taquari, no Rio Grande do Sul, em 1764. Este último, foi um povoado idealizado para a fixação dos colonos açorianos, feito pelo Engenheiro Militar José Custódio de Sá e Faria, logo após ter assumido o governo da Capitania. Infelizmente, das duas praças de Taquari, só a da igreja foi feita e nela também foi localizada a câmara. O traçado era ortogonal, com ruas de serventia nos fundos dos lotes.

Traçado Urbano de Macapá - 1754

Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa



Traçado Urbano de São José do Tebiquari - 1764
Arquivo do Exército - Rio de Janeiro



Distantes cerca de 5000 Km uma da outra e 10 anos depois, não é crível que seja mera coincidência. Macapá e Taquari faziam parte de uma nova ideia urbanística, que influenciaria também o projeto para a baixa pombalina, realizado após o terremoto que assolou Lisboa, em 1755.

Nas pesquisas que se tem realizado, ainda não se encontrou um documento que mostre a existência de uma regra, um modelo predeterminado, porém, as evidências são tantas e tão disseminadas pelo território, que se pode afirmar, quase com convicção, que se está diante de uma determinação, de uma regra, uma norma que foi adotada pelos engenheiros militares, no Brasil.

OS TRAÇADOS URBANOS NO PERÍODO IMPERIAL

A chegada do século XIX e a continuação da trajetória profissional dos engenheiros militares formados em Portugal ou na Academia do Rio de Janeiro, fez com que o modelo de traçado urbano, que até então vinha se reproduzindo no Brasil, persistisse mesmo depois da independência.

Particularmente no Rio Grande do Sul, aquele modelo foi utilizado em algumas das novas povoações fundadas para receberem os imigrantes alemães, a partir de 1824.

São Leopoldo, a primeira colônia de alemães, apresentava no centro da vila, duas praças: uma denominada "da igreja", de grandes proporções para o tamanho da vila de então, lembrando a proporção das praças de Macapá, e outra praça denominada "da redenção". Entre ambas localizou-se a igreja católica, voltada para a primeira praça. O traçado da povoação era ortogonal, embora o Rio dos Sinos, naquele ponto, faça uma curva.

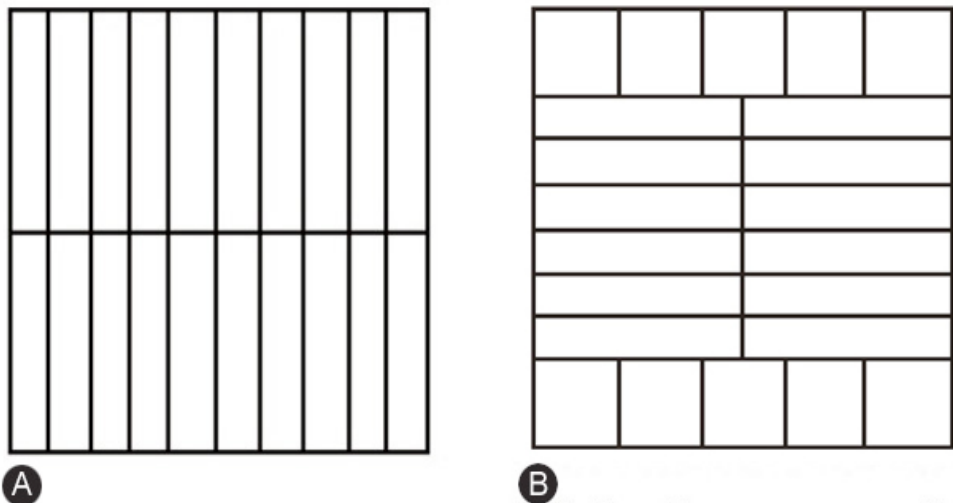
A ortogonalidade dos traçados das povoações que receberam os imigrantes alemães e, posteriormente, dos italianos, é evidente em todos os casos que tiveram a iniciativa oficial, ou porque era mais fácil distribuir os lotes concedidos, num primeiro momento (caso de São Leopoldo), ou porque era mais fácil vendê-los, num segundo momento, posterior à lei de 1850, que instituiu a compra e venda de terras devolutas no Brasil (casos de Santa Cruz do Sul e Antônio Prado).

Aliás, a lei da compra e venda de terras devolutas teve um grande repercussão no Brasil, em especial na conformação dos traçados urbanos. Não se pode esquecer que, além das ruas e das praças, outro elemento importante na conformação dos traçados era a distribuição dos lotes ao longo das quadras.

O lote tradicional português, no período colonial, e que perdurou no Rio Grande do Sul até 1850, era de 60 a 80 palmos de largura, por meia quadra de profundidade. Em 1853, o engenheiro e arruador, encarregado do levantamento da planta da vila de Alegrete, Henrique Derseker, elaborou uma nova distribuição de lotes devolutos, que foi encaminhada, no mesmo ano, pela Câmara de Alegrete ao Presidente da Província, para aprovação.

O novo plano de demarcação das quadras tentava evitar os vazios urbanos deixados pelo loteamento tradicional português, como se vê no esquema dos dois loteamentos, elaborado pelo autor, e no loteamento de Uruguaiana, de 1859, de autoria de Feliz Alexandre Grivot.

Esquema da distribuição de lotes nos séculos XVIII e XIX





O outro caso interessante foi a planta traçada para a povoação de Santa Cruz, também fundada para receber colonos alemães e localizada no vale do Rio Pardo. A planta, datada de 1870, era de autoria do Capitão Tenente da Armada Francisco Cândido de castro Menezes e do Engenheiro Frederico Heydtman.

Depois de Taquari, o traçado de Santa Cruz é o que melhor explicita, no Rio Grande do Sul, o modelo que se desenvolveu no Brasil, a partir da segunda metade do século XVIII.

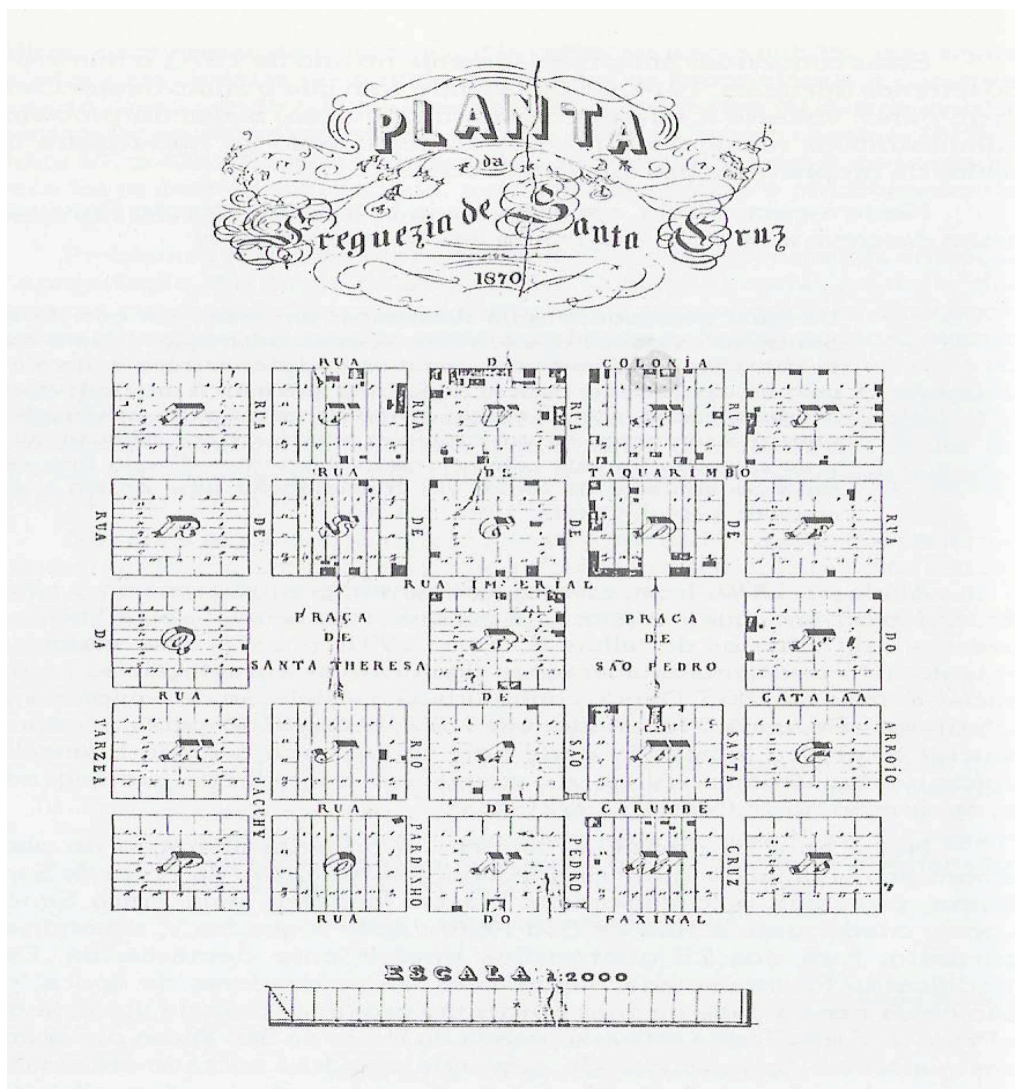
Apesar do plano original prever uma expansão imediata, contando com 23 quarteirões e duas praças (São Pedro e Santa Tereza, assim denominadas em homenagem ao casal imperial), foram demarcados, inicialmente apenas 8 quarteirões ao redor da praça de São Pedro. A segunda praça daquele projeto nunca foi feita, tal como aconteceu em Taquari. Percebe-se também que o plano de Derseker, para o loteamento dos quarteirões, foi novamente aqui reproduzido.

As ruas deveriam ter 100 palmos de largura (22,0 m), seguindo as direções norte-sul e leste-oeste.

Passados mais de um século da Provisão Régia, que estabelecia as condições para receberem os primeiros colonos açorianos no sul do Brasil, as ruas haviam passado de 40 palmos (8,8 m) para 100 palmos (22,0 m) de largura, a forma permanecia a mesma, mas os objetivos eram outros. A lei das terras citada, exigiu o traçado ortogonal, para facilitar a repartição dos lotes e das duas praças conceitual e filosoficamente

distribuindo as funções administrativas e religiosas na cidade colonial, uma foi loteada, porque o espaço da cidade, agora vendável, não comportava desperdício de quadras e lotes.

Planta do traçado original de Santa Cruz do Sul - 1870 - Francisco C. de C. Menezes



CONCLUSÕES

Pelo que se expos nesse trabalho, Portugal foi, ao longo do século XVIII, definindo um modelo de traçado urbano, baseado cada vez mais numa norma. Essa norma, estabelecida na Cartas e Provisões Régias foram transformadas em formas, através da atuação dos engenheiros militares portugueses ou a serviço do governo português. Nelas pode-se perceber uma vontade política de estabelecer no terreno um espaço iluminista, com ruas mais largas, retas e moradias todas iguais, conformando um espaço arquitetônico preciso e invariável.

Esses traçados tiveram no Brasil um desenvolvimento excepcional, inaugurando uma forma com duas praças, que serviu, como se tem dito, de modelo para o traçado da baixa pombalina de Lisboa, de 1758.

O século XIX mostrou que o traçado formal ficou e foi reproduzido nas escolas de formação dos engenheiros militares, porém sua força interna perdeu-se.

A filosofia que dera sustentação a um modelo de traçado urbano se esvaziara. O momento histórico já era outro. O traçado urbano desenvolvido no século XVIII ocultava uma alienação completa dos problemas urbanos das cidades do século XIX, que rapidamente impuseram uma nova metodologia urbanística.

Enquanto foi possível persistiu uma forma de cidade, desenvolvida no Brasil, no século XVIII, mas que se manteve até meados do século XIX, particularmente no Rio Grande do Sul, através da atuação dos engenheiros militares nas colônias alemãs e italianas.

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

A ATUAÇÃO DO TRABALHADOR NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO URBANO DA CIDADE DE PELOTAS NOS ANOS DE 1933 A 1943.

OLIVEIRA, Ângela Pereira
angelapoliveira2@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo destacar os espaços dentro do âmbito urbano que era ocupado pela mão de obra negra nos anos de 1933 a 1943. Para isso parte da análise de uma fonte oficial que é o acervo da DRT-RS e uma fonte informal que são os jornais locais, e circulação diária: *Diário Popular* e *Correio Mercantil*. A fim de entender um pouco a relação do negro com a cidade de Pelotas também se faz uso de uma imprensa negra local que é o jornal *A Alvorada*. Esses três jornais mencionados, porém, servem como um apoio no entendimento do mercado de trabalho, não nos fornecendo dados precisos para localização e especulação sobre estes trabalhadores diferentemente do que nos permite o acervo da DRT-RS. Este é composto pelas fichas de qualificação profissional, isto é, documento emitido no momento da solicitação da carteira profissional. Não sendo possível destacar todos os negros que atuavam no mercado de trabalho por carência de fontes para tal, a pesquisa se detém a uma parcela que se pode consultar na documentação salvaguardado. Sobre estes trabalhadores se destaca principalmente os espaços de atuação no cenário urbano pelotense.

Palavras chave: Pelotas, trabalhadores negros, profissões.

O trabalho que segue é um recorte de uma pesquisa maior que compõem a construção de uma monografia. Neste trabalho, apresentado em formato de comunicação para um evento do Núcleo de Pesquisa em História Regional (NPHR) optou-se, em função do tempo, por se destacar apenas alguns aspectos que permeiam o trabalhador negro e a sua atuação no mercado de trabalho, na cidade de Pelotas, nos anos de 1933 a 1943.

A respeito da temática da pesquisa permear o trabalhador negro se infere que a grande motivação se deve ao fato da região de Pelotas ter um grande contingente populacional de afrodescendentes nos dias atuais que ai estão desde a sua formação enquanto cidade, com a chegada de muitos negros para o trabalho. Isto pode ser explicado historicamente em função da atividade econômica que primordialmente se desenvolveu na região. Essa atividade econômica era aquela voltada para a produção de charque, nas charqueadas. Sendo este grupo o principal contingente produtivo da cidade.

E, se pode notar que com o advento da abolição grande parte desse contingente foi incentivado a permanecer na cidade para servir como mão de obra no processo de industrialização local, pois havia necessidade de trabalhadores na indústria que não fora suprida pela mão imigrante.

Destaca-se que desde a “década de 1990 já se enfatizava, através das pesquisas, uma “marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-abolição”¹. Após a referida conclusão muitas pesquisas foram dadas por finalizadas. as pesquisas que estudam o negro no pós-abolição enfatizam que ele foi deixado à margem da sociedade e isso não se difere para o mercado de trabalho. Sendo que “a abolição largou a massa dos ex-escravos, dos libertos e dos ingênuos à própria sorte, como se eles fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção”². Assim, a República não se sentiu na obrigação de criar qualquer política de amparo e de reparo pelos anos de escravidão, de humilhações e limitações sofridas pela gente negra. Uma vez que ela forjou o mito da democracia racial, colocando todos teoricamente em pé de igualdade de direitos, o que se sabe hoje é que “a dura realidade com que [os negros] se confrontaram logo após a abolição, marcada pela exclusão, discriminação e falta de oportunidade”³.

As pesquisas que trabalham a temática da inserção do negro no mercado de trabalho foram prejudicadas pelo mito de que havia uma igualdade racial. Logo, “o negro desaparece das páginas da história, incorporando ao grande conjunto das classes populares. Como se não houvesse mais necessidade de estudar as especificidades e características que marcaram e condicionaram sua inserção na sociedade capitalista”⁴. No entanto, muitas pesquisas, sobretudo na década de 1990, iniciaram buscas e análises sobre os espaços que os negros ocupavam no mercado de trabalho, mas encerravam suas pesquisas após a conclusão de que estes ocupavam espaços marginalizados na sociedade, muitas pesquisas acabavam por se encerrar.

O que se pretende com este texto não é identificar se esses espaços ocupados por eles eram ou não marginalizados, até porque é sabido que “a dura realidade com que se confrontaram logo após a abolição, marcada pela exclusão, discriminação e falta de oportunidade”⁵. E também, muitos trabalhos já destacaram que os negros ficaram a margem da sociedade, não se tratando de um fato novo para a historiografia. Dessa forma, se busca apresentar quais os espaços que esse grupo ocupava no mundo do trabalho, utilizando para tal uma fonte ainda pouco explorada, e outra de cunho mais tradicional. Sendo feita uma abordagem menos específica por profissões e mais por setores empregatícios. Posto isto se infere que o objetivo aqui é buscar a atuação do negro nesse mercado capitalista pelotense a fim de dar protagonismo a esses sujeitos.

Assim a principal fonte que compõe a pesquisa é o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS). Este acervo contém os pedidos da carteira profissional e está salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Instituto de Ciências Humanas. Também se faz uso do jornal *A Alvorada* que é voltado para as demandas da população negra e

1 RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. 2004, v.5, n.8, pp.170-198. p.170.

2 FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. Coleção polêmicas do nosso tempo, v.33. São Paulo: Cortez, autores associados, 1989. p.13.

3 LONER, Beatriz Ana. *Antônio: de Oliveira a Baobad*. II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2005. Disponível em: www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/beatriz%20loner%20completo.pdf p.17.

4 SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: UFPel, 2003. p.12.

5 LONER, Beatriz Ana. *Antônio: de Oliveira a Baobad*. II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2005. Disponível em: www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/beatriz%20loner%20completo.pdf p.17.

que neste caso vem auxiliar na compreensão de aspectos do mundo do trabalho que envolve a gente negra. Esse periódico circulou principalmente na cidade de Pelotas entre os anos de 1907 e 1965 com pequenas interrupções. Essa fonte foi consultada no centro de documentação e obras valiosas da Biblioteca Pública Pelotense. *A Alvorada* permite conhecer mais sobre a situação do negro na cidade de Pelotas ainda que as colocações nesse, sejam reinterpretações do que se passa no presente. O diálogo entre essas fontes citadas proporcionam informações sobre os espaços ocupados por estes trabalhadores.

Sobre o recorte cronológico escolhido se infere que o decreto que instituiu a carteira profissional é de 1932, mas ela só passa a ser emitida em 1933 e, por isso se começa a pesquisa a partir desta data. Inicialmente se destaca que não é possível localizar todo aquele trabalhador negro que estava atuando no mercado de trabalho na cidade de Pelotas. Pois muitos não estavam formalizados, isto é, não possuíam nenhum registro juntamente ao governo que indicasse a sua existência como trabalhador.

Essa questão da não formalidade do trabalhador dependia de vários fatores como, por exemplo, num primeiro momento a carteira tinha um custo não sendo gratuita além do que o trabalhador dependia da boa vontade do empregador em querer regularizar a situação do empregado. A esses trabalhadores destacamos que compreendem um mercado de trabalho informal e não ilegal e, devido a sua situação esses não são agrupados a pesquisa.

Dito isso se salienta que a pesquisa se refere basicamente aos trabalhadores que solicitaram carteira profissional, nomenclatura que a Carteira de Trabalho recebe nos seus primeiros anos de implementação, sendo a atual nomenclatura, isto é, a Carteira de Trabalho e previdência social, assim designada somente a partir de 1969.

Logo, todas estas informações que as fichas apresentam podem ser consultadas em um Banco de Dados digital, pensado, sobretudo, com a finalidade de conservação do papel e cruzamento de informações. Este Banco de Dados Digital se encontra disponível para consultas no local do acervo, podendo ser consultadas todas as informações existentes na ficha, com exceção, das fotografias dos trabalhadores. Assim, se trabalha com 263 empregados que são encontrados, em um banco de dados de consulta local no acervo da DRT-RS, através da sua declaração de cor. Sendo frequentes as declarações: preto (a), pardo (a) e moreno (a). Nesse banco de dados é possível encontrar tanto homens como mulheres com a declaração de cor “preto”, não havendo concordância com o sexo nem com o gênero da palavra “cor”. Segundo a historiadora Sandra Pesavento “rastrear os egressos da senzala implicava agora acompanhar a designação “preto”, “pardo”, “negro”, “mulato”⁶.

Sendo assim se destaca que ao mesmo tempo em que a República coloca supostamente todos em igualdade é perceptível no pós-abolição a distinção feita entre os indivíduos, pois a partir do momento que se preenche um documento oficial está se dando uma diferenciação entre os sujeitos sendo este item imprescindível para a solicitação da carteira profissional. Isto posto se pode inferir que o estigma da escravidão segue acompanhando a gente negra.

Muitos negros optam pela mudança de sua declaração de cor para parda ou morena, sendo que a denominação preta dava a visão de que este ainda não era liberto. Isso

6 PESAVENTO, S. J. Trabalho livre e ordem burguesa: Rio Grande do Sul – 1870-1900. *Revista História*. São Paulo, n.120, pp.135-151, 1989. p.148.

ocorre principalmente entre aqueles que conviveram com o regime de escravidão. Logo, se apresenta algumas das fotos encontradas nas fichas de qualificação profissional, como forma de comparação entre o que a iconografia apresenta e as declarações feitas. Também se destaca que as declarações de cor nem sempre são feitas pelo trabalhador sem que o funcionário responsável pelo preenchimento faça algum tipo de interferência nas declarações feitas.



Foto 1. Trabalhador declarado na cor preta. Fonte: Ficha de qualificação profissional da DRT-RS, 2014.



Foto 2. Trabalhador declarado na cor parda. Fonte: Ficha de qualificação profissional da DRT-RS, 2014.

A fim de melhor explicar foi feita algumas subdivisões em grupos para classificar em quais setores esses trabalhadores se encontravam. O primeiro setor escolhido foi classificado como de alimentos, com predomínio da indústria da carne e depois

da padaria. No setor da carne as profissões que mais se destacam são, por exemplo, magarefe⁷ e na padaria temos, por exemplo, a profissão de confeitiro. Entre as demais profissões que compõem o ramo da indústria da carne temos também: carneador, açougueiro e, entre as profissões que compõem o ramo da padaria tem-se: baleiro, farinheiro e padeiro.

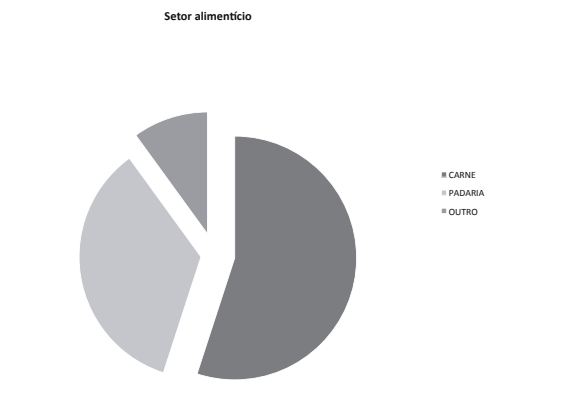


Gráfico 1. Setor de alimentos em que estavam os trabalhadores negros oficializados. Fonte: DRT-RS, 2014.

Outra subdivisão seria o comércio ou prestação de serviços onde a profissão que mais se destaca é a de trabalhador braçal. Nessa subdivisão se optou pela colocação de profissões como: vendedor, copeiro, carregador, ensacador, camareira fiador, encaixotador, maleiro, tratador de animais, cozinheira, motorneiro, ronda, comerciário, lustrador, lavador de garrafas, empacotador, carroceiro, motorista, jornaleiro, maquinista, trabalhador de barracas. Independente dessa divisão, essas profissões também poderiam ser agrupadas em outras classificações, porém optou-se por esta divisão a fim de facilitar o entendimento.

Depois, se escolheu a divisão de ajudante ou auxiliar. Algumas pesquisas como a de Dornelles (1998)⁸ apontam que está era uma mão de obra mais barata. Por exemplo, um ajudante de mecânico ganhava menos que um mecânico. Entre as ocupações que fazem parte deste grupo se destaca: ajudante de mecânico, ajudante de cozinheiro, ajudante de pedreiro, ajudante de funileiro, auxiliar de comércio, ajudante de fundidor, auxiliar maquinista, ajudante de torrador de café, ajudante de ferreiro.

Seguidamente se destaca o setor da construção civil com ênfase no grande número de pedreiros. Fora esta profissão, também foram agrupadas a este setor as profissões de servente de pedreiro, servente, pintor, calceteiro, ladrilheiro, servente vidreiro e servente de pinturas.

Depois destas se classificou aquelas profissões que exigiam um saber diferenciado, que foi denominado de ofícios, com grande número para o ofício de sapateiro. Também se enquadram nessa denominação de ofícios: alfaiate, tecelã, costureiro,

7 Trabalhador que realiza um corte especializado na carne, diferenciando no animal quais as partes que pertencem a cada corte.

8 DORNELLES, J. B. Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910). **História em Revista**. Pelotas, 1998, v.4, pp.95-138.

carpinteiro, marceneiro, mosaiqueiro e tipografo. Então se salienta aqueles que fazem alguma atividade ligada à indústria onde a profissão de operário é a que mais aparece. Outras profissões se fazem presentes como é o caso de barreiro, serragem, oleiro, foguista⁹, aparelhador, mecânico, cortumeiro, ceramista, funileiro, fiandeiro, fundidor de granilite, ajustador e enformador de tijolos.

Por fim, se optou pela classificação do setor de portuários onde o número de trabalhadores é pequeno em relação aos demais uma vez que o porto de Pelotas não se encontra mais em grande produtividade nesse momento. “Com a opção pelo transporte rodoviário em detrimento do portuário e ferroviário, como os demais portos brasileiros, o de Pelotas foi sendo desativado e os prédios das fábricas abandonados”¹⁰. Para esta classificação se encontrou trabalhadores, de carteira assinada pelo governo, nas profissões de estivador e de marítimo.

Uma vez ressaltado todos os setores classificados na pesquisa se construiu um gráfico com o número de trabalhadores por setor. Como se pode notar no gráfico a seguir, o setor que mais se sobressai, no sentido de ter mais trabalhadores oficializados nesse ramo é primeiramente o ramo da indústria, seguida do comércio ou prestação de serviços e do ramo da construção civil. No que se refere às profissões que mais tiveram incidência de trabalhadores, em ordem decrescente, tem se pedreiro, operário, sapateiro e trabalhador braçal.

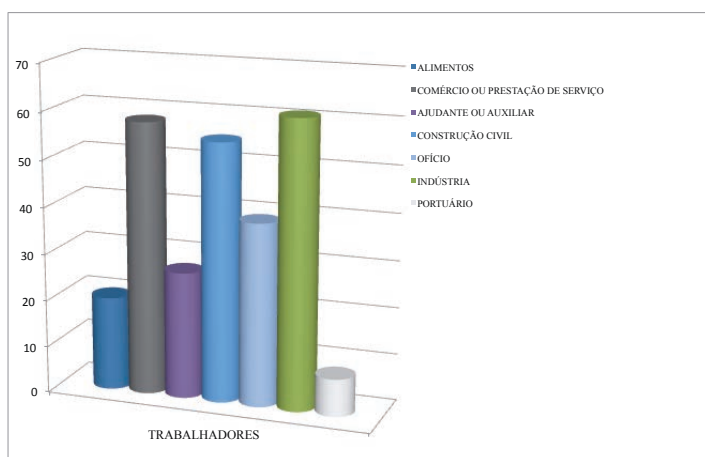


Gráfico 2. Setores em que os trabalhadores negros estavam atuando na cidade de Pelotas. Fonte: DRT-RS, 2014.

Para concluir, se infere que muitas atividades realizadas no período escravista permanecem sendo realizadas por este mesmo grupo só que agora num mercado de trabalho livre. Esses trabalhadores ainda permanecem em atividades que exijam do empregado um uso muito grande da força-física. O que demonstra muitas continuidades, mais que rupturas e transformações dentro do mundo do trabalho. Algo que já era esperado pelas leituras feitas sobre o pós-abolição.

Apesar do término desse regime o estigma ainda se faz muito presente na sociedade

9 Aquele trabalhador que alimenta a caldeira.

10 SALABERRY, Jeferson Dutra. **A agroindústria no bairro do Porto: Pelotas –RS (1911-1922)**. Pelotas: UFPEL, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pelotas, 2012. P.27.

e no mercado de trabalho. Mesmo tendo um intervalo de 44 anos entre a libertação dos negros e o início da pesquisa em questão. “A ideia de ter um negro fazendo a mesma coisa [que] um branco era um tormento para o branco. Por isso, negavam trabalho para não haver igualdade racial¹¹”.

Na cidade de Pelotas tivemos uma discriminação racial muito forte que foi registrada por diversas produções bibliográficas sobre a construção de espaços de organização formados pelos negros como, por exemplo, clubes, associações, entidades e, na cidade se desenvolve também uma vasta produção de imprensa negra. O estudo sobre esta parcela da população surge como forma de complementar o entendimento sobre o passado deste grupo, uma vez que se existe ainda uma lacuna na produção histórica sobre o negro na cidade de Pelotas, principalmente pós anos 1930. Esse fator se deve essencialmente ao fato de que as fontes para análise deste grupo são poucas e limitadas o que dificulta novas análises. Isto é, no que diz respeito ao trabalho livre exercido pelos negros egressos da escravidão, no século XX, na cidade de Pelotas, há uma grande deficiência de pesquisas.

Sobre a fonte na qual a pesquisa se baseia essencialmente como forma de localizar este trabalhador procurado se destaca que:

A criação da Carteira Profissional, em 1932, possibilitou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) um maior controle sobre a população trabalhadora. O governo reconheceu profissões que poderiam legalmente existir, o que permitia aos trabalhadores ter acesso as leis e recorrer aos órgãos da justiça do trabalho existentes.¹²

A carteira profissional foi implementada para que o governo, através do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) pudesse ter o “controle de uma força de trabalho que, em muitos momentos de sua história, demonstrara um ativismo revolucionário considerável¹³” (CHAVES, 2009, p.133).

Nesse sentido o presente trabalho deteve-se a um espaço essencialmente urbano, destacando as profissões desempenhadas por esta parcela de trabalhadores, a partir de um mercado oficial. Não sendo possível localizar aqueles que desempenhavam outras atividades, nesse momento, por falta de fontes. Portanto, o trabalho retrata apenas um grupo atuante no mundo do trabalho e que consequentemente solicitou a sua regulamentação profissional de modo oficial, isto é, através das Carteiras Profissionais.

A respeito dos estudos que permeiam o mundo do trabalho se destaca que “a história do trabalho sempre se apoiou em inquietações políticas do tempo presente ao refletir sobre o passado¹⁴”. Sendo assim, fica posta a reflexão para que se observe onde estão

11 FERNANDES, **Significado do Protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989. Coleção polêmicas do nosso tempo, v.33. p.94.

12 GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002. P.27.

13 CHAVES, Marcelo Antonio. **A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-1937)**. Campinas, SP: [s. n.], 2009. (Tese de DOUTORADO) Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000472531> Acesso em março de 2013.

14 SAVAGE, Mike. Classe e história do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004. Capítulo I. pp.25-47. P.28.

esses grupos, pois em muitos locais da cidade de Pelotas, não é possível localizar um negro se quer. Mesmo sendo significativo o contingente de afrodescendentes na cidade, fica o questionamento sobre o local em que este grupo se encontra que não é facilmente percebido nos espaços públicos da cidade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CHAVES, Marcelo Antonio. **A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-1937)**. Campinas, SP: [s. n.], 2009. (Tese de DOUTORADO) Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000472531> Acesso em março de 2013.

DORNELLES, J. B. Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910). **História em Revista**. Pelotas, 1998, v.4, pp.95-138.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. Coleção polêmicas do nosso tempo, v.33. São Paulo: Cortez, autores associados, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

LONER, Beatriz Ana. **Antônio: de Oliveira a Baobad**. II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2005. Disponível em: www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/beatriz%20loner%20completo.pdf

PESAVENTO, S. J. Trabalho livre e ordem burguesa: Rio Grande do Sul – 1870-1900. **Revista História**. São Paulo, n.120, pp.135-151, 1989.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. 2004, v.5, n.8, pp.170-198.

SALABERRY, Jeferson Dutra. **A agroindústria no bairro do Porto: Pelotas - RS (1911-1922)**. Pelotas: UFPEL, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: UFPel, 2003.

SAVAGE, Mike. Classe e história do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004. Capítulo I. pp.25-47.

O SENHOR CIRNE ENQUANTO PROFISSIONAL: BIOGRAFIA E ARQUIVO PESSOAL (PELOTAS, SÉCULO XX)

BIANE PEVERADA JAQUES-ANTUNES¹

Palavras-chave: Biografia; Maximiano Pombo Cirne; Arquivo Pessoal.

Este trabalho pretende apresentar o projeto de pesquisa atualmente desenvolvido pela autora, o qual visa analisar a trajetória profissional de Maximiano Pombo Cirne. Nascido em Portugal em 1910 e falecido em Pelotas em 1992, residiu na cidade durante longo período, local o qual inclusive iniciou, em 1934, suas atividades profissionais. A pesquisa será desenvolvida principalmente a partir do abastado acervo pessoal construído pelo próprio Senhor Cirne. Este é composto por diversos tipos de documentação, no entanto, o mais recorrente são recortes de jornal os quais tratam de assuntos diversos, porém sempre relacionados com a trajetória de Maximiano. Esta produção de si permite observar diversos aspectos de sua vida profissional tais como sua atuação enquanto jornalista, vereador, advogado, vice-cônsul de Portugal, etc. Dessa forma, a partir de uma metodologia de caráter biográfico e do corpus documental do acervo pessoal de Maximiano é possível observar diversos aspectos da conjuntura social em que estava inserido.

No ano de 1910 nascia no distrito de Aveiro em Portugal Maximiano Pombo Cirne. Pouco mais de uma década depois acompanhado de sua mãe e a chamado de seu pai, Maximiano desembarcava no Brasil. Tão logo chegou a Pelotas tomou contato com o jornal da cidade *Diário Popular*, o qual desde então se tornou um assíduo leitor. Anos mais tarde, depois de retornar a Portugal e de volta a Pelotas em 1934, iniciou sua atividade profissional com pequenas colaborações voluntárias no jornal, onde continuou ascendendo profissionalmente. Porém, em 1937, após eclodir grave crise financeira no *Diário* e por ser suspenso pelo Governo Vargas² passou a trabalhar na Associação Comercial de Pelotas sem, no entanto, deixar de colaborar com o jornal³. Maximiano Cirne possuiu até seu falecimento em 1992 uma estreita ligação com o *Diário*. Fato o qual pode ser observado pelas inúmeras referências feitas a ele pelo jornal.

Na ocasião em que retornou a Portugal iniciou, durante um breve período na faculdade de Coimbra, o curso de Direito. No entanto, foi em 1935 já em Pelotas que engrenou sua formação acadêmica como Bacharel em Direito concluída no em 1940. Depois de mudar-se para o Rio de Janeiro, a fim de acompanhar o processo na naturalização por ele instaurado, começou a atuar como advogado em causas trabalhistas⁴.

1 Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas/2014 (jaquesbiane@gmail.com)

2 O *Diário Popular* foi suspenso em 1937 pelo Governo Vargas por ser um órgão do Partido Republicano.

3 De fato mais tarde em 1938 depois de se tornar Diretor Geral da Associação Comercial de Pelotas, Maximiano teve envergadura de propor a compra do jornal pela associação. Acontecimento o qual, em algumas semanas foi concretizado, passando então a ocupar o cargo de Gerente do *Diário Popular*.

4 Nestes processos o Senhor Cirne atuou como advogado pelas empresas em detrimento dos

Mais adiante em 1951 iniciou sua carreira política candidatando-se a vereador na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul e em 1956 tornou-se vice-cônsul de Portugal na região sul do estado até pelo menos a metade da década de 1980. Durante toda a sua vida conheceu e se relacionou com diversos indivíduos, cunhando uma rede de sociabilidade complexa. Esse foi apenas um pequeno esboço da trajetória de Maximiano Pombo Cirne, enfocando alguns dos aspectos possíveis de pesquisa.

Todas as informações citadas referentes ao Senhor Cirne foram retiradas de seu acervo pessoal. Este é composto principalmente por recortes de jornal com assuntos variados, mas, sempre relacionados de alguma forma com o Senhor Cirne. Os anos iniciais deste fundo documental são compostos de poemas escritos por Maximiano e publicados no jornal *A Luz* entre 1929-32, período em que retornou para Portugal. O conteúdo destes trata-se principalmente da saudade que ele sentia de Pelotas e de sua “mais bela flor”. No período em que atuou profissionalmente no *Diário Popular* preservou diversas reportagens de sua autoria. Mais tarde quando deixou o *Diário* continuou salvaguardando reportagens dos jornais que faziam referência ao seu nome⁵. O que possibilitou que sua trajetória profissional permanecesse intacta nas páginas dos jornais⁶ que compõem seu acervo pessoal.

O Senhor Cirne, desde aproximadamente 1930, começou a preservar a grande maioria de seus registros escritos. Dessa forma, levando em consideração o elevado número de fontes, as quais foram salvaguardadas inicialmente pelo próprio Maximiano, e posteriormente por sua família, observou-se que a opção mais viável para analisar a documentação consistiria em uma abordagem de caráter biográfico. Cada vez mais o historiador lida com uma sociedade que é altamente documentada. O que contribui para a composição de abastados acervos pessoais, tais como o de Maximiano. “Talvez seja possível pensar que o dito ‘retorno’ biográfico também acompanha essa onda de interesse pela história-memória⁷”.

De acordo com Rejane Penna e Cleusa Graebin⁸, as fontes históricas de caráter privado, como é o caso do acervo pessoal de Maximiano, podem ser analisadas em pelo menos três aspectos diferentes.

No primeiro caso como um instrumento para a construção de redes de relacionamento. Neste caso, torna-se possível perceber um amplo e complexo conjunto de relações sociais em determinado grupo, os quais são estruturados em torno de uma ou mais figuras específicas. Aparentemente, pela observação das fontes previstas para a pesquisa, estas permitem encaixar o Senhor Maximiano neste aspecto.

trabalhadores.

5 Existem referências acerca de: questões diplomáticas, jantares, sobre sua participação na fundação do Lions Clube, sobre o período em que foi gerente do banco português de Pelotas, sobre a visita do embaixador de Portugal a Pelotas, sobre a denominada “caravana da saudade” a qual visava levar os imigrantes portugueses para visitar sua terra natal, sobre o título de cidadão pelotense que lhe foi outorgado, entre outras coisas.

6 Tais como: *Diário Popular*; *Diário da Manhã*, *Jornal da Tarde*, *O Jornal de Estarreja*, *A Alvorada*, *O Tempo*, *Voz de Portugal*, entre outros.

7 SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 57-72. jan./jun. de 2003 A, p.62.

8 PENNA, Rejane Silva & GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Arquivo Particular Júlio de Castilhos: Cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, UNESP-FCLAs-CEDAP, v. 4, n. 2, p. 55-73, jun. 2009.

No segundo caso os documentos dos acervos particulares podem ser analisados quanto ao seu conteúdo. Esta perspectiva permitirá encaixar Maximiano em circuitos específicos de seu espaço de sociabilidade.

E por último, a documentação de um acervo pessoal pode ser analisada enquanto objeto de caráter privilegiado de investigação histórica. Na grande maioria dos casos este tipo de documentação não está disponível para a comunidade de uma forma geral. Neste sentido almeja-se que sua análise permita apontar pressupostos e teorias até então negligenciados pela historiografia.

Em suma, é possível examinar, utilizando como fio condutor a vida do Senhor Cirne e através dos aspectos tanto pessoais quanto profissionais de sua trajetória, a rede de relações sociais em que estava inserido.

Dessa forma, a proposta do projeto de pesquisa consiste em analisar a trajetória profissional, através de uma abordagem biográfica, de Maximiano Pombo Cirne. Tendo por intuito perceber as suas variadas faces tanto pessoais quanto profissionais: sua atuação enquanto jornalista, advogado, vice-cônsul e vereador. Possuindo por finalidade observar a complexidade, flexibilidade e a rede de relações da sociedade em que viveu. O foco cronológico da pesquisa recai principalmente na vida profissional do Senhor Cirne. A qual possui como marco inicial, para critério desta pesquisa, o começo de sua carreira no jornal *Diário Popular* em 1934 e finda com seu falecimento em 1992⁹.

É necessário observar que a escolha de trabalhar com a trajetória do Senhor Cirnenão foi arbitrária. Maximiano não se encaixa precisamente no que Hobsbawm¹⁰denominou de “homem comum”, tão pouco pode ser relacionado a uma história das elites nos tradicionais moldes historiográficos. É justamente esta particularidade que o torna proeminente para a historiografia, como será tratado a seguir.

A relevância social de uma pesquisa acadêmica consiste inclusive em “dar voz” aos sujeitos através da utilização de fontes históricas. A realização, por um viés biográfico, da trajetória de Maximiano, contribuirá para que essa ambição seja alcançada. (Re) Criar uma trajetória através dos elementos constitutivos de uma vida, a de Maximiano Pombo Cirne, incide em apreender uma percepção inovadora acerca das relações sociais em que estava inserido.

A importância da denominada história social tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas, renovando tanto seus procedimentos quanto seus objetos. O que cooperou para uma renovação e reconstrução historiográfica.

Ainda hoje o significado de História Social possui grande oscilação, no entanto, deve ser compreendida enquanto dinâmica. Afinal, não existem fatos que sejam exclusivamente políticos, econômicos, culturais, etc. De acordo com José D’Assunção Barros¹¹ a história social examina a “dimensão social” da sociedade. Nesta perspectiva estudar acerca da trajetória pessoal e profissional de Maximiano possibilitará que sejam compreendidos diversos aspectos da conjuntura social, a qual o indivíduo pertenceu.

9 Vale ressaltar que este é o período que possui o maior número de documentação no acervo pessoal de Maximiano.

10 HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Letras, 2013.

11 BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

As possibilidades da História Social muitas vezes encontram-se nas fronteiras com os demais campos. É possível fazer conexões com abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas, e inclusive explorar contextos macro ou micro¹².

Neste sentido, uma das principais referências para a pesquisa é Benito Bisso Schmidt, o qual se inspira na perspectiva da micro-história¹³ italiana, mais especificadamente: Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Sabina Loriga. Em “Entrevista com Sabina Loriga”, Schmidt¹⁴ publica a fala da mesma em relação à história biográfica: “Não se trata de impor uma imagem unitária do passado. A verdadeira aposta é fundar uma história total em condições de restituir a pluralidade do passado, capaz de apreender as fraturas, as descontinuidades, as dissonâncias”. O historiador não deve estabelecer uma versão definitiva e fixa de fatos indiscriminados, trata-se de um processo ilimitado de revisões, uma vez que a escrita da história é reescrita permanentemente.

A espécie de biografia proposta para a pesquisa, uma vez que sob este rótulo existem diversas tipologias, vai ao encontro daquela sugerida por Benito Schmidt:

Certamente, não falo das biografias tradicionais – narrativas factuais e lineares dos “grandes homens” desde o nascimento até a morte – cujo objetivo principal é o de apresentar o biografado como modelo de conduta a ser seguido: um “discurso de virtudes”, nas palavras de Michel de Certeau. Nem nas biografias sensacionalistas – do estilo “Os segredos de ...”, “A vida íntima de ...” – destinadas a saciar os apetites voyeuristas dos leitores. Refiro-me, sim, às biografias que, partindo das experiências de um indivíduo, abordam questões mais gerais relacionadas à época na qual o mesmo viveu¹⁵.

É preciso ter claro que, um dos principais desafios os quais recaem sobre os historiadores biógrafos consiste na aptidão de articulação entre a história-narrativa e a história-problema. Bem como, esquivar-se do que Pierre Bourdieu¹⁶ denominou de “ilusão biográfica”. A solução para não recair neste pressuposto, incide em desconstruir as fontes de caráter biográfico e autobiográfico, como as de Maximiano, que expressam uma identidade homogênea, linear e carregada de coerência. No entanto, vale ressaltar que, esta desconstrução não significa qualificá-las enquanto “falsas”, mas, perceber seus condicionamentos e objetivos tanto explícitos quanto implícitos.

Parece-me que, ao invés de se pretender representativa, a biografia pode servir para introduzir o elemento conflitual na explicação histórica, para ilustrar, matizar, complexificar, relativizar ou mesmo negar as análises generalizantes que excluem as diferenças em nome das regularidades e das continuidades¹⁷.

12 Ibid.

13 Este procedimento metodológico foi difundido na historiografia através do famoso livro de Carlo Ginzburg (1987) *O queijo e os vermes*. Nele, por meio da reconstituição de fragmentos da vida e do pensamento de Menocchio, o qual foi perseguido pela Inquisição no século XVI, o autor formulou uma interpretação acerca da “circularidade” entre a cultura camponesa e a da elite.

14 SCHMIDT, Op Cit., 2003A, p. 21.

15 SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, p. 21.

16 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

17 SCHMIDT, Op. Cit, 2003 A, p. 68.

Levar em consideração a experiência individual, não significa necessariamente adotar a forma tradicional de biografia, onde o indivíduo percorreu um caminho, uma carreira no caso do Senhor Cirne, com um começo, algumas etapas e um fim pré-determinado. Neste sentido, Schmidt afirma que:[...] muitos trabalhos biográficos produzidos recentemente apontam, sim, para uma renovação. Isso acontece, geralmente, quando seus autores levam em conta as críticas já feitas ao gênero, procurando integrá-las às suas preocupações¹⁸.

De acordo com Vavy Pacheco Borges¹⁹ existem diversas formas de se fazer uma biografia. Ela pode ser desde um rápido percurso de vida até um modelo mais ambicioso, proposto por esta pesquisa, o qual consiste em um “mergulho na alma do biografado”. Este seria o modelo mais completo da biografia e neste caso, a produção acerca de si, ou a escrita de si será de extrema relevância, pois pode revelar a intimidade do biografado. Como afirma Angela de Castro Gomes:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo²⁰.

Atualmente não existem regras ou métodos específicos e indiscutíveis para escrever a história de uma vida. Já é notória hoje a inexistência de uma verdade absoluta, o recorrente é a preocupação com o verossímil, o que parece ser, ou é provável que seja verdadeiro²¹. Ao narrar os acontecimentos de uma vida os fatos passam frequentemente por uma seleção. Considerar o que foi/é importante na vida de uma pessoa não é tarefa fácil e também não existe receita para isso²². Esses pressupostos colocados acima constituem parte importante das reflexões teórico-metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa prevista.

A proposta do projeto de pesquisa o qual incide em analisar a trajetória profissional de Maximiano Pombo Cirne consiste de fato em uma espécie de pretexto para estudar aspectos mais amplos da conjuntura social em que o mesmo estava inserido. Dessa forma, ainda que possam ser abordados aspectos subjetivos da história de vida do Senhor Cirne, pretende-se uma análise histórica que exceda os limites de uma simplista trajetória individual. Trata-se além de uma história sobre um imigrante,

18 SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. **Métis: história & cultura**. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 11-22, jan./jun. de 2003 B p. 65.

19 BORGES, Vavy Pacheco. Fontes Biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In.: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-234.

20 GOMES, Angela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 15.

21 BORGES, Op. Cit. 2005.

22 Ibid.

tanto um estudo de caso que perpassa a Era Vargas e o processo de redemocratização, quanto um fragmento da história do Rio Grande do Sul; da cidade de Pelotas. É também uma parte da história dos Empregados Gráficos do estado, da imprensa e da industrialização. É, inclusive, uma análise sobre o jornal *Diário Popular*, seus empregados e suas relações. Afinal, o historiador deve se preocupar em perceber como as variações conjunturais afetam os vários grupos sociais bem como essas alterações comprometem as relações sociais.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes Biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In.: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-234.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

GOMES, Angela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Letras, 2013.

PENNA, Rejane Silva & GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Arquivo Particular Júlio de Castilhos: Cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, UNESP-FCLAS-CEDAP, v. 4, n. 2, p. 55-73, jun. 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 57-72. jan./jun. de 2003A.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. **Métis: história & cultura**. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 11-22, jan./jun. de 2003B.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA E O REPUBLICANISMO GAÚCHO

Laura Giordani¹

Orientador: Paulo Pezat²

Resumo: Os últimos quarenta anos do século XIX, o Rio Grande do Sul teve um movimento do republicanismo muito forte na política, iniciando-se com o Partido Liberal e ganhando mais força com o PRR. Antes desses partidos, a Revolução Farroupilha já havia apresentado o republicanismo na província sulina e posteriormente serviu como base para a criação de novas ideologias.

A Revolução Farroupilha (1835-1840) foi o evento mais significativo para a cultura do Rio Grande do Sul, pois moldou a identidade do “ser gaúcho”. Essa identidade sul-rio-grandense vem de um resgate histórico que foi feito a partir da década de 1870, quando membros do Partido Liberal e dos clubes republicanos espalhados pelo estado buscavam na revolta o que eles desejavam em uma república.

Apesar de no fim da revolta os gaúchos terem conseguido boa parte das suas exigências com o Império, a assinatura do tratado de paz deixou um gosto amargo na boca de muitos daqueles que estavam envolvidos com a causa republicana do confronto, pois no final haviam se submetido ao governo central. O conflito gaúcho acabou entrando no conhecimento comum como “apenas mais uma revolta contra o Império”, que foi encerrado pelo poder das tropas do imperador. No final, a revolta sulina acabou por ser mal vista e pouco se falava sobre ela, mesmo sendo um evento recente³.

No último quartel do século XIX, a política brasileira e sua elite começou a ter um certo descontentamento com o modo de governo do país, movimento que se tornou mais forte após a Guerra do Paraguai. A segunda revolução industrial europeia começava a afetar a sociedade brasileira, a modernidade começava a ser desejada pela elite, e dentro do conceito da modernidade, o sistema de governo imperial não se encaixava. Grupos de estudantes e setores do Partido Liberal passaram a ver a monarquia como um sistema político antiquado para os rumos que o Brasil estava tomando e sendo o responsável pelo atraso e pelos problemas do país.

Movimentos de cunho regionalista e republicano começaram a ser resgatados por esses grupos – como a Inconfidência Mineira e a Confederação do Equador – para formarem o ideário republicano e como uma raiz histórica de insatisfação com a monarquia. No Rio Grande do Sul, foi-se resgatada a Revolução Farroupilha, se tornando um pouco mais significativa por ter funcionado uma República com administração independente ao Império durante os anos de sua duração. É interessante notar que nesse momento, filhos e netos de líderes, ou de simpatizantes,

1 UFPel, ICH - Curso de Licenciatura em História - lauragiordani@outlook.com

2 UFPel, ICH - Departamento de História - pezat@terra.com.br

3 ZALLA e MENEGAT, **História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito**. p.52

da farroupilha estavam se integrando na política e participaram desse movimento de resgate da memória dos ideais do movimento, ou seja, a geração que veio após o fim do movimento tomou para si o trabalho de lembrar a revolta e registrar os ideais republicanos dela.

Um clube de gaúchos simpatizantes do republicanismo se formou na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo nomeado “Clube 20 de Setembro”, que reuniu nomes como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Assis Brasil, que mais tarde se destacariam no cenário político rio-grandense. Esse grupo de estudantes gaúchos estavam dispostos a usar do seu acesso às diferentes teorias políticas no ambiente acadêmico para discutir e organizar os futuros rumos da política brasileira e rio-grandense⁴. A influência da Revolução Farroupilha é clara no nome do grupo, que faz referência à data de início do conflito, mas esse braço de republicanos não seguia os mesmos ideais saudosistas do movimento como o Partido Liberal, esse grupo era mais adepto ao positivismo e fazia duras críticas à monarquia e ao centralismo. Para eles, a Revolução Farroupilha era um símbolo de progresso e de autonomia, bem como de que a República era possível.

Os clubes republicanos surgiram em diferentes municípios gaúchos durante a década de 1870, sendo que foi o de Porto Alegre que originou o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) - um avanço para esse ramo de ideias republicanas, já que até então os candidatos republicanos tinham apenas o Partido Liberal para se filiarem -, que contou com a ajuda dos clubes do interior para disseminar a propaganda pela província e eleger membros para as câmaras municipais. A propaganda republicana do PRR não só se demonstrou mais eficiente do que a do Partido Liberal como também deixou explícita sua admiração pela República Rio-Grandense, coisa que os liberais gaúchos liderados por Silveira Martins estavam impedidos de fazer, face aos laços estreitos que estabeleceram com o Império durante o reinado de D. Pedro II.

Sucessivas edições datadas do dia 20 de Setembro ao longo da década de 1880 do jornal “A Federação”, órgão de imprensa e de propaganda oficial do PRR, demonstram bem o respeito que os republicanos gaúchos tinham pela República formada durante a revolta sulina contra o Império. Como exemplo, podemos ver o que foi publicado na edição de 20 de Setembro de 1884.

“A historia cortezã e a critica palaciana tentaram em vão deprimir o sentido immaculado do movimento revolucionário de 1835 e negar intuito ideal aos immortaes cidadãos que o dirigiram. A justiça começou a sua obra, fazer crescer mais e mais na Historia aquellas majestosas figuras. A moderna geração rio-grandense está vingando nobremente a sagrada memoria dos purísimos paladinos da Liberdade. Adoptando o seu ideal, servindo-o com a mesma fé inabalável, a geração de hoje ostenta solidamente com eles a gloriosa proclamação: A salvação da Patria está na Federação Brasileira sob a forma política - a República! Todos os rio-grandenses, fieis ao passado da grande província, volvem-se no dia de hoje para o exemplo de 35, dignificando a memoria dos patriotas que o deram. Aos republicanos do Rio Grande do Sul a Federação envia um hurrah! em nome da Republica, convencida de que saberão todos ter sempre presente o exemplo dos predecessores.”⁵

Essa declaração demonstra como os membros do PRR viam a memória da revolta

4 PACHECO. Conservadorismo na tradição Liberal: Movimento Republicano (1870-1889). p. 145.

5 Jornal **A Federação**, 20 de Setembro de 1884: p.1. (foi mantida a ortografia original para essa citação).

sulina como um exemplo a ser tomado e um ideal que não havia morrido. Também aponta que os monarquistas teriam cultivado a memória de que os líderes da revolução seriam “apenas rebeldes que foram derrotados”.

A história e os relatos da guerra foram estudados pela nova geração de políticos gaúchos. Obras como “A História da República Rio-Grandense”, elaborada por Assis Brasil, e “História Popular do Rio Grande”, de Alcides Lima, trouxeram o tom épico e o espírito guerreiro e ideológico do gaúcho para os livros de história. Essa parte documental procurava legitimar o movimento republicano contemporâneo como sendo herdeiro de uma tradição alimentada por homens de grande prestígio e força que vieram antes do Clube 20 de Setembro.

Tanto os membros do Partido Liberal como os membros do PRR estavam resgatando os ideais da Revolução Farroupilha no último quartel do século XIX. Os integrantes dos dois partidos haviam absorvido de forma diferente o peso ideológico do conflito, mas ambos concordavam que o legado dos líderes da revolução não havia se perdido com o tempo nem com a derrota, por isso buscaram meios de manter viva essa memória.

A Revolução Farroupilha não marcou de forma definitiva o conceito de República ou a política para os gaúchos, porém o resgate de sua memória política serviu para o início para construção do republicanismo sulino. A República positivista e a ideologia política do PRR são bem diferentes da República Farroupilha, mesma coisa sobre o Partido Liberal, por isso não se pode dizer que a República Rio-Grandense foi o modelo do republicanismo gaúcho. O Estado e a ideologia empregada pelos revoltosos serviram como base para o republicanismo criado na segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul.

A memória da revolta sulina e o Estado que conseguiram construir durante os anos de revolução foi resgatado como uma forma de inspiração para o nascimento e a expansão do espírito republicano que caracterizou a política gaúcha do século XIX.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- DORNELLES, Laura de Leão. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. São Leopoldo: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2010.

- FACHEL, José Plínio Guimarães. Revolução Farroupilha. Pelotas: EGUFPEL, 2002.

- FLORES, Moacyr. Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 1985.

- FLORES, Moacyr. Independência do Sul. Disponível em: <[rhbn.com.br/secao/artigos/independência-ao-sul](http://rhbn.com.br/secao/artigos/independencia-ao-sul)>. Acessado em 6 de setembro de 2013.

- HARTMANN, Ivar. Aspectos da Guerra dos Farrapos. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

- Jornal A Federação. Acervo Digital da Biblioteca Nacional Digital.
- LEITMAN, Spencer Lewis. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MOTTA, Carlos Guilherme & NOVAIS, Fernando. A Independência Política do Brasil. São Paulo: Moderna, 1986.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano. Porto Alegre: Editora Da Universidade/ UFRGS, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- ZALLA, Jocelito & MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2011.

O TRABALHO DE CLASSIFICAÇÃO DE LÃ NA FÁBRICA LANEIRA NA CIDADE DE PELOTAS/RS NOS ANOS DE 1950

PIEPER, Jordana Alves¹

GILL, Lorena Almeida Gill²

Palavras-chave: Classificador de lã, Experiência, História do Trabalho

O presente trabalho se propõe a investigar a labuta dos operários que trabalhavam na primeira etapa do processamento da lã, na função de classificação da lã, na extinta Fábrica de lã Laneira Brasileira Sociedade Anônima Indústria e Comércio da cidade de Pelotas/RS, na primeira década de atuação da fábrica Laneira. Encontrou-se nas fontes judiciais da Justiça do Trabalho de Pelotas, salvaguardadas no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH/UFPel)³, uma forma de se aproximar do trabalho desses classificadores de lã. Sendo assim, esse estudo pretende investigar esse ofício, através dos indícios deixados nos relatos dos processos trabalhistas de classificadores de lã, no recorte temporal mencionado.

Como referencial teórico dessa pesquisa se tem o conceito de “experiência” apresentada por Thompson (1978, p.182)⁴. Experiência, segundo o autor, permite entender os trabalhadores, mesmo inseridos em uma relação desigual de poder, como atuantes que experimentam as situações e respondem a partir de suas vivências, consciências e cultura. Esse conceito possibilita ampliar a zona de análise, ao valorizar a atuação dos operários. A metodologia do trabalho se baseou em duas etapas principais: a primeira quantitativa e a segunda qualitativa. Na quantitativa foi realizada o levantamento dos processos trabalhistas que envolviam classificadores de lã da fábrica Laneira Brasileira nos anos de 1950. A qualitativa consistiu na feitura de um resumo das falas dos envolvidos retirando informações referentes às experiências laborais dos classificadores de lã. Por fim, a realização da análise dos dados coletados, a partir do suporte de Oliveira e Silva (2005)⁵, os quais afirmam que o pesquisador, ao valorizar as interpretações que as pessoas envolvidas fazem sobre acontecimentos, se deparará com as representações do mundo social no respectivo período.

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas e Bolsista CAPES/FAPERG. jordanapieper@gmail.com.

2 Orientadora Professora Dr^a. do PPGH e PPGS da Universidade Federal de Pelotas. Lorenaalmeidagill@gmail.com.

3 O NDH atualmente possui vários acervos que podem auxiliar o pesquisador que se interessa no Mundo do Trabalho. Os acervos salvaguardados atualmente são: Acervo da Justiça do Trabalho, Acervo da Delegacia Regional do trabalho, Acervo da Fábrica Laneira (contendo várias informações da fábrica) e outros materiais diversos como material de alguns partidos políticos, documentos da UFPel, bem como revistas e jornais.

4 THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

5 OLIVEIRA, F. L.; SILVA, V. F. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologia*, Porto Alegre, v.7, n.13, p. 244 - 259, jan/jun 2005.

Analisando os processos trabalhistas envolvendo classificadores de lã

A fábrica de lã Laneira Brasileira Sociedade Anônima Indústria e Comércio⁶ instalou-se em Pelotas entre 1948 e 1949 e começou a trabalhar com o beneficiamento de lã no ano de 1950. As atividades realizadas pela fábrica, durante a década de 1950, eram a classificação, triagem, lavagem e fardagem. A fábrica nesse período, portanto, comercializava lã limpa para fábricas de tecelagem⁷.

Será dado destaque, neste breve artigo, para a primeira etapa da produção da lã, que é a classificação. A classificação recebia a lã bruta misturada em grandes sacos e a catalogavam em quatro tipos (Merina, Amerinada, Cruza e Prima), segundo a espessura e comprimento da lã. Tratava-se de um serviço mais robusto. Após essa etapa, a lã agrupada era subdividida em outros vários subtipos, de acordo com a qualidade das mechas.

Foram encontrados dois processos trabalhistas de classificadores de lã⁸. As reclamantes são duas menores de idade, que vão à Justiça do trabalho de Pelotas, após sofrer demissão, para pleitear pelo pagamento da diferença salarial, pois recebiam a metade do salário mínimo legal, sob justificativa de serem menores de idade. Nos processos, as reclamantes se utilizaram da mesma normativa que as subjugava para assegurar o direito ao salário mínimo, portanto esse menores operários apresentavam uma “consciência legal” (FRENCH, 2001, p. 68)⁹, pois articularam normativas, vivências e conhecimentos jurídicos a seu favor.

Através desses dois documentos, verificou-se ainda que, durante esse período, cerca de dez menores de idade trabalharam na classificação de lã, no regime de oito horas por dia e recebiam a metade do salário mínimo legal. O trabalho de classificação de lã era um processo demorado por ser realizado manualmente. Nela o operário recebia a lã bruta e suja e precisava separá-la, a partir da espessura da lã. A empresa contava apenas com uma maior de idade, que era quem passava o conhecimento aos menores de idade, entretanto, essa trabalhadora também recebia instruções regularmente de um técnico de São Paulo, para habilitá-la à tarefa. Segundo essa operária, o “serviço de classificação de lã na reclamada é mais minucioso do que no comum das empresas importando na classificação dos lotes e na qualidade da lã” (Processo 556, 1952, fl.17). A classificação da lã era de grande importância, pois determinava, em grande parte, a qualidade do produto final – elaboração do fio – já que era a partir da catalogação que se determinava o tipo da lã e dela se produzia várias qualidades de fios para os mais variados fins.

6 Localizada em Pelotas/RS na rua Duque de Caxias, nº 104, faliu em 2003 e em 2010 passou a pertencer à Universidade Federal de Pelotas.

7 Para mais informações sobre a fábrica laneira ver: MELO, C. Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima. 2012. 131 f. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Histórico) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2012.

8 Foram utilizadas para análise os processos trabalhistas: Processo nº 556/52, Reclamante: Sueli Olina Garcia. E Processo nº 60/53, Reclamante: Sueli Oliveira Rodrigues.

9 FRENCH, J. D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos da Justiça do Trabalho de Pelotas permitiram compreender mais sobre experiências vividas pelos classificadores de lã, na Fábrica Laneira Brasileira de Pelotas(1949-1954). Neles verificou-se que a função de classificação de Lã era predominantemente realizada por aprendizes. Dentre os onze trabalhadores que passaram pela classificação de lã nesse período, dez eram menores de idade e a única operária maior de idade era apresentada pela empresa como instrutora dos menores, entretanto, tratava-se, assim como os menores de idade, de uma aprendiz, pois essa também recebia instruções de um técnico vindo de Porto Alegre, a fim de capacitá-la à tarefa. A classificação de lã era a primeira etapa no processamento da lã:**a lã bruta era manualmente separada, segundo sua espessura, afim de produzir várias qualidades de lãs.**Os classificadores de lã analisados construíram, através de suas experiências, certa consciência legal que lhes propiciaram ampliar as discussões sobre seu trabalho no meio jurídico trabalhista.

UM MUSEU ÉTNICO: PRESERVANDO A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA MACIEL, PELOTAS/RS

TICIANE PINTO GARCIA ¹

E-mail: tycygarcia@hotmail.com

FABIO VERGARA CERQUEIRA²

Email: fabiovergara@uol.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo retratar o papel do Museu Etnográfico da Colônia Maciel na valorização e conhecimento da memória e identidade dos imigrantes italianos que se fixaram na zona rural de pelotas em fins do século XIX.

Neste trabalho, se fará recurso às três coleções que compõem o acervo do museu: os objetos, as fotografias antigas e os depoimentos de História oral arquivados no Banco de Imagem e de Som do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Deste modo, é através da análise articulada da cultura material, da iconografia e da oralidade, que se pretende fundamentar narrativas e interpretações sobre a história, a memória e o patrimônio da imigração italiana na zona rural de Pelotas.

Abstract

This article aims to portray the role of the Ethnographic Museum in Cologne Maciel appreciation and knowledge of memory and identity of Italian immigrants who settled in rural pellets in the late nineteenth century.

In this work, it will feature the three collections that make up the museum's collection: objects, old photographs and oral history testimonies archived at the Bank of Image and Sound Museum Ethnographic Colony Maciel. Thus, it is articulated through the analysis of material culture, iconography and orality, which is intended to support narratives and interpretations of history, memory and heritage of Italian immigration in rural Pelotas.

A imigração italiana no Brasil

Os italianos começaram a imigrar em número significativo para o Brasil a partir da década de 70 do século XIX. Foram impulsionados pelas transformações sócio-econômicas em curso no Norte da península italiana, que afetaram sobretudo a propriedade da terra. Um aspecto peculiar à imigração em massa italiana é que ela começou a ocorrer pouco após a unificação da Itália (1871), razão pela qual uma identidade nacional desses imigrantes se forjou, em grande medida, no Brasil.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Sul do Brasil em 1875. No começo do século XIX, o Governo brasileiro criou as primeiras colônias. Essas colônias foram fundadas em áreas rurais do País.

1 Acadêmica do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas

2 Professor adjunto do curso de História na Universidade Federal de Pelotas

As primeiras nasceram na Serra gaúcha, no Rio Grande do Sul. Em seguida, os italianos se espalharam por várias partes do Rio Grande do Sul, e muitas outras colônias foram criadas, principalmente em serras e regiões altas, porque as terras baixas já estavam povoadas por imigrantes alemães. Nessas terras, os imigrantes italianos começaram a cultivar uvas e a produzir vinhos.

A imigração italiana no Brasil ficou marcada por ter sido em sua maioria oriunda do Norte da Itália, principalmente do Vêneto, seguida pelas regiões Centro-Sul. A preferência do governo brasileiro pelos italianos do norte era evidente: o norte da Itália era, e continua a ser, a região mais desenvolvida. Assim, os imigrantes italianos trariam para o Brasil técnicas já avançadas de industrialização e idéias novas para uma modernização do Brasil. Além disso, havia a visão racista do governo brasileiro em prol de um *branqueamento* da população brasileira, trazendo maior número de imigrantes do Norte da Itália, por terem a pele mais clara que os italianos do Sul. Em certas regiões do Norte da Itália, praticamente toda a população teve algum parente ou conhecido que imigrou para o Brasil.

O clima subtropical, bastante frio, e motivos históricos estimularam a vinda para o Sul. No período imperial, houve necessidade de garantir a posse de terras do Sul, uma vez que era uma região com menos habitantes; também com o processo da abolição da escravatura, incentivou-se a entrada de mão-de-obra imigrante.

Estima-se que haja cerca de 25 milhões de ítalo-brasileiros, descendentes de uma enorme massa de imigrantes italianos chegados ao Brasil entre 1870 e 1960. A comunidade de descendentes de italianos no Brasil é considerada a maior do mundo.

Nas colônias do Sul do Brasil, os imigrantes italianos puderam se agrupar no seu próprio grupo étnico, onde podiam falar italiano e manter sua cultura e tradições. A imigração italiana para o Brasil meridional foi muito importante para o desenvolvimento econômico, assim como para a cultura e formação étnica da população.

A imigração italiana no Brasil continuou grande até a década de 1920, quando o ditador Benito Mussolini, com seu governo nacionalista, passou a controlar a imigração italiana. Com a II Guerra Mundial e a declaração de guerra do Brasil contra a Itália e a contínua recuperação econômica italiana, a vinda de italianos para o Brasil entrou em decadência.

Os imigrantes colonizaram os planaltos, deixando a marca de seus costumes no estilo das residências, no idioma e na culinária. Foram responsáveis também pela introdução da policultura e do sistema de pequenas propriedades. É por esse motivo que o Sul é a região brasileira que possui maior percentual de minifúndios em sua estrutura fundiária.

A Colônia Maciel

A Colônia Maciel está localizada no 7º distrito de Pelotas, aproximadamente, quarenta quilômetros do centro urbano com acesso pela BR 392 em direção ao município de Canguçu.

Sabemos que a presença italiana na zona sul do RS é anterior à política de imigração incentivada pelo governo que marca o ano de 1875 como a data oficial da chegada

dos italianos ao estado. Tresoldi³ afirma que ela é quase tão antiga quanto o próprio estado. Ele considera que: “essa imigração foi tributária da imigração italiana para a Bacia do Prata.”. Ele salienta que um grande número de italianos havia emigrado para o Prata em um tipo de emigração considerada tradicional, e que essa presença italiana no Prata é bastante importante a ponto de ser mencionada pelos historiadores platinos diversas vezes. Do Prata, motivados por vários fatores e, principalmente, fugindo das freqüentes guerras civis⁴, esses italianos e também um grande número de castelhanos deslocaram-se para o Rio Grande do Sul, mais especificamente para Pelotas, ajudando a recompor a população decaída pela Revolução Farroupilha⁵. Mas antes mesmo da década de 1840, já em 1829, encontravam-se italianos em Pelotas, como o padeiro Luís Vinhoto. Tem-se notícias, também, de um outro italiano, Pedro Brizolara que era proprietário de um moinho. No elenco de sócios do Teatro Sete de abril, em dezembro de 1834, encontra-se nomes presumivelmente italianos, como Constantina Gravani e Lourenço Fontani.

Estes italianos, no entanto, fizeram parte da população urbana. Na sua maioria eram comerciantes ou profissionais liberais e não tinham ligação com a população rural. A vinda de italianos para a zona rural foi resultado de uma política diferenciada que estava inserida dentro de um contexto específico.

A implantação de colônias de imigrantes na Serra dos Tapes esteve inserida dentro de um processo de exploração econômica. No século XIX os charqueadores e estancieiros pelotenses voltaram seus interesses para as terras da região serrana que eram férteis e ricas em matos. Seus objetivos eram a extração da madeira e a formação de pequenas lavouras que contariam ainda com mão-de-obra escrava. Com a diminuição da mão-de-obra escrava a partir de 1850, esse posseiros passaram a dedicar-se a uma outra atividade que se mostrou bem mais lucrativa: a formação de colônias de imigrantes. Conforme Grando⁶:

“Toda a Serra [dos Tapes] foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias. De caráter espontâneo, essa imigração era atraída pelos organizadores das colônias, que, com ela, auferiram grandes lucros.”

A alta lucratividade foi possibilitada pela Lei Provincial nº 304, que permitia a venda de lotes de terra aos imigrantes.

3 TRESOLDI, Ângelo. *A Imigração Italiana na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pelotas, 1995. Monografia.

4 As guerras civis entre orientais dominaram a região do Prata até, aproximadamente 1876. A Grande Guerra representou um dos conflitos mais importantes do século XIX por sua duração (1839-1851) e pela dimensão que adquiriu. A guerra inicia-se com um enfrentamento entre orientais partidários de Oribe (presidente) e partidários de Rivera (caudilho rural) e se converte em um conflito internacional que começa em território argentino e em 1843 entra em território oriental (Uruguai) Montevideú recebe a ajuda primeiro de franceses e ingleses e depois do Império do Brasil.

5 MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)*. Ed. UFPEL. Pelotas, 1993, p. 66, 67.

6 GRANDO, Marinês Zandavalli. *Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul*. POA, FEE (teses nº 14), 1990. In: ANJOS, Marcos Hallal. 1995, p. 12.

Em Pelotas, segundo Marcos Hallal⁷, a colonização da região serrana teve um caráter bastante especial, porque foi realizada quase que exclusivamente por capitais particulares e de forma intensa.

No entanto, também o Governo Imperial, nesta época, fez uma grande corrida em busca de terras devolutas que deveriam ser demarcadas e colonizadas. A comissão de engenheiros, incumbida de tal função, acabou por demarcar terras que estavam em litígio entre os municípios de Pelotas e Canguçu. Nesta região foram então localizadas as colônias Acioli, Afonso Pena e Maciel⁸. De acordo com Lando e Barros⁹ a política governamental para a colonização pretendia, fixando os imigrantes à terra, formar colônias que produzissem gêneros alimentícios escassos na região. As colônias seriam localizadas próximas a um centro urbano, mas a uma distância que assegurasse a hegemonia política e econômica deste. Os imigrantes receberiam terras do Governo Imperial as quais deveriam explorar de modo independente, dedicando-se em primeiro lugar à agricultura e à suinocultura.

Para concretizar seus objetivos de colonização era preciso atrair os imigrantes e, para isso, tanto o Governo quanto os proprietários de terras empenharam-se em uma campanha de divulgação e incentivo junto aos países europeus que, nesta época, por diversos motivos, tinham interesse na emigração. A Itália foi o país que mais colaborou nesse processo de colonização. A partir de 1848 o país passou a enfrentar uma grande crise interna que começou pela revolução e culminou na unificação em 1870. O resultado desta crise foi um excesso populacional associado à redução da produção agrícola, o que provocou uma grande onda de miséria e fez com que o governo italiano incentivasse a emigração como forma de amenizar seus problemas.

A campanha de divulgação do Brasil na Europa pode ser exemplificada através do livro *Conselhos aos Emigrantes para o Sul do Brasil*, organizado por R. Jannasch e publicado em Berlim no ano de 1898. Neste livro está um texto escrito por Carl Otto Ullrich¹⁰, residente na Colônia Santo Antônio, onde desempenhava as funções de professor primário, agrimensor e pastor evangélico. Neste texto, ele faz uma descrição da região da Serra dos Tapes, enfatizando as condições de cada colônia, os terrenos disponíveis para compra e seus preços, as condições climáticas, distância das colônias até Pelotas, produção agrícola, transporte, vida social, educação, etc.

O relatório de Ullrich é extenso e bastante completo, dando informações sobre todos os aspectos da vida nas colônias e, por fim, evidenciando as vantagens de vir para o Brasil. Nas palavras de Ullrich:

“As condições são favoráveis sobretudo para aqueles imigrantes que já lidavam com agricultura na Europa. (...) Para agricultores com famílias, para trabalhadores solteiros e casados, as perspectivas são favoráveis. É evidente que adultos e crianças precisam trabalhar. (...) Nos primeiros tempos o recém-

7 ANJOS, Marcos Hallal. *Estrangeiros e Modernização*. Pelotas, Ed. Universitária, 2000. p. 67.

8 PELLANDA, Ernesto. *A colonização Germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1925. Editora da Livraria do Globo. p.180. In: RIBES, Lino. *Colônia Maciel*. Datilografado. 1985 (AD-001-356).

9 LANDO, Aldair Marli. BARROS, Eliane Cruxên. *Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul*. In *RS: imigração & colonização*. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (org.), 2º ed. , Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992, Série Documenta nº 4. In: ANJOS, Marcos Hallal. *O Italiano na Zona Urbana de Pelotas na Segunda Metade do Século XIX*. Pelotas, 1995, *Monografia*.

10 ULLRICH, Carl Otto. *As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul*. In: História em Revista. Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica: Ed. Universitária / UFPel, 1999, p.137 a 161.

chegado também enfrenta certos fracassos e decepções, mas com um pouco de esforço e de perseverança, todas as falhas serão logo supridas.”¹¹

Como podemos ver, a colonização da região da Serra dos Tapes se deu através de dois processos distintos: a imigração espontânea que transcorreu ao longo de algumas décadas e a imigração organizada (por particulares ou pelo governo). Nos dois casos temos a participação de agentes que recrutavam imigrantes a serviço das sociedades promotoras da imigração, e também do governo.

Desta maneira, as colônias foram espalhando-se pela serra e organizando-se de modo independente. As colônias fundadas pelo governo foram emancipadas em pouco tempo e passaram a se auto-administrar. O governo, na qualidade de fundador de algumas delas, tinha apenas a preocupação com a venda dos lotes e com a liquidação das dívidas dos colonos.

O museu

A instituição Museu tem sua origem na Grécia antiga. Os simples gabinetes de curiosidades tornaram-se Museus com grandiosas coleções e significam para história de uma comunidade como agentes culturais, que permitem que o visitante reconheça-se como personagens deste passado, compreendam o presente pensando no futuro das próximas gerações.

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel está situado na Serra dos Tapes, zona rural de Pelotas e pertencente à rota dos museus étnicos. O museu foi criado em 2006 e é mantido pelo Instituto de Memória e Patrimônio em uma parceria com a Universidade Federal de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Pelotas. A criação do museu foi resultado de pesquisas realizadas a partir do final dos anos 90, que tinham por objetivos investigar e preservar a memória da comunidade italiana na zona rural da cidade.

O referido museu tem como sua principal justificativa o conhecimento e divulgação da cultura, dos costumes, como a produção artesanal de vinho, os jogos, a língua e a culinária deste grupo étnico ítalo-descendente.

O objetivo do projeto foi resgatar a memória histórica da formação e da trajetória da comunidade italiana pelotense, incluindo a zona rural (atual Vila Maciel) e a comunidade urbana de imigrantes. Baseado em pesquisas de História Oral, Iconografia e Arqueologia (cultura material), o projeto revelou-se como um instrumento de fortalecimento de *identidade* dos descendentes de imigrantes italianos.

A escolha da Colônia Maciel como principal centro de pesquisa e estudo para o desenvolvimento do projeto deu-se por dois motivos: primeiro, porque este é o lugar que possui a mais representativa e marcante presença de imigrantes italianos da região de Pelotas, sendo esta a quinta colônia italiana no Rio Grande do Sul.

Durante a implantação do projeto, percebeu-se o interesse da comunidade local em criar um espaço que mantivesse preservada a sua memória. A partir deste fato, surgiu a idéia da criação de um museu que além de expor a história da comunidade realizasse, também, atividades culturais e educativas e que auxiliasse no desenvolvimento do

11 Ibid., p. 150.

turismo local. Após um longo período de pesquisa bibliográfica, captação de acervo documental e material, criação de um banco de história oral, realizada pela equipe técnica, o museu finalmente foi criado e abriu suas portas ao público no dia 04 de junho de 2006.

O Museu, que está instalado num prédio construído em 1929 para abrigar a Escola Garibaldi, antiga escola da comunidade possui vasto acervo, constituído de aproximadamente 300 objetos, 3000 fotografias e um banco de História Oral.

Vemos no museu, como o objeto, serve como amparo histórico, mostrando a importância do papel desempenhado por este no trabalho do resgate identitário da comunidade italiana, promovido pelo Museu Etnográfico da Colônia Maciel e na significância deste resgate no auxílio do desenvolvimento turístico da região através da criação de uma identidade local.

“O museu etnográfico, sustentado na pesquisa com base científica,inevitavelmente funciona como um mecanismo de autenticação da tradição na qual a memória e a identidade se inscreve. É um lugar no qual a tradição se dá a ver. Um museu comunitário, um eco-museu, por exemplo, é um “espelho” no qual a população se vê”. (PEIXOTO. P.16).

Os objetos assinalam e confirmam o compartilhamento de uma origem comum, de um passado comum, que dá sustentação à identidade de grupo estruturada na italianidade. Assim, ele, o visitante, adulto, jovem ou criança, se vê como parte de tal história, reforçando, e mesmo moldando, seus sentimentos de identidade.

Conclusão

No museu, os descendentes de imigrantes conseguem se aproximar de seu passado através dos objetos doados pelas próprias famílias, que têm como ascendentes comuns os fundadores do núcleo colonial. Os objetos assinalam e confirmam o compartilhamento de uma origem comum, de um passado comum, que dá sustentação à identidade de grupo estruturada na italianidade. Assim, ele, o visitante, adulto, jovem ou criança, se vê como parte de tal história, reforçando, e mesmo moldando, seus sentimentos de identidade.

Através da metodologia e das discussões feitas durante a elaboração deste trabalho é possível concluir que o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, além de ser um local que “preserva e divulga” a cultura dos imigrantes italianos na zona rural de Pelotas, também exerce um papel na comunidade, através do fortalecimento da identidade dos moradores e de pertencimento a comunidade.

Esta preservação que se dá através da guarda,conservação, divulgação e musealização de suportes de memória imagéticos, orais e materiais, bem como a promoção de pesquisa acadêmica associada a estes acervos.

Vemos como um dos maiores resultados deste projeto, a constituição de um local de preservação dos costumes e da memória dos imigrantes e seus descendentes. Um “lugar de memória”. Portanto o museu funciona como lugar de construção de memória, tanto individual quanto coletiva.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

TRESOLDI, Ângelo. A Imigração Italiana na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas, 1995. Monografia.

MAGALHÃES, Mário Osório. Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 - 1890). Ed. UFPEL. Pelotas, 1993, p. 66, 67.

GRANDO, Marinês Zandavalli. Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. POA, FEE (teses nº 14), 1990. In: ANJOS, Marcos Hallal. 1995, p. 12.

ANJOS, Marcos Hallal. Estrangeiros e Modernização. Pelotas, Ed. Universitária, 2000. p. 67.

PELLANDA, Ernesto. A colonização Germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1925. Editora da Livraria do Globo. p.180. In: RIBES, Lino. Colônia Maciel. Datilografado. 1985 (AD-001-356).

LANDO, Aldair Marli. BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In RS: imigração & colonização. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (org.), 2º ed. , Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992, Série Documenta nº 4. In: ANJOS, Marcos Hallal. O Italiano na Zona Urbana de Pelotas na Segunda Metade do Século XIX. Pelotas, 1995, Monografia.

ULLRICH, Carl Otto. As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. In: História em Revista. Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica: Ed. Universitária / UFPel, 1999, p.137 a 161

PEIXOTO, Luciana da Silva. Memória da imigração italiana em Pelotas / RS.

Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas. Pelotas: Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas, 2003.

CERQUEIRA, F. V; PEIXOTO L.S. Museu e Identidade Ítalo-descendente na Serra dos dos Tapes, Pelotas/RS: o projeto do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. MétiS (UCS), v. 07, p. 115-137, 2008.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p.200-212

